

Relatório das atividades desenvolvidas pela área administrativa da JFPR Biênio 2019-2021



DIREÇÃO DO FORO

Diretor do Foro da Seção Judiciária do Paraná Juiz Federal Rodrigo Kravetz

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Diretor da Secretaria Administrativa Gerson de Souza Hartmann Junior

Curitiba, Julho de 2021.



APRESENTAÇÃO

O presente relatório apresenta a consolidação das atividades da Seção Judiciária do Paraná realizadas durante a gestão 2019-2021.

O ano de 2020 foi marcado pelo cenário global da pandemia causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2).

Diante da necessidade de distanciamento social, houve o fechamento dos prédios e a implantação do teletrabalho compulsório. Assim, foi necessária a reorganização da força de trabalho e da estrutura física para garantir a continuidade dos trabalhos durante a pandemia, a fim de que todos pudessem trabalhar com o menor impacto possível, garantindo a prestação do atendimento devido ao jurisdicionado.

A Justiça Federal do Paraná, uma das instituições mais respeitadas e valorizadas pelos paranaenses, seguiu cumprindo seu principal objetivo: resolver de maneira qualificada os conflitos judiciais entre as partes e os casos criminais de sua competência.

Conseguimos enfrentar e superar as adversidades que surgiram em razão da pandemia preservando a saúde de todos e sem comprometer a qualidade dos trabalhos.

Pelas atividades apresentadas neste relatório evidencia-se que, apesar das intempéries físicas, sociais e emocionais impostas aos nossos magistrados, servidores, estagiários e terceirizados, ocorreram também muitos avanços em diversas outras áreas.

A seguir estão registradas as ações realizadas durante a gestão pelos Núcleos e demais unidades administrativas da Seção Judiciária.

Deixo expresso meu profundo agradecimento a todas as pessoas que contribuíram para a realização dessas ações e para o engrandecimento da Justiça Federal do Paraná.

Rodrigo Kravetz Diretor do Foro da Seção Judiciária do Paraná

Curitiba, Julho de 2021.



Sumário

APRESENTAÇÃO	2
DIREÇÃO DO FORO	4
CENTRAL DE MANDADOS	4
Grupo de trabalho para padronização de mandados	4
Força-tarefa para auxílio para Subseção Judiciária de Paranaguá	5
NÚCLEO DE CONCILIAÇÕES - CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITO CIDADANIA	
Projetos	7
NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO – NCI	9
SEÇÃO DE INOVAÇÃO INSTITUCIONAL	12
LINC - Laboratório de Inovação e Criatividade da JFPR	12
SEÇÃO DE OUVIDORIA E ATENDIMENTO AO CIDADÃO	
SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	
CENTRO LOCAL DE INTELIGÊNCIA DO PARANÁ	16
GABINETE DE ADMISSIBILIDADE	25
DIREÇÃO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	27
ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E JURÍDICA	27
SEÇÃO DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO	27
SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	28
NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO – NADH	30
NÚCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO – NAA	38
Terceirizados e as medidas de proteção	40
Licitações	41
NÚCLEO DE APOIO JUDICIÁRIO - NAJ	47
Implantação da Central de Consultas na Seção Judiciária do Paraná	47
NÚCLEO DE APOIO OPERACIONAL – NAO	54
NÚCLEO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – NCJ	63
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA – NDOC	64
Projetos e Atividades Relacionados a preservação da Memória da JFPR	67
NÚCLEO DE GESTÃO FUNCIONAL – NGF	70
NÚCLEO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS – NPOF	73
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – NTI	77



DIREÇÃO DO FORO

CENTRAL DE MANDADOS

Considerando o detalhamento do relatório apresentado, a fim de não perder informações importantes, o relatório da Central de Mandados encontra-se no documento 5479982. Contudo, segue abaixo alguns atos mais relevantes.

Uma inovação importante para elevar a eficiência e eficácia no cumprimento de mandados foi trazido pelo art. 1º do Provimento nº 86/2019, que determinou que mandados sejam cumpridos preferencialmente de modo virtual, por telefone ou outros meios eletrônicos, tais como WhatsApp. Essa autorização foi fundamental para a ampliação das alternativas de acesso eletrônico a bancos de dados para consultas de endereços e telefones dos destinatários, o que foi fundamental para a viabilização do cumprimento exclusivamente virtual de mandados pelo grupo de oficiais de justiça integrantes do grupo de risco ou daqueles impedidos de realizar diligências presenciais frente à política de distanciamento social adotada pelo TRF4, sendo que no segundo semestre de 2020, os esforços dos oficiais de justiça foram concentrados para cumprimento por meios exclusivamente eletrônicos.

O resultado do final do ano de 2020, embora com apenas 1/3 dos mandados cumpridos, soa positivo em razão de os trabalhos terem sido realizados quase que exclusivamente por meio de aplicativos.

Uma preocupação constante da Central de Mandados é que praticamente um a cada três mandados são devolvidos sem cumprimento. Nas condições normais de trabalho, os motivos para isso são variados, mas destacam-se os casos de endereços desatualizados e destinatários de mandados não encontrados. No passado esse problema teve tentativa de minimização com a CEMAN assumindo a atribuição de fazer consultas de endereços atualizados em bancos de dados oficiais até 2015, o que demandou a contratação de três estagiários para se dedicarem exclusivamente a isso. Esse esforço, entretanto, parece não ter sido efetivo em perspectiva histórica. Por esses motivos, as atividades de consulta prévia à distribuição dos mandados foram eliminadas e, consequentemente, as vagas dos estagiários liberadas. Resta, portanto, o desafio para que as partes, as varas e a Central de Mandados, em conjunto, encontrem métodos para indicação de endereços que elevem as probabilidades de encontrar os destinatários das ordens judiciais.

Grupo de trabalho para padronização de mandados

Em 08/02/2017, a Direção da Central de Mandados de Curitiba foi chamada para uma reunião de trabalho na Corregedoria Regional, em Porto Alegre. Naquela ocasião, decidiu-se por formar um grupo de trabalho para estudar possibilidades de padronização de mandados.

Os trabalhos do Grupo de Padronização de Mandados (GT) tiveram início em 23/02/2017, com a publicação da Portaria 146/TRF4-CORREG. O objetivo do grupo foi propor critérios uniformes de elaboração de mandados e certidões de cumprimento no 1º grau da Justiça Federal da 4º Região.

Avanços nesse projeto ocorreram com a validação de modelos de mandados desenvolvidos pelo grupo de trabalho e apoio no desenvolvimento pela área de tecnologia de comunicação e informação o TRF4 (Doc. SEI 4387887, DE 24/10/2018). Em 20/08/2020, houve a decisão de verificação e adequação dos modelos de mandados desenvolvidos para avançar para o



desenvolvimento de aplicativo para cumprimento de mandados (Doc. SEI 4797827, de 20/08/2020), com posterior para migração para o e-proc (Doc SEI 4821108, de 04/09/2020).

Em 21/11/2019 entrou em teste o novo módulo de Gestão de Mandados no e-proc. Em 30/12/2020, houve a definição de calendário para implantação de tal módulo as três Seções Judiciária, que substituirá o SMWeb, com programação de treinamento para a Central de Mandados de Curitiba para 25/05/2021.

Força-tarefa para auxílio para Subseção Judiciária de Paranaguá

Em 23/11/2018, o Diretor do Foro da Subseção Judiciária de Paranaguá solicitou o auxílio da Direção do Foro da Seção Judiciária do Paraná quanto a medidas para dar vazão a um número expressivo de mandados pendentes de cumprimento pelos oficiais de justiça.

Em 29/11/2019, a Direção da CEMAN recebeu o processo 0006344-65.2018.4.04.8003 com a determinação para que formulasse um plano de trabalho a fim de atender a demanda apresentada, estimando-se os custos envolvidos. Em 03/12/2019, houve a apresentação de um relatório com o diagnóstico da situação de acúmulo de mandados, sugerindo o enfrentamento do problema por meio de (I) vazão a todos os novos mandados pelos oficiais de justiça de Paranaguá, assegurando-se principalmente o cumprimento dos mandados distribuídos com prioridade e a título de plantão, e manutenção dos trabalhos relativos aos mandados de Execução (Penhora...), Avaliação e de Atos de Força. (II) Os oficiais de justiça de Curitiba, em número de três, se encarregariam de cumprir os mandados Citação/Intimação e de constatação das localidades de Paranaguá (349), Matinhos (83), Pontal do Paraná (87), Guaratuba (58), Antonina (36) e Morretes (14), totalizando 627.

Feita a distribuição dos mandados, os trabalhos de campo dos oficiais de justiça de Curitiba ocorreriam de quarta a sexta-feira, com dedicação na segunda e terça-feira para planejamento de atividades (consultas processuais, localização de endereços etc.) e realização de contatos telefônicos como os destinatários a partir da Central de Mandados de Curitiba.

A partir de estudo do histórico de desempenho dos oficiais de justiça de Paranaguá constou-se que, em condições normais, cumpriam por volta de 60 mandados mensais; logo, seria razoável estimar que cada oficial de justiça cumprisse, em média, 20 mandados semanalmente. Sendo assim, o total de 627 mandados seria cumprido em aproximadamente 10 semanas (627÷60= 10,45), ou seja, o acervo de mandados de citação/intimação e de constatação em Paranaguá, Matinhos, Pontal do Paraná, Guaratuba, Antonina e Morretes seria cumprido em dois meses e meio. Em termos de custos, o deslocamento de um oficial de justiça para Paranaguá foi estimado considerando os valores de diárias e deslocamentos.

Diante disso, em 04/04/2019, houve a autorização para prosseguimento dos trabalhos, atualizando o estudo realizado incialmente. Em 08/04/2019, uma nova proposta foi apresentada para (i) início imediato dos trabalhos com o cumprimento da totalidade de 674 mandados de Citação/Intimação, sendo Paranaguá com 393, Matinhos com 88, Pontal do Paraná com 37, Guaratuba com 80, Antonina com 53 e Morretes com 23; (ii) com atuação dos oficiais de justiça de Curitiba em Paranaguá em três dias da semana, realizando atos de cumprimento de mandados junto aos respectivos destinatários, e atuação nos dois outros dias na Central de Mandados de Curitiba em atividades internas de pesquisa, certificação e organização das cargas de trabalho; (iii) com devolução pela Subseção Judiciária de Paranaguá dos mandados, via SMWeb, que seriam cumpridos pelos oficiais de justiça de Curitiba, que ainda estavam distribuídos para os oficiais de justiça de Paranaguá; e (iv) separação dos mandados que estavam impressos em Paranaguá para que fossem trazidos no primeiro retorno dos oficiais de justiça que se deslocariam na primeira semana do início dos trabalhos; e, finalmente, (f) desencadeamento, se for o caso, de uma

segunda fase para cumprimento dos mandados remanescentes de Execução (Penhora...), Avaliação, Atos de Força e de Constatação.

Os trabalhos da Força-tarefa foram executados em 25 semanas entre 24/04/2019 e 29/11/2019. Foram cumpridos 1.298 mandados no total pelos cinco oficiais de justiça alocados para tais atividades, sendo 398 por Antonio Basso, 149 por Alípio Barbosa Junior, 284 por Miguel Chuchene Neto, 281 por Julio Ary Bertet Junior, e 186 por Marcos Roberto dos Reis, totalizando 1.298 mandados cumpridos. Os trabalhos foram concluídos a contento, conforme seguintes termos do Ofício - 4964017 – PRPARDIR, de 13/12/2019, do Diretor do Foro da Subseção Judiciária de Paranaguá, direcionado para a Direção do Foro da Seção Judiciária do Paraná e para a Corregedoria Regional do Tribunal da 4ª Região.

Por fim, um aspecto importante a destacar, neste período, foi a capacidade de reação e adaptação tanto da equipe interna da Central de Mandados quanto dos oficiais ao novo cenário que se descortinou com a eclosão da pandemia da Covid-19. Apesar de toda adversidade do contexto pandêmico foi possível cumprir 13.073 mandados em 2020, ou seja, 62,6% do que foi cumprido no ano anterior.

NÚCLEO DE CONCILIAÇÕES - CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA

No período compreendido entre 07/2019 e 05/2021, foram redistribuídos para conciliação um total de 35.210 processos e proferidas 7.817 sentenças.

Do total, 16.166 feitos tratavam de benefícios previdenciários e foram proferidas 883 sentenças.

Foram distribuídos 19.044 processos de matérias cíveis não previdenciárias e proferidas 6.934 sentenças.

Hoje contamos com 4.937 processos em tramitação.

Composição

O Núcleo de Conciliações da JFPR abrange o Cejuscon, a Seção de Perícias e a Central de Conciliações Previdenciárias.

A Seção de Perícias e a Central de Conciliações Previdenciárias atendem aos processos dessa matéria com partes domiciliadas em Curitiba e também na subseção de Paranaguá.

A **Seção de Perícias** atualmente cuida das designações de perícias em suas diversas modalidades, orienta e supervisiona a atuação dos peritos, providencia os pagamentos dos peritos via AJG e, mais recentemente, atua nas designações de perícias sociais.

A **Central de Conciliações Previdenciárias** trata dos processos em que há laudo de incapacidade, procedendo às intimações das partes, homologações dos acordos, cumprimento do julgado e expedição de RPVs, sem retorno para a vara de origem. Nos processos previdenciários em que há conciliação, a baixa do feito é feita pela própria Central.

O **Cejuscon** (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania) abrange os processos cíveis passíveis de conciliação, tanto por meio da realização de audiências quanto por peticionamento. A atuação abrange a Seção do Paraná nas ações de auxílio emergencial, poupanças e gratificação RAV. Quanto aos demais temas, atendemos as varas de Curitiba e os processos originários de Curitiba redistribuídos em razão da equalização para realização de audiências.

Estatísticas da Seção de Perícias Previdenciárias



Foram expedidas 6.460 requisições de pagamento feitas pela AJG, atribuição assumida a partir de maio/2020.

Houve designação de 5.574 perícias, sendo 1.766 em consultórios externos e 3.808 na sede da JFPR (centro).

Em maio de 2020 foram adotadas as perícias técnicas simplificadas (PTS). Desde então foram feitas 8.496 designações de provas técnicas simplificadas.

A partir de outubro de 2020 foi implantada a modalidade de teleperícias na especialidade psiquiatria, com a utilização Zoom ou Whatsapp. Desde então foram feitas 119 teleperícias psiquiátricas.

Estatísticas da Central de Conciliações Previdenciárias

No período foram proferidas 883 sentenças e expedidas 2.105 requisições de pequeno valor (RPVs).

O número de sentenças reduzido é resultado da não apresentação de propostas de acordo pelo INSS em ações com perícias não presenciais

Estatísticas Cejuscon

Foram distribuídos para o Núcleo de Conciliações 19.044 processos de matérias cíveis não previdenciárias e proferidas 7.817 sentenças.

As audiências designadas no Cejuscon abrangem ações em que a CEF é parte, subdividindose em contratos bancários, ações de indenização e contratos habitacionais. Também são designadas audiências em que a ECT, Infraero e OAB são partes, e também nas Reclamações Pré-Processuais e ações de procedimento comum e juizado de modo geral.

No período foram realizadas 3.820 audiências, no total. Com a pandemia, a partir de 03/2020 até 05/2021, foram realizadas 1.539 audiências de modo remoto (aplicativo Zoom).

Nas matérias de seguro desemprego, gratificação RAV, auxílio emergencial e poupanças, o Cejuscon tem abrangência em toda a Seção do Paraná e as conciliações dão-se por peticionamento nos autos. Nas ações de poupança a conciliação se dá por meio do fórum de conciliação virtual (FCV).

Gestão de pessoas

No intuito de aprimorar a gestão de pessoas e compartilhamento de conhecimento entre a equipe, passamos a fazer uso da ferramenta Trello em sua versão gratuita, o que tem trazido bons resultados, desde o início. Nesse ambiente temos feito o compartilhamento de roteiros, documentação (portarias, resoluções), orientações por área de atuação e atribuição de tarefas e prazos.

Projetos

Ao longo do período vários projetos foram desenvolvidos por este Núcleo e suas Seções visando o estímulo das políticas de conciliação e maior agilidade na tramitação de ações com grande número de ajuizamentos. A seguir, um breve relato sobre os projetos, levando em conta a matéria das ações ajuizadas.

O sucesso da experiência na Seção do Paraná quanto aos temas de Seguro Desemprego e RAV comprovou a utilidade e eficácia de ações semelhantes. A partir dessas experiências, a AGU ampliou a sistemática para mais 18 temas em que a União é parte, para adoção da prática em todo o TRF4 (Portaria Conjunta 5/2021 – SEI).

Ações de Poupança



Este Núcleo mantém ao seu encargo o processamento das ações de poupança na segunda fase de conciliações que se encontram na Turma Recursal da JFPR, providenciando a abertura dos fóruns de conciliação virtual e a homologação dos acordos avençados entre as partes. Processos SEI 0002011-36.2019.4.04.8003 e 0002011-36.2019.4.04.8003.

Conselhos profissionais

Foram realizadas tratativas com conselhos profissionais com o objetivo de utilização das reclamações pré processuais e realização de mutirões de audiência com abrangência na Seção do Paraná. Em março de 2020 foi realizada uma reunião com aproximadamente 19 conselhos, com exposição da metodologia de uso das RPPs e planejamento dos mutirões. O projeto foi suspenso em razão da pandemia.

Gratificação RAV

Em junho de 2020 foi dado início ao projeto de conciliação em processos ajuizados na JFPR que cuidam da percepção de diferenças decorrentes da gratificação RAV de servidores públicos federais, a pedido da procuradora da AGU, Dra Lucélia Biaobock, advogada da União, e com a concordância da Magistrada Coordenadora deste Núcleo, Dra. Anne Karina Stipp Amador Costa.

O projeto tem abrangência em toda a Seção do Paraná, centralizando as tratativas de conciliação e homologação dos acordos neste Núcleo.

Na fase inicial as RPVS foram processadas por este núcleo, em razão da urgência da expedição. Posteriormente a atuação deste Núcleo ficou restrita até a fase de homologação.

Somente na primeira fase foram alcançados acordos no montante de R\$ 5.112.037,26 (cinco milhões, cento e doze mil trinta e sete reais e vinte e seis centavos).

O projeto foi objeto do processo SEI . Hoje a matéria é regida pela Portaria Conjunta 5/2021 – SEI , com abrangência no TRF4.

Auxílio Emergencial

Em conjunto com a Corregedoria, o Centro Local de Inteligência do Paraná (CLIPR) e a Direção do Foro, este Núcleo concentrou o processamento das ações de concessão do benefício de Auxílio Emergencial na Seção do Paraná, com exceção de inicialmente duas varas. Processos SEI 0002909-15.2020.4.04.8003, 0001914-02.2020.4.04.8003 e 0001914-02.2020.4.04.8003.

Por meio do Projeto Justaposição servidores de outras subseções contribuíram com sua força de trabalho para a tramitação dos processos de AE, e ainda outros se disponibilizaram independente do projeto Justaposição. Processo SEI 0001914-02.2020.4.04.8003.

Participamos ainda de ação de capacitação de magistrados e servidores quanto ao tema e ao fluxo de trabalho dos processos de Auxílio Emergencial, com orientações e disponibilização de material na data do evento e posteriormente, consoante processo SEI 0003072-92.2020.4.04.8003. Projeto ainda vigente e em andamento.

Audiências não presenciais CEF

Projeto de âmbito estadual elaborado com o objetivo de sistematizar as práticas de audiências não presenciais pertinentes às ações de dano moral e material ajuizadas contra a Caixa Econômica Federal. O projeto teve a adesão de todos os Cejuscons da Subseção Judiciaria do Paraná e obteve grande sucesso, pois permitiu a orientação e supervisão de advogado do jurídico da CEF lotado em Curitiba junto aos advogados terceirizados, participantes das audiências. Houve impacto positivo e significativo nos índices de conciliação, ampliando as margens de negociação antes não existentes na atuação dos advogados terceirizados, reproduzindo a prática já consolidada no Cejuscon de Curitiba.



Prática vigente ao longo de 2020 e com continuidade em 2021. Processo SEI 0001914-02.2020.4.04.8003.

Seguro desemprego

Em colaboração com Centro de Inteligência Local (CLIPR) e AGU, este Núcleo participou da criação e assumiu a gestão do fluxo de trabalho dos processos de tratam do tema, concentrando as ações ajuizadas na Subseção Judiciária do Paraná.

O projeto foi implantado com sucesso (SEI) e houve ampliação de abrangência para todo o TRF4 e de novas matérias, atualmente regulado pela Portaria Conjunta 5/2021 — SEI 0000978-49.2021.4.04.8000.

Justiça Restaurativa

Participação no grupo de trabalho para a implantação da Política de Justiça Restaurativa no âmbito da Seção Judiciária do Paraná e do TRF4. Processos SEI 0002909-15.2020.4.04.8003 e 0004241-17.2020.4.04.8003 e Portaria 1164/2020 do TRF4 e Portaria 493/2021 da JFPR (5581717).

Mutirão DNIT

Apoio ao Cejuscon de Cascavel na realização de mutirão de audiências de conciliação de processos de desapropriação ajuizados pelo DNIT. Processo SEI 0001914-02.2020.4.04.8003.

Benefícios por incapacidade

A Seção de Perícias do Núcleo de Conciliações, durante o ano de 2020, buscou reduzir o elevado acervo represado aguardando a realização de perícias médicas judiciais no setor. Em decorrência do atraso nos pagamentos de honorários periciais pela União em 2019, bem como pela impossibilidade de atendimento presencial causado pela pandemia, a unidade buscou alternativas para não paralisar o andamento processual. Nesse espírito, a Seção implantou importantes iniciativas, dentre elas:

- a) assumiu a responsabilidade de efetuar as requisições de pagamentos dos peritos pelo sistema da Assistência Judiciária Gratuita, antes atribuição das Varas Previdenciárias;
- b) seguindo recomendações do CNJ e da Corregedoria Regional, promoveu a substituição da prova pericial clássica pelas provas exclusivamente eletrônicas, tais como a prova técnica simplificada e a teleperícia;
- c) implantou o projeto Agiliza 116 Central Eletrônica de Teleperícia e Prova Técnica Simplificada em Ações Previdenciárias. Vinculado à Corregedoria Regional da Justiça Federal e à Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região, o projeto vem cumprindo o objetivo inicial de proporcionar vias alternativas à realização de perícias médicas judiciais presenciais em processos previdenciários paralisados por conta da impossibilidade das perícias na região de origem, cadastrando médicos peritos que ficam disponíveis para receber nomeações em toda a 4ª Região.

NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO – NCI

O Núcleo de Controle Interno/NCI, subordinado à Direção do Foro da Seção Judiciária do Paraná, integra o Sistema de Controle Interno da Justiça Federal como *órgão seccional*, conforme Resolução nº 676/2020-CJF, art. 10, II. No âmbito de suas competências e na SJPR –



como órgão de auditoria interna administrativa – o NCI apresenta a seguinte estrutura organizacional:

- Direção do Núcleo de Controle Interno;
- Seção de Análise e Verificação de Licitações e Contratos;
- Seção de Análise e Verificação de Despesas Diversas;
- Seção de Análise e Verificação de Pessoal.

Considerando a atividade institucional do NCI, os trabalhos consistiram em auditar os processos administrativos da SJPR quanto à legalidade, na busca da eficiência e eficácia na gestão dos recursos públicos. Atuação exercida no sentido de figurar como agente colaborador para o aperfeiçoamento da gestão administrativa, estabelecendo uma situação ideal de controle e estimulando as áreas de execução a exercerem o autocontrole. Com atividades de verificação e auditoria, aferiu a conformidade e trabalhou de forma integrada com as áreas de execução.

Em razão da Pandemia de Covid 19, a partir de 17/03/2020 - todos os servidores do NCI passaram a exercer as atividades em trabalho remoto. De acordo com o Plano de Trabalho apresentado (doc. 5076003) - os servidores têm acesso via Internet à Intranet e aos sistemas SEI, SERH, Diárias, Geafin, Zimbra, Pandion..., e também têm acesso via VDI à rede e sistemas, em forma de máquina remota, podendo inclusive ter acesso Serpro/Siafi. Para facilitar e agilizar o contato diário foi criado um grupo de WhatsApp do NCI, composto pelos servidores. Para manter o contato próximo da equipe, foram realizadas reuniões via Zoom e WhatsApp, tratando de assuntos de trabalho e também para interação e trocas de experiências do período de trabalho remoto e quarentena. Com especial destaque à manutenção da saúde física e mental da equipe e familiares.

Ao longo da Gestão 2019/2021 (* com dados consolidados de 01/07/2017 a 30/04/2021) foram realizadas atividades nas diversas áreas de atuação, com extensão e finalidades específicas:

Na Seção de Análise e Verificação de Licitações e Contratos

Foram realizadas auditorias das licitações, dispensas e inexigibilidades de licitação, atas de registro de preços, termos aditivos, convênios, bem como analisados os respectivos pagamentos decorrentes. Foram cadastrados e triados os processos com auditoria de competência da SAIN/TRF4. Em 2021, foram aprofundados os estudos e aplicação da nova Lei nº 14.133, que trata das licitações e contratações.

Na Seção de Análise e Verificação de Despesas Diversas

Foi verificada a conformidade das propostas de concessões de diárias (PCDs). Também foram analisados os pagamentos efetuados no sistema AJG (advogados dativos, peritos, tradutores e intérpretes), das despesas de custeio, do recolhimento de ISSQN - que ocorrem mensalmente durante o exercício. De igual forma, foram verificados os pagamentos mensais de todos os contratos e despesas de execução continuada, inclusive terceirização, locação e custeio.

Na Seção de Análise e Verificação de Pessoal

Foram verificadas a folhas de pagamento normais e suplementares de magistrados e servidores durante o período, incluindo pagamento de férias, ratificações, abonos, gratificações e auxílios. Considerando a implantação de novos módulos do Sistema de Recursos Humanos do TRF4 e do Sistema e-pessoal desenvolvido pelo TCU, foi realizado o cotejamento e controle de Portarias que concedem progressões e/ou adicionais aos servidores, verificando sua adequação financeira no contracheque do servidor e relacionando o número do documento SEI, o que caracteriza a evolução de projeto de mineração/banco de dados de pessoal. Tal iniciativa decorre da necessidade desta unidade de controle interno, de certificar-se da existência e fácil acesso a documentos que podem ter origem no TRF4, nas Seções Congêneres do Regional, nos demais TRFs, no Conselho da Justiça Federal e Tribunais Superiores, tendo em vista o trânsito de pessoal decorrente de remoções regionais, nacionais e licenças para exercício provisório. Trata-se de projeto de longo prazo e acompanhamento contínuo, que é desenvolvido de acordo com as amostras das análises de fichas financeiras selecionadas durante os exercícios financeiros, bem como do acompanhamento de publicações no diário eletrônico da JFPR.

Na Direção do Núcleo de Controle Interno

Além das atividades gerenciais inerentes à função, ficaram a cargo da Direção os processos de concessão e de prestação de contas de suprimento de fundos, sendor ealizados os registros em planilhas individualizadas por localidade, suprido, valores aplicados e devolvidos. Foram aferidos também os processos de desfazimento, pedidos de levantamento de valores de conta vinculada e relatórios de movimentação mensal de materiais (Geafin/Siafi). Foram desenvolvidas também atividades das Seções vinculadas, nos afastamentos legais dos supervisores.

Gestão 2019-2021

Durante todo o período de gestão, sempre que solicitado, foram prestados esclarecimentos e orientações diretamente às áreas de execução (via e-mail, fone, pandion, whatsapp). O Núcleo atuou ainda, em trabalhos de auditoria gerenciados pela Secretaria de Auditoria Interna do TRF4.

A grande novidade em 2021 - em decorrência das Resoluções nº 308/2020-CNJ e nº 309/2020-CNJ, foi a implantação do sistema de "Auditorias Contínuas", conforme Plano Anual de Auditoria previamente elaborado e aprovado. As auditorias estão ocorrendo em 04 eixos de atuação - pessoal (folhas de pagamentos), licitações e contratos (procedimentos licitatórios, dispensas, inexigibilidades e pagamentos), despesas diversas (pagamentos continuados e diárias) e suprimento de fundos (conta B e cartão de pagamento). Nestes primeiros meses, foram emitidos 3 relatórios de achados, nas áreas de pessoal, licitações e contratos e despesas diversas.

A seguir, apresenta-se um resumo dos dados, extraídos do Sistema SEI, que demonstram o fluxo de processos e documentos relativos aos exercícios de 2019, 2020 e 2021. Vale ressaltar que, todos os trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo de Controle Interno, são antecedidos de planejamento, atualização legislativa, delimitação de escopo e cálculos, para posteriormente gerar um documento no sistema SEI.

Dados extraídos de Sistema Eletrônico de Informações - SEI	Julho a Dezembro 2019	Janeiro a Dezembro 2020	Janeiro a Abril 2021	Julho/2019 a Abril 2021
Processos tramitados	1121	1409	662	3192
Processos com andamento fechado	1040	1298	629	2967
Processos com andamento aberto	81	111	33	225
Documentos Gerados**	1579	2339	747	4655

^{**} Quantitativos por tipos de documentos gerados - 4.655:



- Julho/2019 a Abril/2021: Apresentação de Demanda 1; Ata 1; Certidão 3; Comunicado de Auditoria 1;Declaração 1; E-mail 5; Encaminhamento 2.139; Informação 2.123; Manifestação 5; Programa 1; Proposta 1; Protocolo 7; Relatório 29; Requerimento 2; Solicitação 8; Termo 4; Termo de Abertura 5; Termo de Encerramento 1; Visto 318.

Ressalta-se que as "auditorias/análises/verificações/conformidades/controles" - atos típicos de auditoria - estão concentrados nos "documentos gerados", em especial: "Encaminhamento" (2.139) – em processos de pagamentos mensais, rotativos durante o ano; "Informação" (2.123) - em processos de licitações/contratações, aditivos, pagamentos únicos, diárias, suprimento de fundos, despesas de custeio...; "Relatório" (29) - emissão de relatórios técnicos e de achados em processos; e "Visto" (318) – em processos de folhas de pagamento - totalizando 4.609 manifestações de auditoria.

Finalizando, destaca-se que, a implementação de novas rotinas de auditoria e controle, o planejamento das auditorias e das atividades em geral, o contato estreito com as diversas áreas de execução da SJPR e com a Secretaria de Controle Interno do TRF4, o apoio e a confiança da Direção do Foro e da Secretaria Administrativa, foram elementos que propiciaram o pleno desenvolvimento das atividades de auditoria e fiscalização realizadas pelo NCI no Período de Gestão de 2019/2021 - tendo sido exitosa a prática do trabalho remoto.

SEÇÃO DE INOVAÇÃO INSTITUCIONAL

LINC - Laboratório de Inovação e Criatividade da JFPR



Inaugurado em agosto de 2019, o LINC - Laboratório de Inovação e Criatividade da JFPR, iniciou efetivamente suas atividades em janeiro de 2020, sendo que o semestre anterior foi dedicado à construção da infraestrutura e formação da equipe de laboratoristas.

No ano de 2020, a Seção de Inovação passou a participar ativamente do ecossistema nacional de inovação, participando ativamente de eventos externos e estimulando internamente a cultura de inovação. Paralelamente, o Laboratório iniciou atividades de oficinas colaborativas e multidisciplinares, usando a abordagem do Design Thinking para o desenvolvimento de soluções criativas para problemas complexos.

A Seção é composta apenas de uma servidora supervisora. Os demais membros são servidores e magistrados voluntários, que são requisitados sob demanda.

Este relatório apresenta as ações realizadas neste primeiro ano de atividades:

Mapeamento de Oportunidades de Inovação - MOI 2020

Pesquisa aberta com servidores, estagiários e magistrados, sobre necessidades, problemas e desafios que pudessem ser resolvidos dentro do Laboratório de Inovação. Obtivemos engajamento de 418 pessoas. 98 manifestaram interesse em ser entrevistados. Ao final, foram realizadas 32 entrevistas.

Capacitação Para Inovação

Nos meses de agosto e setembro foi realizado o Projeto de Sensibilização para Cultura da Inovação: "FAZENDO A INOVAÇÃO ACONTECER NO SETOR PÚBLICO", com objetivo de promover sensibilização para cultura de inovação e capacitar pessoas.



Realizado sob a consultoria do We Gov, *startup* especializada em auxiliar Organizações Públicas a fortalecer, desenvolver e acelerar a Inovação.

O projeto capacitou 30 servidores e magistrados, em 16 horas de atividades interativas e práticas.

Eventos

Em março, tivemos o engajamento institucional no evento mundial de criatividade, intitulado World Creativity Day (https://www.worldcreativityday.com/brazil), como anfitrião de atividades.

Em janeiro de 2021 tivemos o apoio institucional ao iLabthon, a primeira maratona do mundo para criação de laboratórios de inovação no setor público. Houve a participação de 109 equipes inscritas - de 20 Unidades de Federação e de 3 países diferentes. O LINC-JFPR participou na divulgação e premiação, na qual os 3 primeiros colocados terão espaço no Programa LINC Convida, onde serão entrevistados para apresentação dos projetos.

Oficinas

- mai-jun/20 Desafio Interatividade das Interfaces de Comunicação com o Cidadão na JFPR. Por sua relevância e urgência durante o período de quarentena (Covid-19), foi priorizado pela Direção do Foro desta SJPR.
- set-nov/20 Desafio Gestão de Trabalho Híbrido: Auxiliar gestores a liderar equipes híbridas, entre trabalho remoto e presencial, acompanhando as novas tendências mundiais póspandemia.
- Dez/20-jan/21 Desafio Acessibilidade: revisão e incrementação da acessibilidade do auditório Lício Bley Vieira.
- E, ainda, a condução de oficinas colaborativas juto ao Laboratório de Inovação e Criatividade da 4JF da 4ª Região –INTEGRALAB.

Projeto Fala Justa

Trata-se de uma iniciativa inovadora, que envolverá colaboradores de toda a 4ª região e terá como objetivo encontrar soluções para melhorarias no fluxo de comunicação entre o jurisdicionado, advogados, servidores e magistrados, tanto para o período de isolamento decorrente da pandemia quanto para os tempos vindouros.

Incubadora

Implementação de estratégia de inovação tecnológica, que busca promover o bem estar e a satisfação dos usuários internos e externos dos serviços administrativos e judiciários, a modernização das ferramentas de trabalho, a automação das atividades repetitivas, a redução de erros e o aprimoramento dos fluxos de trabalho.

Freela no LINC

Programa de incentivo ao trabalho voluntário esporádico, pontual ou constante nas atividades do Laboratório de Inovação e Criatividade da JFPR, de maneira não remunerada e que não interfira nas atividades laborais oficiais. Tem como objetivo fomentar a cultura de inovação no âmbito da instituição. A ideia principal é considerar a tendência mundial da flexibilidade no trabalho, da atuação diversificada e on demand (sob demanda) em contraste ao formato rígido e circunscrito a áreas específicas de atuação.

Cyber LINC



Trouxemos o ambiente do laboratório para o virtual por meio da plataforma Gather Town (www.gather.town). Em tempos de home office é onde os funcionários têm se encontrado para trabalhar. O espaço conta com o Estacionamento de Crachás, salas de reunião, estações de trabalho, café e jardim.



Curadoria de Conteúdo

LINC Convida

O LINC Convida tem por objetivo trazer temas relevantes para a nova cultura de inovação e suas tendências, no serviço público e no mundo.

Foram realizados 5 programas mensais, em formato de talk show, pela plataforma Zoom e disponibilizados no canal do Youtube: Inovação Institucional JFPR.

Aprendizagem Celular

Capacitação para inovação, em formato de microaulas, disponibilizadas no Instagram: @inovajfpr.



Serviços de Mentoria a Órgãos Externos

Condução de oficinas de Design Thinking em 2 projetos do LIODS – CNJ:

- Desafio Portal de Transparência Unificado para o Poder Judiciário
- Desafio Igualdade de Gênero no Judiciário

SEÇÃO DE OUVIDORIA E ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Sendo a Ouvidoria o canal permanente de comunicação entre a Justiça Federal do Paraná e o cidadão, possibilitando-lhe obter informações processuais e institucionais, elogiar, reclamar e enviar sugestões sobre os serviços jurisdicionais e administrativos.

O cidadão pode entrar em contato com a Ouvidoria através dos seguintes canais:

- De segunda a sexta-feira, das 13h às 18h, pelo telefone 0800 643 2004.



- Preenchendo e depositando formulário nas caixas de sugestão existentes em todas as Unidades da Justiça Federal do Paraná.
- Por carta, enviada ao seguinte endereço: Avenida Anita Garibaldi, 888 CEP 80540-901, Curitiba PR.
 - Pela internet, preenchendo o constante no site.

A demanda é majoritariamente realizada pelo formulário constante no site, o qual gera um processo SEI automaticamente, sendo que também há uma demanda por telefone.

No período de junho a dezembro de 2019, foram gerados 234 processos, sendo 87 reclamações, 16 elogios e 131 pedidos de informação, entre denúncias, solicitações, sugestões e outros.

Em 2020 foram gerados 989 processos, sendo 396 reclamações, 7 elogios e 586 pedidos de informação, entre denúncias, solicitações, sugestões e outros.

Destaca-se que em 2020 foram recebidos 312 processos sobre auxílio emergencial, equivalente a 32% do total, tendo a Ouvidoria prestado as informações necessárias sobre como iniciar processo ou sobre processos em andamento.

No período de 01 de janeiro à 05 de maio de 2021 foram gerados 273 processos, sendo 108 reclamações, 3 elogios e 162 pedidos de informação, além de denúncias, solicitações e sugestões, dentre outros.

SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Durante o período de julho a dezembro de 2019, houve o acompanhamento da alteração na estrutura organizacional do NAJ, resultando na Resolução TRF4 71/2019, houve o acompanhamento do convênio com a SESP e o auxílio nas reuniões realizadas para ajustes em relação aos sistemas interligados entre a JFPR, SESP e CELEPAR.

Em novembro de 2019, a SPG auxiliou a Direção do Foro no processo de adesão ao Pacto Global da ONU.

Em 2020 fez o acompanhamento das tratativas de acordos com outros órgãos com objetivo de trazer maior eficácia nas atividades da SJRP.

Foi firmado um Acordo com o Banco Central do Brasil para o recebimento de intimações urgente nos processos em que o Banco figure como parte.

Por iniciativa da Subseção Judiciária de Guarapuava, foi firmado um Acordo com o Centro Universitário Campo Real, visando a utilização pela JFPR de espaços ociosos no interior da universidade para a realizações das perícias da Subseção.

A Polícia Federal reafirmou o acordo para as intimações de servidores via Sistema Siscom e renovou o Acordo de Cooperação para o envio de alvarás de soltura por meio de e-mail.

Está em fase de tratativas os seguintes acordos: a) com a UFPR e o TJPR para a elaboração de notas técnicas sobre direito à saúde; b) com diversos órgãos, integrando o Programa Fazendo Justiça, para a Pactuação da Estratégia de Emissão de Documentos Civis aos Pré-egressos; c) com o Departamento Penitenciário Estadual para um sistema de cumprimento de mandados e atos pelos Oficiais de Justiça nas unidades prisionais do Estado através de videoconferência.

Durante 2020 também realizou a compilação dos indicadores mensais e anuais do Plano de Logística Sustentável – PLS com lançamento no site do CNJ e a compilação das informações prestadas pelos núcleos administrativos para o relatório anual de atividades da SJPR.

Também houve o auxílio para organizar as informações necessárias para responder o questionário para apurar o Índice de Governança da Justiça Federal do CJF — iGov-JF, e a



consolidação das respostas ao questionário do CNJ sobre Revisão da Estratégia para o ciclo 2021-2026 (Matriz SWOT).

Em 2021 foram compilados os dados do PLS, resultando no Relatório Anual de Desempenho PLS 2020 e lavrado o Acordo de Cooperação Técnica com a UFPR-HC, que tem por objetivo a elaboração de Notas Técnicas envolvendo demandas de direto à saúde.

Em julho de 2021 foi firmado um Convênio com o Instituto de Identificação do Paraná para implantação de posto de identificação nas sedes da JFPR de Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina e Maringá. O Posto de Atendimento tem o objetivo de prestação de serviços públicos de identificação civil com posterior expedição de carteiras de identidade aos magistrados, servidores, estagiários, funcionários terceirizados e respectivos familiares, bem como usuários da JF, na medida da possibilidade.

Está em tratativas um Acordo com as operadoras de telefonia celular para o acesso aos dados cadastrais dos clientes pelos Oficiais de Justiça e um Acordo com o TJPR para acesso a funcionalidade de dowlnload completo do processo em consulta ao Projudi.

Também há um estudo para a contratação do TelessaúdeRS para emissão de Notas Técnicas na área da saúde.

A partir de abril/2021 a SPG conta com o auxílio de um estagiário de nível superior.

A servidora é membro da Comissão do PLS da SJPR e participou nas reuniões do grupo do Laboratório – Volta ao Presencial.

Foram finalizados o Manual de Atribuições e a Consolidação Normativa da JFPR pela servidora Tatiana da Assessoria Jurídica e pelo Diretor Administrativo Gerson.

Abaixo, segue um resumo com dados extraídos do Sistema SEI, que demonstram o fluxo de processos e documentos no ano de 2020 e 2021 na SPG:

2020 2021

Processos gerados: 18 Processos gerados: 6

Processos com tramitação: 183 Processos com tramitação: 135

Documentos gerados: 166 Documentos gerados: 98 Documentos externos: 74 Documentos externos: 78

CENTRO LOCAL DE INTELIGÊNCIA DO PARANÁ

Em 19 de setembro de 2017, o Conselho da Justiça Federal, por meio da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, editou a Portaria n° 369 criando o Centro Nacional e os Centros Locais de Inteligência da Justiça Federal, com a finalidade de trabalhar na prevenção de demandas judiciais repetitivas ou de massa, fomentar medidas preventivas e projetos de soluções alternativas de conflitos, propor soluções judiciais e administrativas para o manejo de litígios, padronizar procedimentos e expedir recomendações que representem boas práticas da prestação jurisdicional, utilizando ferramentas no modelo jurisdicional "multiportas", dentre outras, a abertura do diálogo interinstitucional.

O funcionamento do Centro de Inteligência pressupõe essencialmente uma lógica colaborativa, com uma concepção democrática, que caracteriza essa nova estrutura judicial.

Em sua atuação inovadora, e na ausência de uma normatização expressa, a prática tem estabelecido o procedimento para o tratamento dos temas afetados e a estratégia de trabalho envolve reuniões, levantamento de dados, realização de audiências públicas e emissão de notas técnicas com caráter recomendatório.

Os elementos que envolvem o trabalho em um Centro de Inteligência são o diálogo interinstitucional permanente, a democratização na afetação dos temas e os estudos técnicos de



soluções, que validam a metodologia e o fluxograma adotados para análise das propostas e execução dos trabalhos.

Todos os temas trabalhados no Centro Local de Inteligência do Paraná encontram-se detalhados e publicados no site https://centrodeinteligencia.jfrn.jus.br/jfpr/#/.

Seguem abaixo os temas afetados ao Centro Local de Inteligência em 2020 e 2021:

N° do ID	Tema	Data de cadastramento	Descrição	Situação
01	Cadastramento da entidade Banco do Brasil S/A no sistema e-proc	5-fev-20	Representação processual e cadastramento da entidade Banco do Brasil S/A no sistema e-proc - para padronização do procedimento de intimação.	Exaurido
10	Gestão das ações versando sobre seguro desemprego, sendo acionado o CLIPR em face da multiplicidade dessas demandas, que recomendam gestão e tratamento uniforme.	18-fev-20	Ajuste da Portaria Conjunta no 2/2019 da Corregedoria do TRF4 e SISTCON, em face do fluxo acordado.	Supervisão de aderência
12	Viabilidade de Acordo com os Correios	14-jan-20	Possibilidade de acordo nos processos ajuizados contra os Correios nos Juizados Especiais Federais.	Exaurido
13	Proposta de alteração da Resolução nº 305, de 7 de outubro de 2014, do Conselho da Justiça Federal	6-abr-20	Trata-se de iniciativa decorrente da identificação de uma maciça evasão de peritos médicos dos quadros da Justiça Federal do Paraná, notadamente aqueles atuantes no âmbito da jurisdição previdenciária, em especial os benefícios previdenciários e assistenciais por incapacidade. Volta-se a presente Nota Técnica, ainda, à preparação da Justiça Federal para um cenário de aumento da litigiosidade voltada à concessão de benefícios previdenciários por incapacidade e a necessidade de uma resposta pronta, adequada e de qualidade aos jurisdicionados, em um contexto de crise como a atual.	Exaurido
14	Prova Técnica Simplificada para verificação de incapacidade, capacidade laborativa ou deficiência para fins de instrução de processos da competência previdenciária. Albergue legal. Aplicabilidade.	22-abr-20	Sugere-se que o 'parecer técnico simplificado' ou 'prova técnica simplificada', previsto no art. 464 do CPC atual, seja utilizado como o meio de prova quiçá mais adequado aos processos previdenciários envolvendo a obtenção de benefícios por incapacidade ou deficiência.	Supervisão de aderência
15	Reintegrações de Posse das Margens da Linha Ferroviária	4-mai-20	A grande extensão da malha ferroviária na região sul do país, especialmente ao cruzar centros urbanos, tem gerado conflitos entre a administração pública federal, concessionárias que exploram esse serviço e comunidades locais. Um grande volume desses conflitos diz respeito à ocupação das margens de ferrovias e às respectivas faixas de domínio. Há em curso na 4ª região, tanto no TRF, quanto em primeiro grau,	Em estudo/anális e

		·		ı
			milhares de reintegratórias de posse buscando a	
			desocupação destas áreas, impetradas pelas	
			concessionárias das ferrovias após notificações e	
			multas impostas pela ANTT. As multas decorrem	
			de fiscalização que diagnostica ocupação	
			irregular da área da faixa de domínio que é	
			informada pelo DNIT. Existem, também, ações	
			que visam a reurbanização de localidades	
			vizinhas a malha férrea. Além do grande volume	
			de ações existentes, há grande potencial de	
			ingresso de novas ações na Justiça Federal,	
			conforme informação da principal concessionária	
			de ferrovias na 4ª região, uma vez que existem	
			notificações, em relação às quais ainda não	
			houve ajuizamento de reintegratórias.	
			A presente proposta visa analisar o instituto da	
			Justificação Administrativa em face da alteração	
			legislativa introduzida pela MP 871/2019,	
	Hilidado da luctificação		· ·	
	Utilidade da Justificação		convertida na Lei n. 13.846, que possibilitou a	
1.0	Administrativa em face	4 mai 30	comprovação da atividade do segurado especial	[Fyourists
16	da alteração legislativa	4-mai-20	por intermédio de autodeclaração e documentos	Exaurido
	introduzida pela Lei n.		como prova material de atividade rural e/ou	
	13.846		consulta às bases governamentais, visando a	
			aplicação dos normativos de forma a contribuir	
			para aprimorar o funcionamento do Poder	
			Judiciário.	
			Na Justiça Federal de 1º Grau desta 4º Região,	
			são numerosas as demandas que discutem danos	
			decorrentes de vícios construtivos em imóveis	
			financiados. Geralmente, processos de tal	
			natureza demandam a realização de inúmeras	
	Padronização e criação		perícias técnicas. Logo, estudar alternativas que	
17	de Laudo Eletrônico para	27 : 20	possam trazer algum tipo de padronização na	Em
17	ações que versem sobre	27-jan-20	confecção dos laudos periciais pode trazer	implantação
	Vícios Construtivos		resultados bastante satisfatórios, promovendo	
			economia de recursos, bem como maior	
			isonomia, efetividade e celeridade, além de atuar	
			na prevenção quanto ao ajuizamento de novas	
			demandas judiciais. Grupo de Trabalho formado	
			pela Corregedoria do TRF4.	
			Gestão de processos relativos ao auxílio	
18	Auxílio Emergencial	1-jun-20	emergencial por meio de estabelecimento de	Supervisão de
	, taxino Emergencia:	1 1 2	fluxos de trabalho pré-processual e processual.	aderência
19	Desenvolvimento de	9-jun-20	Demandas ajuizadas na Justiça Estadual que	Aguardando
10	Ferramenta de	5 Juli 20	serão futuramente redistribuídas à Justiça	resposta
	Comunicação entre E-		Federal em razão do trânsito em julgado do	ιεορυσια
	-		acórdão do Tema 793 (RE 855.178). Necessidade	
	proc e Projudi			
			de priorização das ações já em andamento para a	
			integração dos sistemas via MNI, ao menos para	
			as demandas que tratam de Direito à Saúde, cuja	
			competência da Justiça Federal restou definida	
			pelo STF. Alternativamente, e ainda que não seja	
			uma solução definitiva, sugere-se que se solicite	
			o aprimoramento dos perfis de usuários do	
			EPROC já criados para a remessa de Cartas	
			Precatória-Perícia, para que a remessa possa	
			abranger o ajuizamento de demandas e demais	
			ações necessárias para a remessa dos feitos em	i .



			comento.	
			A proposta do CLIPR é formular consulta ao INSS	
			e setores responsáveis pela gestão do e-Sisrec,	
			para criar um mecanismo de interoperabilidade	
			entre o E-Proc e o E-Sisrec, estudando uma forma	
			de comunicação do ajuizamento de ações	
	Desenvolvimento de		judiciais e notificação das autoridades coatoras	
20	Ferramenta de	16 iun 20	pela interoperabilidade sistêmica. Em consulta à	Arguivada
20	Comunicação entre E-	16-jun-20	gerência de atendimento do INSS sobre a viabilidade da proposta de interligar os sistemas,	Arquivado
	proc e- Sisrec		1	
			para facilitar a comunicação com a inserção de alguma ferramenta que possa interagir e	
			comunicar a judicialização no e-Sisrec por meio	
			de um aviso, cuja ciência serviria de notificação	
			da autoridade responsável pelo recurso, a	
			resposta foi positiva.	
			Até 2019 referido ente vinha sendo representado pela CEF nos processos em que figurava como	
			parte. A partir de outubro ou novembro do ano	
			passado, a EMGEA deixou de ser representada	
			pela CEF nas ações habitacionais e o advogado da	
			CEF passou a renunciar ao mandato nos	
	Regularização da		processos, obrigando as secretarias a intimar a	
21	representação	15-jun-20	EMGEA por carta para regularizar a	Exaurido
21	processual da EMGEA	15-jun-20	representação. Como a EMGEA está cadastrada	LXauriuo
	processual da Elvidez		no eproc como entidade, não tinha com incluir o	
			novo procurador no processo. Atualmente a CEF	
			tem feito substabelecimento nesses casos,	
			visando regularizar a situação. Aparentemente a	
			situação vai se estender também às ações	
			envolvendo contratos comerciais.	
			Viabilização de acesso, pelos magistrados e	
	Acesso ao SAT Central do		servidores da Justiça Federal da 4ª Região, à base	
22	INSS	1-jun-20	de dados do Instituto Nacional do Seguro Social	Exaurido
			(INSS) denominada "SAT CENTRAL".	
			Proposta de Acordo de Cooperação Técnica a ser	
			firmado entre a União - Ministério da Cidadania e	
	Acesso ao sistema GERID	20 :1 20	o Tribunal Regional Federal da 4º Região, para	F
23	- DATAPREV	29-jul-20	promover cooperação técnica em busca de maior	Exaurido
			eficiência nas conciliações nas ações relativas ao	
			auxílio emergencial.	
			Organização estrutural competente para a	
			análise dos recursos administrativos interpostos	
	Processo de Recursos		em face de decisões administrativas denegatórias	
	Administrativos da		de benefícios previdenciários e assistenciais,	
	Previdência Social -		buscando clarear o caminho a ser percorrido até	
24	Sistemática do	12-ago-20	que muitas vezes se chegue ao Poder Judiciário a	Arquivado
	Provimento nº 1, de 23		impugnação de atos administrativos, por meio de	
	de janeiro de 2020/CRPS.		mandados de segurança ou outros meios	
	Competência.		judiciais, considerando a nova sistemática do	
			Provimento nº 1, de 23 de janeiro de 2020/CRPS.	
			IRDR.	
25	Execução da Multa	19-ago-20	Trata-se de proposta formulada pelos	Em
	Penal. Título Executivo.		magistrados da 3a Vara Federal de Maringá,	estudo/anális
	Legitimidade Ativa. ADI		questionando a atual sistemática da execução da	е
	3150/DF. Provimento nº		pena de multa decorrente de condenações	
	88/2020 (artigos 360 e		criminais, em razão da recente alteração dada	
	361) da Consolidação		pela Lei nº 13.964/2019 ao artigo 51 do Código	



inistério Público ra de Execução da Fazenda itar o bloqueio
da Fazenda itar o bloqueio
itar o bloqueio
·
•
o auxílio Arquivado
na SISBAJUD.
es quanto ao
cial na
e da contestação,
de análise do
ra acerca da
conseguência Supervisão de
o crédito, aderência
ento de execução
rocedimento,
s, poderia evitar o
cões fiscais.
processos para Em
ais médicas estudo/anális
essidade e
nendação SEI
fas decorrentes
de cumprimento Supervisão de
abrii de 2020,
inhadas as
m base na
posteriores.
os sistemas da
os sistemas do
Região, a fim de implementaç
plantações de ao
m vistas ao
ra o tratamento Em
tivos. Quesitação estudo/anális
operativos e
áticas.
ar os critérios de Arquivado
-
ue carecem de
entemente, por
uperior Tribunal
ossível a extensão
que o imóvel
ui registro de
o fiduciária (e não
lação) firmada
ão financeira. A
estabelece que a
estabelece que a rutora e o agente
-
utora e o agente
utora e o agente r à celebração da

	T	I	T	
			abuso nas garantias constituídas na incorporação	
			imobiliária, de forma a proteger o consumidor de	
			pactuação que acaba por transferir a ele os riscos	
			do negócio.	
			O projeto busca estabelecer um fluxo processual	
			de tratamento dos processos envolvendo o tema	
	~ .		as aposentadorias por tempo de contribuição e	
	Conciliação Processual-		as aposentadorias especiais, principalmente	
24	Aposentadorias por	10 for 21	aquelas em que há reconhecimento de tempo	A
34	Tempo de Contribuição e as Aposentadorias	10-16v-21	especial. Abrangerá os casos de erros administrativos, como erros de contagem de	Arquivado
	Especiais		tempo de contribuição. Não estão abrangidas as	
	Especiais		ações de revisão em que a discussão é só matéria	
			de direito, como tetos das EC20 e 41, por	
			exemplo.	
			Projeto busca estabelecer uma rotina de	
			realização de conciliação extrajudicial entre a	
			Procuradoria Federal do Estado do Paraná, a	
			Defensoria Pública da União e o Instituto	
			Nacional do Seguro Social, com foco em	
			demandas de cidadãos que buscam a DPU para o	
			ajuizamento de ações judiciais previdenciárias,	
	Projeto de		após terem tido o benefício negado ou cessado	
25	Desjudicialização de	10 for 24	pelo INSS. O projeto piloto abrangerá as	A manualta an al
35	Ações Previdenciárias -	10-fev-21	demandas de cidadãos que buscam a DPU para a	Arquivado
	DPU		concretização de direitos previdenciários que	
			estejam entre as matérias que puderem ser	
			reconhecidas de plano pela PGF, com base nos	
			atos normativos do INSS e nas Súmulas e	
			Pareceres vinculantes da AGU sobre a matéria	
			previdenciária, bem como em relação às	
			hipóteses dos artigos 29 e 3°, da Portaria/AGU	
			488/2016.	
			Plano de ação para melhoria do acesso à justiça,	
	Padronização de		da resolutividade e do fluxo de dados dos	
36	cumprimento das	07-jan-21	processosjudiciais referentes aos benefícios de	Aguardando
	decisões das ações civis	_	prestação continuada, desenvolvido pelo	reunião
	públicas de BPC		Laboratório de Inovação da Corregedoria do	
			TRF4 e o CLIPR. Reuniões colaborativas interinstitucionais com o	
			INSS e CRPS a fim de criar estratégias para	
	Estudos sobre o fluxo de		agilizar e qualificar a tramitação dos recursos	
37	processamento dos	18-fev-21	administrativos interpostos em face das decisões	Aguardando
3,	Recursos Administrativos	10-16V-ZI	do INSS, visando a desjudicialização de	resposta
	e Remessa ao CRPS		mandados de segurança repetitivos perante a	
			Justiça Federal.	
			Workshop destinado a estimular o debate acerca	
			de conceitos que permeiam os processos de	
	Manufactor NV 1		vícios construtivos com participação de todos os	Em
38	Workshop Vícios	26-fev-21	atores envolvidos. A primeira edição contou com	implementaç
	Construtivos		o protagonismo da Caixa Econômica Federal. A	ão
			segunda edição contou com a participação da	
			Câmara Brasileira da Indústria da Construção.	
39	Indenizatórias	05-mar-21	Estudos sobre o tratamento dos processos a	Arquivado
	decorrentes do		serem ajuizados (potencialidade que gira em	
	Cancelamento da prova		torno de 50 mil ações), para viabilizar possível	
	do concurso da Polícia		fluxo de acordo com a UFPR, bem como medidas	
	Civil do Paraná – UFPR		de facilitação para a tramitação e do acesso à	



			justiça, entre outras medidas.	
40	Expedição de Diploma de Instituições de Ensino Superior que entraram em inatividade – MEC	12-mar-21	Tratamento dos processos repetitivos ajuizados na Justiça Federal em decorrência dos pedidos de expedição de diploma pelas instituições de ensino superior que entraram em inatividade.	Aguardando audiência
41	INSS- Autoridades Coatoras Centralizadas em um único login	05-abr-21	Proposta apresentada pelo INSS, de que as as notificações e intimações das autoridades coatoras sejam centralizadas em um único login, aproveitando-se o login da CEAB-DJ, permitindo melhor controle e efetividade maior no atendimento das comunicações processuais.	Em diligência
42	Liquidação da Sentença Previdenciária dos JEFs - Contadoria Judicial	08-abr-21	Após o trânsito em julgado de uma sentença condenatória que imponha obrigação de fazer e de pagar ao INSS no âmbito dos Juizados Especiais Federais que, depois da requisição direta do cumprimento para a CEAB/DJ do INSS e da comprovação do cumprimento, os feitos sejam liquidados pela Contadoria Judicial. Passo seguinte, a intimação das partes para ciência e concordância ou impugnação.	Em estudo/anális e

No período de janeiro a maio de 2021 foram abertos 12 procedimentos administrativos novos e tramitados um total de 72 procedimentos administrativos.

Importante ressaltar que o Centro Local de Inteligência conta com apenas uma servidora de dedicação exclusiva que realiza toda a movimentação dos processos SEI, agenda as reuniões, realiza pesquisa estatísticas e analisa documentos, faz os contatos e convida os participantes, opera o aplicativo zoom, presta atendimento aos interessados, confecciona as atas, presta assessoria ao Juiz Coordenador, confecciona as minutas de documentos, tais como proposta, ofícios, notas técnicas, realiza pesquisas e anexa documentos pertinentes aos temas em andamento, organiza a agenda da unidade e atualiza constantemente o site com notícias, documentos e informações sobre temas novos e em andamento.

As reuniões são periodicamente anunciadas no grupo de whatsapp e o convite para participação é aberto a todos os membros. Os demais servidores componentes do CLIPR não participaram das atividades no decorrer de 2021. Alguns juízes componentes do CLIPR auxiliam normalmente o Juiz Coordenador participando das reuniões, redação de Notas Técnicas e na proposição de novos temas. Outros juízes, que não compõem do Centro Local de Inteligência, também realizam essas mesmas atividades de auxílio eventual. Todas as reuniões foram presididas pelo Juiz Coordenador.

Há participação importante do Núcleo de Conciliações de Curitiba e da Corregedoria Regional da 4a Região em grande parte dos projetos do CLIPR. São realizadas semanalmente em média duas a três reuniões interinstitucionais e uma reunião interna, com duração aproximada de duas a três horas, totalizando a média de quatro reuniões semanais ou 12 horas por semana.

Seguem alguns trabalhos desenvolvidos no período:

Serra do Mar (não consta no relatório do site por tratar de questão sensível e sigilosa)

O CLIPR, desde 2019, tem auxiliado a CEF e a Prefeitura de São José dos Pinhais no tratamento da questão social e habitacional que envolvem as unidades habitacionais dos condomínios Serra do Mar I e Serra do Mar II. Trata-se de 18 blocos de 4 andares, sendo 8 unidades por pavimento e 38 unidades por bloco; são 576 unidades mais 18 casas semiadaptadas, ou **594 unidades no total.** Muitas dessas unidades estão indevidamente ocupadas e serão objeto de ação de reintegração de posse por parte da CEF.



O CLIPR está reunindo-se com a prefeitura na tentativa de regularizar a situação dos moradores que queiram permanecer no local em situação regular. Nesse ano de 2021, os condomínios estavam sem nenhuma administração e a COPEL notificou que iria desligar a energia elétrica que abastece as áreas comuns do condomínio, o que geraria também a falta de água, em razão da bomba elétrica que faz a distribuição. Acionando a DPU, esta prontamente ajuizou uma ação civil pública e o CLIPR já promoveu 08 reuniões na tentativa de um acordo de parcelamento da conta, foi eleita uma síndica e regularizadas as instalações ilegais (gatos).

Acompanhamento do Prov. 90/2020 da Corregedoria e COJEF

O CLIPR atua permanentemente no grupo de trabalho instaurado pela Corregedoria Regional para acompanhamento do cumprimento e adequação do Provimento 90/2020, sendo muitos debates travados dentro do grupo do whatsapp. Nesse ano de 2021 já foram realizadas duas reuniões de trabalho para estudar alterações necessárias no Provimento. Atualmente o CLIPR auxilia a Corregedoria para viabilizar a centralização dos 19 logins atualmente existentes para as autoridades coatoras, ou seja, um por Gerência Executiva do INSS da Superintendência Regional Sul da Autarquia, em apenas um login, que seria o login já existente da CEAB-DJ bem como na atualização do Anexo I Provimento 90 para inclusão dos eventos criados posteriormente no decorrer da sua execução.

Acompanhamento da centralização e a adoção de rito padronizado e simplificado nas ações referentes ao Auxílio Emergencial instituído pela Lei no13.982/2020 - Portaria Conjunta Nº 6/2021

O CLIPR participa ativamente dos grupos de trabalho que acompanham a execução da Portaria Conjunta 6/2021.

Participação no Grupo de Trabalho formado a partir do OFÍCIO № 41 – LIODS

A partir de solicitação enviada pela Dra. Márcia Eliza, do INSS, com a relação das Ações Civis Públicas envolvendo o BPC, foi verificado um número maior de ações em tramitação no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, cuja análise poderia servir para conhecer os detalhes da judicialização e auxiliar na definição de indicadores sobre o reconhecimento da situação de miserabilidade e das pessoas portadoras de deficiência. Assim, o CNJ, considerando a necessidade de desenvolver projetos relacionados ao ODS 1, que trata da erradicação da pobreza, e a possibilidade de o LIODS/CNJ estabelecer conexões entre os Laboratórios de Inovação e os Centros de Inteligência para o desenvolvimento de projetos conjuntos dentro da Agenda 2030, solicitou auxílio à Corregedoria Regional do TRF4, que determinou que a questão fosse tratada mediante atuação conjunta com a COJEF, o SISTCON e o CLIPR com o *Grupo Desjudicialização em Benefícios Previdenciários Residuais*.

Essa Supervisora realizou estudo do tema entre as ACPs da 4ª Região e verificou que a planilha enviada pelo INSS continha 9 (nove) ações civis públicas de abrangência nacional, sendo que, dessas, apenas 3 (três) tinham transitado em julgado, uma delas de improcedência, outra versava sobre o estrangeiro (Tema 173 STF) e outra sobre a dedução de gastos (5044874-22.2013.404.7100).

Mais da metade das ações civis públicas ajuizadas (regionais, estaduais e municipais) versavam sobre a desconsideração do benefício de valor mínimo a membro do grupo familiar, o que foi recentemente regulamentado pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, art 1º, parágrafo 14º. Na reunião interinstitucional realizada em 23/02/2020 - 9h, com participação de representantes do CNJ, Justiça Federal, INSS, Procuradoria Federal, Secretaria da Previdência e Ministério da Cidadania deliberou-se que:



O objeto do grupo de trabalho será inicialmente auxiliar na elaboração do ato normativo previsto no Termo de Acordo no Recurso Extraordinário 1.171.152/SC - TAC, cláusula 8.1.2: o valor referente ao comprometimento do orçamento do núcleo familiar com gastos do idoso ou da pessoa com deficiência requerente, de que trata o item 8.1.1, será definido em ato conjunto do Ministério da Cidadania, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e do INSS, a partir de valores médios dos gastos realizados pelas famílias exclusivamente com essas finalidades.

Posteriormente o grupo de trabalho realizou outras reuniões, inclusive com o Comitê de Saúde do CNJ, estando os trabalhos ainda em andamento.

Defesa e Aprovação da Nota Técnica expedida pelo CLIPR sobre Melhorias do Programa de Olho na Qualidade junto ao Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal - NT 05/2020- CLIPR

O CLIPR apresentou uma Nota Técnica sobre o Programa de Olho na Qualidade da Caixa Econômica Federal objetivando a desjudicialização das ações de vícios construtivos, promoção das conciliações e facilitação dos meios probatórios, tendo a Nota sido aprovada por unanimidade e ratificada pelo Centro Nacional de Inteligência.

Realização de Reuniões Colaborativas Interinstitucionais

- Realização de reunião colaborativa interinstitucional com vistas a otimizar o fluxo de recursos entre o CRPS e INSS e evitar o ajuizamento massivo de mandados de segurança e criação de logins específicos;
- Realização de reuniões de trabalho para debater os quesitos da Consolidação do Laudo Eletrônico Padronizados de Vícios Construtivos;
 - Participação nas reuniões do Grupo Operacional do Centro Nacional de Inteligência.

WorkShop sobre Vícios Construtivos II e III

No dia 03 de março de 2021, o CLIPR, com a participação da CBIC — Câmara Brasileira da Indústria da Construção promoveu o **II Workshop sobre Vícios Construtivos** com debates com magistrados federais que tratam do tema, o qual contou com a participação de 250 pessoas, entre magistrados, servidores, peritos, membros da DPU, membros do MPF, advogados e engenheiros, integrantes da CEF, abordando os seguintes temas:

- 1. O programa PBQPH Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat.
- 2. Importância da manutenção preventiva na vida útil do imóvel.
- 3. Vícios comuns por falta ou má manutenção ou uso indevido.
- 4. As normas brasileiras e o manual do proprietário.
- 5. A responsabilidade civil do construtor.

No dia 02 de junho de 2021, o CLIPR irá promover o **III Workshop sobre Vícios Construtivos**, dessa vez com a participação do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo (CAOPMAHU), na mesma linha do anterior, o qual conterá a seguinte programação temática:

- 1. Atuação das Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo. Ações coletivas envolvendo imóveis faixa I e II com vícios construtivos graves. Direitos e deveres do Estado. Apresentação de casos.
- 2. Medidas de apoio, atendimento, cadastramento e assistência social em imóveis faixa I. Reintegrações de posse e violações de direitos humanos. Apresentação de casos.
- 3. Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) e os meios possíveis para efetivar nas cidades a aplicação da Lei Federal nº 11.888/2008, que garante para famílias de baixa



renda a assistência técnica pública e gratuita de arquitetos e urbanistas e engenheiros para projeto, reforma e construção.

4. Declaração de Quito sobre cidades e assentamentos urbanos para todos. Plano de implementação de Quito para a Nova Agenda Urbana. Nova Agenda Urbana e suas implicações no problema habitacional social de Curitiba e Região Metropolitana. Políticas sociais, medidas e enfrentamentos preditivos. A problemática envolvendo os imóveis faixa I e os vícios construtivos.

Outros Projetos em Andamento

1. Planejamento e organização para a criação de um Fórum Interinstitucional Regional de Direito Imobiliário e Habitacional (nome provisório).

GABINETE DE ADMISSIBILIDADE

1. Formação do Gabinete de Admissibilidade do Paraná: O Gabinete de Admissibilidade Recursal, criado na SJPR em julho de 2017, esta vinculado à Direção do Foro desde a Resolução n. 68 do TRF4, de 21 de junho de 2017, que atribuiu aos Diretores do Foro da Seção Judiciária a competência para o exame de admissibilidade de uniformização nacional e regional e dos recursos extraordinários.

No Paraná, desde o início das atividades no atual formato, com fim de agilização e otimização dos procedimentos especializados praticados no âmbito da admissibilidade recursal bem como a facilitação da comunicação e de sua administração, foram reunidas no mesmo setor (órgão) as funções atribuídas à secretaria (relativas ao órgão de admissibilidade) e de gabinete (propriamente ditas).

Observe-se que o gabinete de admissibilidade desenvolve as atividades jurisdicionais e processuais, consistentes no exame de admissibilidade, bem como acumula também as funções de movimentação processual, inerentes ao trabalho normalmente desenvolvido em secretaria, inclusive lançamento de fases, conclusões, intimações, atos ordinários, cumprimento de despachos, remessa e recebimento de processos devolvidos pela TNU, TRU e STF.

Assim, o Gabinete de Admissibilidade da Seção Judiciária do Paraná tornou-se um setor completo, com estrutura própria, sob a responsabilidade e coordenação do Juiz Federal Diretor do Foro, incluindo a parte de movimentação processual, que até então era desempenhada pela Divisão de Apoio às Turmas Recursais/PR (setor subordinado ao Juiz Coordenador das Turmas Recursais).

Registre-se que somente na Seção Judiciária do Paraná o Gabinete de Admissibilidade foi criado no formato acima descrito, o que no decorrer do período desde a sua criação (4 anos) se revelou extremamente eficaz, célere e com comunicação afinada entre as equipes responsáveis pela admissibilidade de recursos e movimentação processual.

2. Relatório de atividades e dinâmicas do gabinete: Verifica-se que a integração dos setores e procedimentos relativos ao gabinete de admissibilidade, tanto relacionados ao mérito, quanto à movimentação processual, possibilitou o desenvolvimento e implementação de dinâmicas de fluxo de trabalho no sistema eproc, mediante a melhor utilização dos recursos disponíveis, com maior eficiência. Para tanto, foram criadas 249 regras de automatização de localizadores; 573 preferências para a criação de minutas de decisões e de atos ordinatórios, já sendo programado o lançamento de fases, bem como as intimações das partes e alteração de localizadores; 606 textos do tipo padrão e 43 modelos de atos ordinatórios.



Em 04/08/2017 foi publicada a Portaria nº 1405, da Direção do Foro da Seção Judiciária, regulamentando a utilização de atos ordinatórios nos processos em trâmite no Gabinete de Admissibilidade do Paraná.

Em meados de 2019, o Gabinete de Admissibilidade do Paraná foi escolhido, dentre os demais da 4ª Região, pela COJEF como piloto para a implantação e desenvolvimento do **projeto de Inteligência Artificial** no eproc, nova ferramenta de classificação de recursos mediante indicação de temas de sobrestamento (Projeto Teori), o que tem se mostrado uma ferramenta muito útil na análise inicial dos recursos.

No Gabinete organizamos as atividades divididas entre os membros da equipe por matéria. Na ocorrência de demandas de urgência e aumento do volume de processos, fazemos mutirões entre os servidores de modo a agilizar os trabalhos.

É realizado acompanhamento periódico dos processos afetados como representativos da controvérsia, repetitivos e com repercussão geral, pelos Tribunais Superiores (STF/STJ) e Turmas Uniformizadoras (TRU e TNU), de modo a racionalizar e otimizar o andamento dos recursos em trâmite e que aguardam o julgamento neste Gabinete de Admissibilidade.

3. Atribuições dos servidores: O Gabinete de Admissibilidade do Paraná conta atualmente com 4 (quatro) servidores e 2 (duas) estagiárias, que atendem tanto o gabinete quanto a secretaria.

Tem como atribuições gerais do Gabinete de Admissibilidade: Elaboração de minutas, utilizando-se textos padrão/modelo, criação de preferências de fases e de minutas com programação de fases e agendamento de intimações, a fim de aperfeiçoar a organização dos trabalhos do gabinete em geral; orientações aos estagiários. Pesquisa e acompanhamento de jurisprudência. As demais atribuições relacionadas a cada servidor encontram-se no Relatório 5643777.

4. Relatório Estatístico do Gabinete de Admissibilidade do Paraná: As informações abaixo foram colhidas no relatório estatístico mensal e visam demonstrar a movimentação processual no período 2019-2021, perfazendo uma média de 1.250 processos recebidos por mês:

Entrada de	Conclusõe	Decisõe	Remanescente	Sobrestado
processos	S	S	S	S
29.957	24.924	42.997	376	7.890

4.1. Remanescentes conclusos por antiguidade: Registre-se que com o fim de administração do acervo remanescente no gabinete com a fase de conclusão, tendo como meta a elaboração de minutas em 15 dias e a conferência e assinatura no prazo de 30 dias, foram criadas regras de automatização para verificação de antiguidade (por data), a partir de localizadores, conforme tabela abaixo:

Localizadores automatizados de verificação de conclusões	Descrição	Nº de processos
0- CONCLUSOS ANTIGOS	Processos conclusos há mais de 15 dias – aguardando a elaboração da minuta	27
0- CONFERIR ANTIGOS	Processos conclusos há mais de 30 dias – aguardando a conferência da minuta	4
0- MINUTADOS ANTIGOS	Processos conclusos há mais de 30 dias - com minutas conferidas aguardando assinatura	25

5. Gestão de pessoas: No intuito de aprimorar a gestão de pessoas e compartilhamento de conhecimento entre a equipe, passamos a fazer uso da plataforma Zoom meetings, em sua versão



gratuita, onde realizamos reuniões periódicas com todos os membros da equipe e trocamos ideias sobre o fluxo de trabalho e sua otimização, o que tem trazido bons resultados, desde o início. Também utilizamos grupo especifico no WhatsApp para assuntos do cotidiano, orientações e demais compartilhamentos inerentes a atividade do Gabinete/Secretaria.

Cumpre ressaltar, por fim, que durante este biênio tivemos que atuar, a partir de março/2020, compulsoriamente em regime remoto de trabalho, em virtude da pandemia, e que durante o período todos os servidores se mostraram extremamente dedicados e colaborativos às atividades do gabinete, como costumeiramente já atuavam, de modo que é muito satisfatório termos uma equipe unida em prol de objetivos coletivos e relações interpessoais gratificantes.

DIREÇÃO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E JURÍDICA

Responsável pela autuação, instrução e movimentação de processos administrativos de competência da Direção do Foro e Secretaria Administrativa, informações, minutas de despachos, controle de documentos e processos, pesquisas, análises de documentos, recebimento de e-mails, telefonemas e atendimento ao público interno e externo.

Assessora a Direção em agendamentos e reuniões com servidores e diretores de núcleos, assim como com autoridades de outros órgãos.

Foram realizadas as Inspeções Administrativas em 2020 e 2021, em formato 100% remoto, durante o mesmo período das Inspeções Judiciais, no mês de maio, resultando numa integração entre as áreas judicial e administrativa, bem como o aproveitamento e compartilhamento das atividades realizadas pela Corregedoria que são de interesse de todos. Durante esse período foram realizadas reuniões, via Zoom, entre a Direção Administrativa e os Diretores dos Núcleos para a troca das experiências, reflexões sobre a situação das unidades e perspectivas para o futuro. Reuniões administrativas também foram realizadas em cada Subseção Judiciária com as respectivas Direções de Foro. Além disso, foi determinada a inspeção do SEI de todas as unidades administrativas para a identificação de processos sem movimentação há mais de 60 dias, não encontrando irregularidades.

Em 2020 foram instruídos 2.447 processos, sendo gerados 180 processos administrativos e 3.036 documentos.

Em 2021 de janeiro a maio foram 409 processos, 1288 documentos gerados e 387 documentos externos.

SEÇÃO DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO

Responsável pela análise e aprovação prévia de minutas de editais de licitação, contratos, acordos, convênios ou ajustes, com base no mandamento legal contido no art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, bem como de pareceres jurídicos em questões administrativas de competência da Direção do Foro e Secretaria Administrativa.

Importante ressaltar os estudos da nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), que entrou em vigor em 1º de abril de 2021, e que possui 2 (dois) anos para aplicação integral.



Em 2020 foram gerados 2 processos, tramitaram um total de 416 processos, com tempo médio de tramitação de 8 dias, tendo sido gerados 2.758 documentos, entre eles 550 pareceres, e juntados 1024 documentos externos.

De janeiro a maio de 2021 foram gerados 3 processos, porém, tramitaram um total de 203 processos, com tempo médio de tramitação de 10 dias, tendo sido gerados 1288 documentos e juntados 387 documentos externos. Os relatórios constam nos documentos SEI 5475404 e 5614360.

SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Em 2020 foram elaboradas e publicadas pela Seção de Comunicação, no site institucional, 167 matérias jornalísticas e 59 avisos, o que resulta na média mensal de 16 matérias. Também realizou a compilação de dados e portarias para a publicação de informações na área comunicação institucional do site, trabalho minucioso e que demanda atualização contínua.

Atendimento aos veículos de comunicação, magistrados e servidores em relação aos processos em trâmite, bem como operações em curso na SJPR, tais como operação Lavajato (13ª VF), Narcobrokers (23ªVF), Integração (23ª VF), Haschtag (9ª VF), Carne Fraca (14ª VF), Butano (14ª VF), Operação Mercado das Armas (13ª VF), Operação Piloto (23ª), Operação Pecúlio (Foz do Iguaçu) dentre outras.

Somente em 2020, a operação Lavajato teve 7 (sete) novas fases (70ª a 77ª), recebeu 17 denúncias e proferiu de 14 sentenças, e nessas ocasiões compete ao jornalista contratado o contato com a imprensa para o repasse de informações, essa é uma prática estabelecida desde abril de 2014 com o início da Operação. Além disso, compete ao jornalista o contado direto com as Seções de Comunicação Social do Ministério Público Federal e Polícia Federal para o alinhamento de estratégias para a divulgação das ações. Em algumas ocasiões também é necessário o alinhamento junto à Direção de Comunicação Social do TRF4.

Atualização semanal das planilhas das Operações Lavajato e Integração criadas pela Seção de Comunicação, por meio de atualização dos dados relativos aos processos em trâmite (sentenças, suspensões, denúncias, audiências designadas, réus presos). Respectiva divulgação na imprensa por meio do grupo criado pela Seção de Comunicação Social denominado "Lavajatão no Paraná" que reúne 200 jornalistas de renome dos principais veículos de imprensa nacional e internacional, cito como participantes desse grupo: Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, O Globo, Financial Times, The Guardian, Valor Econômico, G1 (regional e nacional), New York Times, todas as emissoras de TV nacionais, Revistas Veja e Época dentre outros.

Divulgação das principais matérias publicadas no site institucional no grupo de whatsapp "Imprensa JFPR" (criado pela Seção de Comunicação Social), em que participam os veículos RIC, G1 Paraná, CBN, Band. Gazeta do Povo, além de vários outros jornais, revistas, emissoras de rádio e TV de todo o estado.

Atendimento de jornalistas de veículos nacionais e internacionais por meio do e-mail imprensa@jfpr.com.br. Somente em 2020 foi realizado o atendimento dos seguintes veículos por meio de e-mail: UOL, TV Record (Roubo da Empresa Prossegur no Paraguai), Estado de São Paulo, Folha de Londrina, Agencia Pública, The Interceptor, Conselho de Enfermagem, TV Bandeirantes, O Globo, G1 Paraná, InSight Crime, Revista Piauí, Folha de SP, RPC, Gazeta do Povo, Jornal Plural, Financial Times, Rede Brasil Atual, Globo News, Plataforma Connectas (plataforma de jornalismo colaborativo para as América sediada na Colômbia), Revista Veja, TV Cultura, R7, Grupo Editorial Autentica, Valor Econômico, Estadão, Revista Época, Diário dos Campos Gerais, Diário dos Campos Ponta Grossa, Jornal da Manhã, Central Gazeta de Notícias, EPTV Campinas, Valor Econômico, Blog

Marcelo Auler, Rede TV, G1 Nacional, Rádio Gaúcha, Rede Gazeta, Revista Veja, CNN Brasil, Jornalista Guilherme Voitch, Universidade de Columbia, Revista Time, Piauí, The Intercept Brasil, Diário do Sudoeste, Zero Hora, Rádio Gaúcha, CBN, CBN Maringá, TV Gazeta Espírito Santo, Revista Crusoé, Editora Sextante, Rádio Bandnews, Portal JNN, Paraná Portal, Grupo Folha, dentre outros. Vale destacar que também foram realizados atendimentos por meio do aplicativo de mensagens whatsApp.

Apoio aos magistrados para a elaboração de notas e encaminhamento à imprensa. Em 2020 foram elaboradas notas de esclarecimento a pedido dos juízes federais Dra. Gabriela Hardt (13ª Vara Federal de Curitiba) e Dr. Cristiano Manfrim (3ª Vara Federal de Maringá - Caso Sevilha). Nota solicitada pela Direção do Foro de Ponta Grossa sobre o auxílio emergencial.

Apoio aos magistrados e unidades judiciárias no caso de concessão de entrevistas, esse ano foram concedidas entrevistas intermediadas no que se refere aos assuntos auxílio emergencial (NAJ e Direção do Foro de Ponta Grossa), Núcleo de Conciliação, Destinação de Valores para o combate à pandemia, dentre outras.

Credenciamento da imprensa para o Tribunal do Júri do Caso Sevilha (mês de março de 2020).

Apoio na prospecção de novas matérias, inclusive com a participações nas Seções das Turmas, antes da pandemia, a fim de captar material novo para publicação.

Apoio nas campanhas de divulgação elaboradas pela COMSOC, como por exemplo, Campanha de arrecadação de gelatinas para o Hospital Pequeno Príncipe, Campanha de divulgação do novo site da JFPR, Homenagem ao Dia das Mães, Outubro Rosa e nas campanhas idealizadas por outras unidades, como a Campanha Solidária de Guarapuava, Projeto Orgânico Solidário e Semana do Meio Ambiente.

Apoio na elaboração e publicação de matérias na Intranet, quando necessário.

Atendimento aos pedidos de informações resultantes das ações de improbidade administrativas e ações civis públicas, principalmente originadas das operações em trâmite na JF e relativas aos consórcios de pedágio.

Criação de mailing de veículos de imprensa do interior do estado para maior divulgação das atividades e decisões da Subseções Judiciárias.

Elaboração de matérias para o Jornal Mensal Justiça Expressa, esse ano foram publicadas 9 edições.

Apoio na implementação do novo portal, e em relação aos novos de textos da Carta de Serviços, em conformidade com a Resolução do CJF.

Clipping (busca ativa de publicações em outros veículos) das matérias publicadas no site da JF e posterior remessa aos magistrados e unidades envolvidas.

Criação de conteúdo para posts no facebook com a finalidade de divulgar os serviços prestados pela JF.

Com a implementação do trabalho remoto houve acréscimo nos atendimentos a jornalistas e usuários e incremento do número de atendimentos prestados aos magistrados e administradores das unidades jurisdicionais. Tal fato acabou refletindo no aumento das matérias com conteúdos próprios publicadas em nosso portal e acabou suprindo a ausência dos eventos presencias em que a participação do contratado era imprescindível para o registro jornalístico e fotográfico.

Houve aumento das demandas internas da Seção, pois as divulgações dos contatos das unidades, informações institucionais, dentre outros assuntos, tornaram-se urgentes. Sendo a Seção de Comunicação o canal para todo esse fluxo de informações.

Houve o aperfeiçoamento do atendimento aos veículos de imprensa, com a criação de grupo para a divulgação das matérias publicadas no portal de interesse estadual, gerando bons



resultados. Além disso, vale destacar o aumento da produção jornalística com a elaboração constante de matérias e conteúdos próprios, resultando na divulgação de nossas matérias nos mais diversos meios de imprensa e até mesmo em sites de conteúdo jurídico como: CJF, Conjur, Migalhas, Contraponto, etc. Esse tipo de atendimento prestado desafoga as demandas encaminhadas pelos veículos de imprensa diretamente às unidades judiciárias.

A produção de vídeos com conteúdo institucional também foi uma novidade, onde a equipe elabora o roteiro e conteúdo com o apoio do contratado.

Além disso, outra nova atribuição da Seção é a revitalização do site da JFPR com o aprimoramento dos conteúdos e utilização de linguagem simples, sendo primordial a atuação de toda a equipe para esse fim.

Em 2021 constam do cronograma da Comunicação Social eventos importantes como: aposição de retratos na Galeria de Diretores do Foro (gestão 2017/2019), posse Direção do Foro (julho/2021) e webinar sobre a Imprensa e o Judiciário.

Segue listagem das ações desenvolvidas no período de 1º de janeiro até 11/05/2021:

- Criação, redação, edição da Revista Mensal Virtual Conectados edições de março e abril 2021;
 - Publicação de 86 matérias no site institucional;
 - Publicação de 16 avisos no site institucional;
 - Publicação de 25 matérias na Intranet;
 - Publicação de Avisos na Intranet;
 - Participação no Projeto de Desenvolvimento do Cartão de Visitas Virtual;
- Criação de Campanha Institucional para a Semana de Conscientização e Enfretamento ao Assédio Moral (divulgação da Campanha Prevenção ao Assédio);
- Postagens no facebook institucional: Maio Amarelo Mês de Conscientização sobre os Acidentes de Trânsito; Dia das Mães; Dia do Trabalho; Balcão Virtual; Dia Mundial da Segurança e da Saúde no Trabalho; Dia Mundial do Livro; Dia Mundial da Saúde; Estágio em Direito; Dia Internacional da Mulher; Março Azul Marinho Mês de Conscientização e Combate ao Câncer Colorretal; Acompanhe seus processos na JFPR pelo celular; Estágio Jornalismo Comunicação Organizacional; Dia Mundial das Meninas e Mulheres na Ciência; Fevereiro Roxo Mês de Conscientização sobre o Mal de Alzheimer; Dia Mundial de Combate ao Trabalho Escravo, Janeiro Branco Mês de Conscientização à Saúde Mental;
- Atendimento de solicitações da imprensa: 76 atendimentos a veículos de imprensa realizados (Uol, Rádio Cultura, Radio Band News, Globo Bahia, Revista Piauí, G1 Paraná, Revista Cruzoé, Folha de SP, Gazeta do Povo, Veja, Zero Hora, SBT News, Estadão, Folha de Londrina Revista Isto É, CBN, CONjur, agência EFE, Correio da Manhã (Portugal), Metrópoles, agência Brasil, Rede Massa, RPC, Poder 360, The Intercept, dentre outros).
 - Criação de arte gráfica para divulgação do projeto Banco de Talentos;
 - Criação de arte gráfica para Campanha da Brigada de Incêndio;
 - Criação de Campanha de Divulgação do Sistema SIAPE;
 - Criação de arte gráfica para a Campanha de Divulgação da Vacinação em Guarapuava.

NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO – NADH

O Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano é responsável pelas áreas da saúde física, mental e social, capacitação e ensino à distância, estagiários e apoio jurídico aos assuntos relacionados.



Seção de Apoio Jurídico

Responsável pela elaboração de informações e minutas de despachos/decisões relacionados aos processos e assuntos referentes às áreas de atuação do NADH.

Em que pese o regime de teletrabalho compulsório, atualmente regido pela Resolução TRF4 n. 47/2020, a Seção de Apoio Jurídico teve um acréscimo significativo de volume de trabalho, considerando as estatísticas do mesmo período no ano de 2019, mantendo a produtividade e eficiência. A estatística dos processos e documentos gerados e tramitados na seção no sistema SEI encontra-se no documento 5402864.

No período de período de 01/01/2021 a 28/05/2021 foram realizados:

- Processos com tramitação no período: 210
- Processos com andamento fechado na unidade ao final do período: 184
- Documentos gerados no período: 815

Seção de Acompanhamento de Servidores

A seguir apresentamos a descrição das atividades da Seção de Acompanhamento dos Servidores no período de 2019-2021.

Atividades da Supervisão - Ações gerais e contínuas:

- Atividades relativas à seleção, recrutamento, alocação e movimentação de pessoal (entrevistas, aconselhamento e acompanhamento de servidores e gestores nos processos de admissão, alocação e movimentação de lotação); Operacionalização e monitoramento do projeto Justaposição na Seção Judiciária do Paraná.
- Acompanhamento dos processos de ambientação e avaliação de desempenho de servidores em estágio probatório e progressão funcional (monitoramento de avaliações e assessoria de gestores e servidores em questões de avaliação de desempenho, através de atendimento individualizado).
- Monitoramento e acompanhamento do sistema de teletrabalho na SJ/PR (atendimento de servidores e gestores; planejamento de ações de acompanhamento coletivas, compilação e análise de dados, elaboração de relatórios, pesquisas).

Atividades restritas ao cargo de psicólogo:

- Atuação multidisciplinar com demais profissionais da área de saúde da SJPR; acompanhamento de servidores em licenças para tratamento da própria saúde ou licença para tratamento de saúde de familiar.
- Acompanhamento psicossocial; entrevistas; relatórios; avaliações psicológicas; pareceres; atendimentos emergenciais; aconselhamento e encaminhamentos na área da psicologia.

Seguem as atividades desenvolvidas pela Seção nos respectivos períodos:

De julho a dezembro de 2019:

ADMISSIONAIS – 0 (zero) Entrevistas para verificação de perfil profissional com servidores nomeados.

MOVIMENTAÇÃO DE LOTAÇÃO - 60 atendimentos a servidores, magistrados, gestores com interesse em modificar a lotação de si mesmo ou de sua equipe, de modo a esclarecer as movimentações e dar encaminhamento ao pedido; consultas às Unidades com claros de lotação para mapeamento de vagas; coleta de dados de qualificação de servidores oriundos de concurso de remoção para Curitiba.

ACOMPANHAMENTO DE SERVIDORES EM TELETRABALHO

- Planejamento das Oficinas e Análise e compilação de 69 relatórios de execução no PR.



- Apoio na Implantação de pesquisa sobre o teletrabalho por doutoranda da USP.

ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS DE ACOMPANHAMENTO POR MOTIVO DE TRATAMENTO DE SAÚDE – 42.

ATENDIMENTOS DIVERSOS/ ACONSELHAMENTO E ORIENTAÇÃO – 31

Período: janeiro a dezembro de 2020

ADMISSIONAIS – 27 Entrevistas para verificação de perfil profissional com servidores nomeados.

MOVIMENTAÇÃO DE LOTAÇÃO - 89 atendimentos a servidores, magistrados, gestores.

ACOMPANHAMENTO DE SERVIDORES EM TELETRABALHO

- Elaboração e execução de pesquisas sobre o trabalho remoto compulsório. Desenvolvido em parceria com a Seção de Desenvolvimento Humano.
 - Pesquisa Gestores em trabalho remoto compulsório.
 - Pesquisa Servidores em trabalho remoto compulsório.

ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS DE ACOMPANHAMENTO POR MOTIVO DE TRATAMENTO DE SAÚDE – 57.

ATENDIMENTOS DIVERSOS/ ACONSELHAMENTO E ORIENTAÇÃO – 64.

Durante o período de janeiro a maio de 2021 foram realizados 167 atendimentos: 167 e as seguintes ações:

- Elaboração de matéria sobre a Campanha Janeiro Branco para divulgação Institucional.
- Planejamento e execução de atendimento coletivo as unidades da 3ª Vara Federal de Curitiba e 3ª Vara Federal da Subseção de Cascavel através de rodas de conversa sobre os temas do luto, auto cuidado e bem-estar.
- Participação no projeto de reestruturação do **BANCO DE TALENTOS** no sistema SERH, que tem objetivo possuir uma ferramenta útil aos gestores, especialmente Direção do Foro, para a adequação de lotações e alterações de lotações de servidores, utilizando como um dos critérios, as habilidades do servidor, capacitações, histórico de lotações, entre outras. Também será útil para que os servidores possam cadastrar-se para atuarem como instrutores internos da JFPR. A ferramenta servirá para facilitar ao Gestor a obtenção de informações dos servidores de uma forma rápida, objetiva, com base em dados concretos registrados no sistema.

PROJETO ESCUTA ATIVA

Trata-se de iniciativa com objetivo de criar um canal de comunicação mais direto entre o público interno e a administração, um espaço de fala e acolhimento para melhoria da qualidade de vida no trabalho. A primeira ação foi em março de 2020 tendo como marco o trabalho remoto compulsório em razão da pandemia Covid -19. Foi realizada a divulgação do canal e da equipe técnica na intra e entrevista com todos os gestores (Diretores de Secretaria e de Núcleo, supervisores de Seaja/Najas e Cemans). A ideia é ser um projeto permanente, com atualização de campanhas e ações pontuais.

PROJETO JUSTAPOSIÇÃO

A seção é responsável pela operacionalização e monitoramento do Projeto Justaposição, o qual foi criado no Laboratório de Inovação da SJPR em 2019 e adotado na SJPR como projeto piloto em 2019.

Trata-se de ofertar oportunidades de atuação (sejam elas transitórias ou definitivas) sem necessariamente alterar a lotação do servidor. Na SJPR foram abertas vagas para atuação na 13ª Vara Federal de Curitiba e no Núcleo de Conciliações e com isso servidores de outras unidades



puderam atuar nestas vagas, sem alterar sua lotação original, mediante acordo entre as Unidades e negociação de número de horas de trabalho dos participantes, divididas entre as duas demandantes. O Objetivo é dar visibilidade de oportunidades diversas e garantir um processo de participação e seleção dos interessados.

A servidora também participa das seguintes comissões: Comissão de Qualidade de Vida, Comissão de Implantação de Restrições Laborais, Comissão de Avaliação de Desempenho, Comissão de avaliação de compatibilidade de portadores de deficiência.

Seção de Capacitação

Iniciou-se o ano de 2020 realizando uma pesquisa junto aos magistrados e servidores sobre a demanda de cursos, com o objetivo de poder planejar e colher os orçamentos de todos os cursos a serem realizados no ano, a fim de se adequar ao orçamento da Seção Judiciária.

Durante o ano 2020 houve o planejamento, contratação, execução e pagamento dos seguintes cursos e treinamentos:

- a) Curso "Uma Análise Crítica do Pacote Anticrime" área Penal.
- b) Curso "A Nova Previdência e os Desafios do Processo Previdenciário Atual";
- c) Encontro entre NAJAs, SEAJAs, Direção do Foro e Núcleos;
- d) Curso de Direito Aduaneiro;
- e) Curso sobre a LGPD;
- f) Palestra de Miguel Nicolelis sobre o cérebro;
- g) Palestra de George Marmelstein sobre criação de hábitos;
- h) Palestra "Meditação e Serenidade";
- i) Curso sobre o Auxílio Emergencial;

A grande maioria destes treinamentos foi oferecida para toda a 4ª região, tendo ampla adesão (muitos deles tiveram mais de 200 pessoas ao vivo no Zoom) e, também, a grande maioria recebeu mais de 85% de notas máximas na avaliação.

Também houve a elaboração do Projeto Básico do estúdio de gravação audiovisual da Justiça Federal do Paraná e acompanhamento do procedimento licitatório, o que demandou diversas reuniões, pesquisas, contatos com órgãos públicos e empresas ao longo de quase 6 meses.

Iniciou-se os trabalhos da Justiça Restaurativa nesta Seccional, convocando pessoas do TJPR para coordenar este começo, ainda de forma online.

Os servidores coordenaram a instalação e treinamento da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual, também participaram da Comissão de Instalação do Novo Banco de Talentos e são responsáveis pela execução do Contrato de Intérprete de Libras.

Houve a necessidade de redesenhar alguns procedimentos de contratação, interna e externa, adaptando à nova realidade do Zoom e do teletrabalho compulsório.

Seção de Ensino a Distância

Ações gerais e contínuas:

Elaboração e construção de cursos em EAD;

Contratação de instrutores internos e externos para os cursos aqui produzidos;

Suporte à Seção de Capacitação em atividades lá desenvolvidas;

Suporte à Seção de Averbação em atividades lá desenvolvidas;

Suporte à Seção de Saúde em atividades lá desenvolvidas;

Promoção de ações de desenvolvimento com enfoque individual e coletivo, em especial com a criação e divulgação de atividades de caráter cultural - Dia do Livro, Dia do Meio Ambiente;



Participação em Comissões com atuação no âmbito da SJPR;

Participação em Projetos e Grupos de trabalho com atuação no âmbito da SJPR.

Ações específicas:

Participação em oficina colaborativa conduzida pelo Laboratório de Inovação e Criatividade JFPR, como representante da Seção de Educação a Distância, para tratar do desafio de preparação para o retorno ao trabalho presencial.

Comissões designadas:

Comissão Plano de Logística Sustentável da JFPR;

Comissão de Elaboração do novo Banco de Talentos da JFPR.

Entre janeiro e maio de 2021 foram realizadas as seguintes atividades em conjunto com a Seção de Capacitação:

- a) Pesquisa de demanda de cursos junto a esta Seccional, em fevereiro de 2021;
- b) Planejamento e colheita de orçamento de todos os cursos a serem realizados no ano, a fim de se adequar ao orçamento inicial previsto para o período;
- c) Auxílio aos eventos da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual e do CLIPR;
 - d) Execução e renovação do Contrato de Intérprete de Libras;
- e) Finalização dos trâmites para instalação do estúdio de gravação audiovisual da Justiça Federal do Paraná e acompanhamento do procedimento licitatório;
 - f) Participação na Comissão de Instalação do Novo Banco de Talentos;
 - g) Planejamento, contratação, execução e pagamento de diversos eventos, a saber:
 - Webinário "Saúde Mental é hora de ouvir e falar sobre isso";
 - Homenagem às mães da JFPR compilação e elaboração da peça publicitária;
- Curso de Formação dos integrantes das Comissões Permanentes de Procedimentos Administrativos Disciplinares da JFPR;
 - Saúde e Isolamento Social em debate na JFPR.

Todos os eventos foram oferecidos para toda a 4ª Região e lograram com ótima receptividade e repercussão entre o público-alvo a que foram dirigidos. Juntando todos o eventos, tivemos a média de 150 participantes de forma simultânea por ação, sem contar as visualizações do conteúdo no YouTube da Educação Corporativa, que somam pouco mais de 700 até a presente data.

Seção de Desenvolvimento Humano

Ações gerais e contínuas:

Acompanhamento de servidores em estagio probatório e progressão funcional;

Acompanhamento de servidores em teletrabalho;

Promoção de ações de desenvolvimento com enfoque individual e coletivo;

Participação em Comissões com atuação no âmbito da SJPR;

Participação em Projetos e Grupos de trabalho com atuação no âmbito da SJPR;

Substituição na Supervisão da Seção de Acompanhamento de Servidor por afastamentos legais.

Ações específicas no ano de 2020:

Contato com gestores de todas as Unidades da SJPR e com servidores por eles indicados, como forma de acolher e prestar suporte relacionado à saúde mental, por ocasião da imposição do teletrabalho remoto compulsório em razão de situação pandêmica. Esta ação foi realizada em parceria com a Seção de Acompanhamento ao Servidor, como parte do Projeto Escuta Ativa.



Elaboração e execução de pesquisas sobre o trabalho remoto compulsório na JFPR, compreendidas as áreas meio e fim, e dirigidas aos públicos específicos de gestores e servidores, em parceria com a Seção de Acompanhamento ao Servidor.

Realização de pesquisa sobre comunicação interna na SJPR, que fundamentou a proposição de uma ação inicial para apoiar e promover o aprimoramento da comunicação no meio institucional, efetivada através de palestra para apresentação de conceitos introdutórios da CNV, conforme registrado no SEI 0004999-93.2020.4.04.8003.

Elaboração e execução de cinco turmas de mentorias contempladas no Programa de Desenvolvimento Gerencial de 2020, conforme proposto no SEI 0003359-55.2020.4.04.8003, em parceria com a Seção de Acompanhamento ao Servidor.

Participação em oficina colaborativa conduzida pelo Laboratório de Inovação e Criatividade JFPR, como representante da Seção de Desenvolvimento Humano, para tratar do desafio de preparação para o retorno ao trabalho presencial.

Participação no Programa de Ambientação e Integração de Servidor, SEI 0003713-80.2020.4.04.8003, em apoio à Seção de Capacitação e para apresentação da Seção de Desenvolvimento e acolhimento dos novos servidores.

Comissões designadas: Comissão Multidisciplinar de Avaliação de Candidatos Portadores de Deficiência; Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional e Comissão de Adicional de Qualificação.

Projetos e Grupos de Trabalho: Constelações Sistêmicas CEJUSCON; Escuta Ativa JFPR e Laboratório de Inovação e Criatividade JFPR.

Entre janeiro e maio de 2021 foram realizadas as seguintes atividades:

- Contatos e diálogos com profissionais externos e grupos internos da JFPR para formulação da proposta de formação básica em Comunicação-Não Violenta (SEI 0001674-76.2021.4.04.8003).
- Planejamento e execução de atendimento coletivo às unidades da 3ª Vara Federal de Curitiba e 3ª Vara Federal de Cascavel, por meio de rodas de conversa sobre os temas do luto, auto cuidado e bem-estar.
- Participação no processo de construção do novo Banco de Talentos da SJPR, com interações locais e externas (Seção Judiciária da Bahia, Seções Judiciárias de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e TRF4).
- Participação e apoio à realização do Projeto CaFéderal, criado pela SJRS com a finalidade de apoiar estagiários durante o período de teletrabalho compulsório e isolamento social (Sei 0000945-56.2021.4.04.8001).
- Participação e apoio à Seção de Capacitação no planejamento das ações voltadas aos Programas de Desenvolvimento Gerencial e de Integração de Novos Servidores para o ano de 2021.

Atividades da Assistente Social

Ações gerais e contínuas:

- 1. Atividades de cunho social:
- Campanhas de Doação de Sangue SEI 00000769-78.2018.4.04.8003.
- Avisos de falecimentos SEI 11.4.000087283-1.
- Telegramas de Condolências SEI 12.4.000019410-4.
- Homenagens Póstumas SEI 0002549-22.2016.4.04.8003.
- Comunicados de missas de 7º dia SEI 12.4.000019410-4.
- 2. Atividades restritas ao cargo de assistente social:



Acompanhamento social de casos; entrevistas; relatórios; avaliações; perícia social; pareceres; caracterização de grau de deficiência; atendimentos emergenciais; encaminhamentos cabíveis; visita domiciliar, hospitalar ou institucional e atividades outras que se façam necessárias - SEI 0002278-76.2017.4.04.8003.

Ações específicas:

Cooperação técnica em ações de prevenção à transmissão do coronavírus e no retorno seguro das atividades presenciais após o teletrabalho compulsório. Análise e parecer em processos de Auto-declaração.

Inventário Anual - Realização das atividades pertinentes e Relatório Final.

Seção de Estágios, Trabalho Voluntário e Aprendizes

Responsável pela fiscalização e gestão do contrato com o CIEE/PR para a contratação de estagiários em toda a Seção Judiciária do Paraná.

Durante 2020, foram efetivados 172 contratos, 137 termos aditivos de estágios, 197 desligamentos e emitidas 38 certidões e declarações de estágio. A seção também auxiliou a elaboração e publicou 26 editais de seleção de estágio.

No período de janeiro a maio de 2021 foram efetivados 155 contratos, 48 termos aditivos de estágios, 103 desligamentos e emitidas 32 certidões e declarações de estágio. Auxiliou a elaboração e publicou 42 editais de seleção de estágio.

Seção de Saúde

Devido à pandemia de coronavírus e implantação de teletrabalho compulsório na 4ª Região desde o mês de março de 2020, as atividades da Seção de Saúde sofreram adaptações, levando em conta as oscilações da situação epidemiológica. Portanto, algumas atividades foram reduzidas ou adiadas, assim como outras foram criadas para atender a essa demanda extraordinária.

Durante 2020:

- 1210 processamentos de Licença para Tratamento de Saúde, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, Licença à Gestante, Licença por Acidente em Serviço e Licença devido a aborto, incluindo homologação e deferimento;
- 159 Perícias e inspeções médicas e odontológicas para fins de: concessão de licenças, encaminhamento à aposentadoria, isenção de imposto de renda, caracterização de deficiência, caracterização de acidente em serviço, implantação de restrições laborais;
 - 27 exames médicos admissionais;
 - Consultas médicas emergenciais na forma presencial e atendimento via telemedicina;
- Consultas odontológicas eletivas na forma presencial (até março), consultas odontológicas de urgência (a partir de março) e atendimento via tele-odontologia;
- Atendimento e orientações de enfermagem na forma presencial e via atendimento telefônico;
 - 22 Exames periódicos de magistrados e servidores (0005107-59.2019.4.04.8003);
- Vacinação contra a gripe, na forma de "drive-thru", de 1101 magistrados e servidores e 1538 dependentes (0004966-40.2019.4.04.8003);
- Planejamento, coordenação e execução de ações e palestras sobre temas relacionados à saúde (outubro rosa e novembro azul), além de produção permanente de conteúdo de promoção de saúde (0003716-35.2020.4.04.8003);
- Planejamento e execução de medidas de prevenção à transmissão de coronavírus, incluindo elaboração de protocolos de biossegurança, plano de retomada de atividades presenciais após teletrabalho compulsório, elaboração de termos de referência para aquisição de



equipamentos e materiais para a prevenção da infecção, elaboração de textos, palestras e participação de reuniões com magistrados e servidores sobre o tema;

- Gestão de contratos: Ginástica Laboral, Quickmassagem, Coleta de Lixo infectante (0000027-80.2020.4.04.8003), Serviço de Lavanderia (0004899-75.2019.4.04.8003), Prestação de Serviço de Auxiliar em Saúde Bucal (0000143-86.2020.4.04.8003), Prestação de Serviço de Perícias (0000133-76.2019.4.04.8003) e Prestação de Serviço de Emergências Médicas (0000141-19.2020.4.04.8003);
- Participação em Comissões: Comissão de Qualidade de Vida (0007541-60.2015.4.04.8003), Comissão de Caracterização de Acidente em Serviço, Comissão de Implantação de Restrições Laborais, Comissão de Fiscalização do Restaurante, Comitê Local de Atenção Integral à Saúde da Justiça Federal da 4ª Região.

Período de janeiro a maio de 2021:

- 436 processamentos de Licença para Tratamento de Saúde, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, Licença à Gestante, Licença por Acidente em Serviço e Licença devido a aborto, incluindo homologação e deferimento;
- 55 Perícias e inspeções médicas e odontológicas para fins de: concessão de licenças, encaminhamento à aposentadoria, isenção de imposto de renda, caracterização de deficiência, caracterização de acidente em serviço, implantação de restrições laborais;
 - Um exame médico periódico;
 - 10 exames médicos admissionais;
 - Orientações ergonômicas via telemedicina;
 - Consultas médicas emergenciais na forma presencial e atendimento via telemedicina;
- Consultas odontológicas de urgência na forma presencial e atendimento via teleodontologia;
- Atendimento e orientações de enfermagem na forma presencial e via atendimento elefônico;
 - Coleta de material para exame genético (solicitado pela 1º Vara Federal);
- Vacinação contra a gripe, na forma de "drive-thru", de 1436 magistrados, servidores, estagiários e terceirizados e de 1556 familiares;
- Planejamento, coordenação e execução de ações sobre temas relacionados à saúde, além de produção permanente de conteúdo de promoção de saúde;
- Planejamento e execução de medidas de prevenção à transmissão de coronavírus, incluindo elaboração de protocolos de biossegurança, plano de retomada de atividades presenciais após teletrabalho compulsório, elaboração de termos de referência para aquisição de equipamentos de proteção individual, elaboração de textos, palestras e participação de reuniões com magistrados e servidores sobre o tema.
- Gestão de contratos: Ginástica Laboral, Coleta de Resíduos Infectantes, Serviço de Lavanderia, Prestação de Serviço de Auxiliar em Saúde Bucal, Prestação de Serviço de Perícias e Prestação de Serviço de Emergências Médicas.
- Participação em Comissões: Comissão de Qualidade de Vida, Comissão de Caracterização de Acidente em Serviço, Comissão de Implantação de Restrições Laborais, Comitê Local de Atenção Integral à Saúde da Justiça Federal da 4ª Região.

Seção de Estágio Probatório e Progressão Funcional

Responsável pelo acompanhamento e instrução dos processos administrativos relativos ao estágio probatório, orientação quanto ao preenchimento do SIADES e cadastro funcional, bem como aos processos de referentes ao adicional de qualificação.



Em 2020 foram gerados 366 documentos e movimentados 330 processos no sistema SEI.

No período de **janeiro a maio de 2021** foram gerados 155 documentos e movimentados aproximadamente 400 processos no sistema SEI.

A servidora da Seção participa na Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional e na Comissão para examinar os casos especiais, duvidosos e omissos referentes à averbação de cursos de pós-graduação e ações de treinamento para fins de concessão do Adicional de Qualificação.

NÚCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO - NAA

O Núcleo de Apoio Administrativo é responsável pela procedimentalização das licitações e dispensas de licitação realizadas na Seção Judiciária do Paraná, bem como pelo acompanhamento dos contratos administrativos, do material permanente e do material de consumo necessários à atividade fim da Justiça Federal.

Ainda, presta apoio técnico-jurídico às diversas Unidades envolvidas, a fim de auxiliar na interpretação e análise da legislação.

Em resumo, podemos dizer que, para satisfazer uma necessidade administrativa identificada – seja através da contratação de um serviço, da aquisição de um material, da reforma ou construção ou locação de um imóvel, é necessário percorrer uma série de atos consecutivos e formais que culminam com o atingimento do objetivo perseguido.

O NAA disponibiliza na Internet todas as informações referentes às aquisições e/ou contratações realizadas pela Seção Judiciária do Paraná.

Possível acessar as licitações que estão aguardando a data designada para realização do certame, podendo-se fazer o download do Edital de Licitação. Ainda, estão disponíveis para consulta todos os contratos lavrados pela Seção Judiciária, com informação quanto ao nome da contratada, o número do contrato e o início e fim de vigência.

É possível, também, o acesso ao arquivo em PDF do contrato, bastando acessar a Internet. Também, para consulta e pedidos de adesão de outros Órgãos Públicos, estão disponíveis na Internet todas as Atas de Registro de Preço vigentes lavradas pela Seção Judiciária do Paraná, podendo-se acessar o respectivo arquivo, bem como valores unitários, datas de publicação e demais dados de interesse.

MACRO-OBJETIVO DO NAA: Busca da excelência na execução de suas atividades, valorizando os princípios constitucionais e legais da Administração Pública, dentro de um ambiente interno saudável de dedicação, respeito recíproco e profissionalismo.

OBJETIVOS TÁTICOS E OPERACIONAIS DO NAA:

Os objetivos táticos do Núcleo são:

- 1) Busca da excelência na execução de suas atividades:
- 1.1.Otimizar a Gestão de Abastecimento (aquisições);
- 1.2 Otimizar a Gestão de Patrimônio (ativos);
- 1.3 Otimizar a Gestão de Contratos;
- 2) Propor programas destinados à valorização e à capacitação dos servidores do Núcleo;
- 3) Promover e propiciar um ambiente de trabalho adequado, através da atuação profissional, comprometida e cordial de todos os servidores.

O presente relatório apura as principais realizações da gestão 2019/2021, indicando os desafios, mudanças legislativas e procedimentais, bem como alguns resultados alcançados.

A alteração da forma de trabalho diante da nova realidade



Determinado o isolamento social e a realização do teletrabalho pelos servidores da Justiça Federal, foi necessário implementar novas rotinas e novas formas de comunicação.

Considerando os processos administrativos, todo o trabalho ordinário do Núcleo sempre foi realizado de forma eletrônica. Tal questão não suscitou maiores problemas, sendo as atividades desenvolvidas via *home Office* pelos servidores. Ajudou muito o órgão ter disponibilizado os equipamentos, por empréstimo, para serem utilizados no "novo" local de trabalho.

O ponto que impôs maior dificuldade foi relativo à comunicação, tanto entre os servidores quanto com o "público externo". Pelo fato de que todos os servidores atuavam na mesma sala, em caso de necessidade era muito fácil, e comum, realizar uma "mini-reunião" para debater um tema que se apresentasse ou encontrar uma solução para um problema.

Da mesma forma, a troca de informação interna na seção sempre foi muito ágil, no modelo de um para todos. Com a necessidade de teletrabalho esse modelo de comunicação foi afetado. O formato de comunicação ordinariamente utilizado agora é de "um para um", normalmente se utilizando da comunicação por WhatsApp.

Na tentativa de contornar essa situação são feitas reuniões periódicas pela plataforma ZOOM em que se discute as dificuldades e necessidades para o melhor desenvolvimento do trabalho.

Para atender ao público externo, primeiramente estabeleceu-se um rodízio das linhas telefônicas, onde cada servidor fica responsável pelo recebimento das ligações por um período de tempo. A atribuição nesse sentido é resolver as questões possíveis e encaminhar eventuais recados e necessidades ao servidor competente.

De toda sorte, foi encaminhado e-mail a todas as contratadas para que priorizassem a comunicação através de e-mail. Dessa forma, com as empresas, prioriza-se a comunicação através de e-mail que, apesar de não ser a mais ágil, se mostrou a mais eficaz.

Alguns Números da Área de Contratos

Desde o segundo semestre de 2019 foram firmados 94 contratos, o que resulta em uma média de 4,09 por mês, além de 29 termos de convênio. Todos já se encontram devidamente registrados no SIGNA e a publicidade dos mesmos pode ser conferida no *site* da Justiça Federal do Paraná (dados do contrato, cópia do instrumento e eventuais termos aditivos).

Atualmente a Seção de Contrato é responsável pelo acompanhamento e controle de **205 instrumentos legais** firmados pela Justiça Federal e que se encontram vigentes. Considerando os últimos 2 (dois) anos, a Seção de Contratos atestou e encaminhou para pagamento aproximadamente 155 análises (liquidação de despesa) por mês.

Ainda, foram assinados no período 171 termos aditivos e 57 apostilamentos (reajuste de contratos).

Durante a Gestão houve a publicação da Lei 13.467/2017 (reforma trabalhista), que alterou vários dispositivos da CLT. Nesse sentido, coube à Seção de Contratos readequar os contratos e as respectivas planilhas de custos para que observassem as novas regras sobre os contratos de trabalho.

Cadastro e Pagamento dos Contratos – SIGNA

Após uma longa fase de desenvolvimento e testes, a partir do mês de Agosto de 2020 finalizou-se o cadastro e implantação de pagamento de todos os contratos firmados pela Justiça Federal no Paraná no SIGNA – Sistema Integrado de Gestão dos Núcleos Administrativos.



A partir do ano de 2020 todos os instrumentos contratuais, assim como respectivos termos aditivos e apostilamentos, se encontram registrados no sistema integrado de gestão da Justiça Federal do Paraná.

Da mesma forma, os pagamentos decorrentes de tais instrumentos são todos registrados no sistema, dando maior confiabilidade às informações e possibilidade uma consulta mais ampla e confiável.

Terceirizados e as medidas de proteção

Em virtude da pandemia, a Resolução 18/2020 da Presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região instituiu o teletrabalho integral compulsório para todas as unidades e determinou o fechamento de todos os prédios das Subseções Judiciárias.

Em decorrência, foi proferida a Decisão 5081028 do Diretor do Foro da Seção Judiciária do Paraná, com relação aos serviços prestados com cessão de mão de obra pelas empresas contratadas, na qual, em resumo, determinou notificar as empresas quanto à necessidade de adoção de meios de higienização, quanto à importância de campanhas internas para conscientização dos riscos, para procederem ao levantamento dos funcionários em grupo de risco e redução dos empregados terceirizados sem prejuízo da remuneração dos trabalhadores e valores repassados à empresa, à exceção do Vale-alimentação e vale transporte.

Nesse sentido, foram comunicadas as empresas e os fiscais de contrato para tomarem ciência das medidas a serem adotadas, mantendo-se o mínimo de terceirizados necessários para evitar qualquer prejuízo à Administração.

À Seção de Contratos coube dar a publicidade necessária, além de coordenar junto aos fiscais e execução da determinação imposta. Ainda, houve o necessário acompanhamento individualizado dos funcionários que ainda permaneceram prestando os serviços para o efetivo controle das verbas trabalhistas devidas.

Readequação dos contratos em face das medidas de enfrentamento à Covid

Primeiramente, no dia 11 de Dezembro de 2019 foi editada a Lei nº 13.932/2019, que excluiu o encargo de 10% sobre os depósitos da multa do FGTS. Tal normativo, por si só, já demandaria o reequilíbrio econômico financeiro de todos os contratos de cessão de mão de obra firmados pela Administração Pública, vez que diminuiu os custos suportados pelas contratadas.

Ainda, em março de 2020 foi publicada a Medida Provisória nº 932/20, que reduziu temporariamente os percentuais de contribuição dos serviços sociais autônomos, com validade de 1º de abril até 30 de junho de 2020.

Assim, no ano de 2020 foi necessário reajustar todos os valores dos contratos de cessão de mão de obra, gerando um trabalho extraordinário em virtude dos normativos publicados e da situação da execução dos contratos em virtude da pandemia.

Em decorrência, os contratos com previsão de cessão de mão de obra tiveram seus valores readequados de acordo com as seguintes previsões:

- Cláusulas normais de reajuste (de periodicidade anual);
- Reequilíbrio econômico financeiro para readequar o valor contratual à nova legislação tributária incidente (Lei nº 13.932/019 e Medida Provisória 932/2020);
- Apuração dos valores contratuais considerando a exclusão dos custos de Vale Alimentação e Vale Transporte.

Com relação a esse último ponto, como dito no tópico anterior, com a determinação contida na Decisão 5081028 e com o fechamento dos prédios da Justiça Federal, muitos terceirizados permaneceram em suas residências, ainda que com a manutenção dos contratos de



trabalho com as empresas, e a manutenção dos contratos administrativos entre a Justiça e as empregadoras.

Ainda que mantido o contrato de trabalho e o pagamento dos salários, no caso de não comparecimento não é devido o vale transporte ao trabalhador, e também o vale alimentação a depender do que traz a convenção coletiva.

Assim, considerando que as empresas não teriam tais custos foi necessário apurar, de forma mensal e individualizada, quais funcionários compareceram de forma excepcional à Justiça para realização do trabalho mínimo necessário. Com base em tais informações foi feita uma apuração dos custos que as empresas não tiveram em cada contrato, por funcionário, para fazer o devido desconto nos valores a serem repassados às empresas.

Excluindo-se totalmente o custo com Vale Alimentação e Vale Transporte pode-se chegar a uma redução no valor do posto de até 23,00% em alguns casos. Através do documento SEI 5316079 é possível observar os cálculos e a redução dos valores envolvidos nesses tipos de contrato.

Dessa forma, após a readequação dos valores contratuais observou-se uma redução dos valores pagos às empresas, que perdura até que se tenha o total retorno das atividades do órgão.

Licitações

Durante a atual gestão, até o momento de confecção deste levantamento (período de julho de 2019 a maio de 2021), não foi realizada nenhuma licitação nas modalidades de Convite, Tomada de Preços ou Concorrência.

Para todas as contratações decorrentes de licitação utilizou-se o Pregão para escolha da proposta mais vantajosa, sendo que dentre estes pregões, nenhum foi presencial, vale dizer, todos foram realizados eletronicamente na plataforma COMPRASNET.

As vantagens da contratação sob a forma de pregão eletrônico são inúmeras, as quais destacamos que tal modalidade contribui sobremaneira para o aumento de competitividade e redução nos preços contratados, concedendo às empresas de todo o país a possibilidade de contratação com a Justiça Federal do Paraná.

Quantitativo das contratações realizadas:

Em relação aos períodos anteriores, houve significativa redução no quantitativo de contratações realizadas na Gestão de 2019-2021.

Na atual Gestão houve 187 Dispensas/Inexigibilidades e 115 Pregões Eletrônicos, enquanto que na Gestão de 2017-2019 houve 253 Dispensas/Inexigibilidades e 166 Pregões Eletrônicos, ou seja, houve redução de 26% no número de Dispensas de Licitação/Inexigibilidades e de 31% no número de Pregões Eletrônicos efetivamente realizados. O total supra mencionado desconsidera as contratações frustradas, desertas, canceladas, sobrestadas ou suspensas.

Gestão	Disp/Inex	Pregão
Gestão 2017-2019	253	166
Gestão 2019-2021	187	115

Tal redução decorre de diversos fatores, dentre eles, o advento da Emenda Constitucional n.º 95, de 2016 que alterou a para instituir o Novo Regime Fiscal, ou seja, ou o Teto dos Gastos Públicos. Devido a esta Emenda, as despesas e investimentos públicos ficam limitados aos mesmos valores gastos no ano anterior, corrigidos pela medida pelo (IPCA). Isso reflete a uma redução gradativa no número de contratações, que deve estender-se durante os próximos anos. Em decorrência disso, entende-se que houve real necessidade de redução do número de



contratações, de forma a racionalizar os gastos públicos e priorizar contratações efetivamente necessárias.

Também houve redução significativa das necessidades de contratações o fato de que a maioria dos servidores da Seção Judiciária do Paraná está trabalhando em home office desde março de 2020, devido à Pandemia da Covid-19. Em decorrência disso, houve drástica redução na demanda de materiais permanentes e de consumo, bem como redução da necessidade de contratação de serviços gerais e de manutenção para as sedes da Justiça Federal.

Em relação às Licitações não finalizadas, houve um total de 22 pregões frustrados/desertos/cancelados ou sobrestados, ou seja, 16% do total de 137 Licitações, sendo que metade destes refere-se a pregões que foram revogados. A revogação ocorre quando, por algum motivo, a Administração encontra a necessidade de rever seus atos, de forma a efetuar as correções necessárias para garantir o sucesso da Licitação.

Numa análise preliminar, pode-se inferir que a revogação dos atos é algo problemático num processo licitatório, porém, analisando-se mais profundamente, a revogação dos instrumentos convocatórios não é um problema, e sim uma solução: é a correção, em tempo hábil, do instrumento convocatório, seja para melhorar as especificações técnicas do objeto (e garantir sua compatibilidade com as necessidades da Administração), seja para incluir ou retirar a exigência de documentos e, assim, garantir a legalidade e isonomia do certame, ou para a realização de atos diversos, como forma de garantir a plena compatibilidade da requisição e das condições de aquisição com as necessidades da Administração e garantir o sucesso da contratação.

Tempo de Tramitação dos Processos de Contratação

O Conselho da Justiça Federal estabelece um prazo ideal para tramitação dos processos de contratação - uma meta a ser atingida - que seria de **08 dias** para processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, e de **50 dias** para pregões.

O tempo médio real de tramitação dos processos de contratação sem licitação ficou, no ano de 2020, um pouco acima do prazo ideal estipulado pelo CJF, justificado pelo advento da Pandemia, que dificultou a tramitação dos processos por certo período, quando todos tiveram que se adaptar ao ambiente de teletrabalho.

Todavia, a média interna (obtida quando se desconsideram os valores extremos, representados por situações excepcionais, que fogem à média e distorcem o resultado) da tramitação foi de 6 dias no segundo semestre de 2019, 7 dias no decorrer de 2020 e de 5 dias no primeiro semestre de 2021, mostrando, portanto, a otimização dos atos de contratação. Importante mencionar que esta foi a única Gestão que conseguiu manter a média de prazos abaixo do sugerido pelo CJF durante toda a sua Gestão, comparando-se com os dados existentes desde 2010, quando o levantamento dos prazos começou a ser feito.

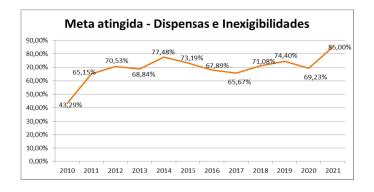
Em relação ao tempo médio real de tramitação dos processos de contratação decorrentes de licitação, a média interna de tramitação foi de 49 dias no segundo semestre de 2019, 43 dias no decorrer do exercício de 2020 e 47 dias no primeiro semestre de 2021, ou seja, durante toda a Gestão atingiu-se a meta de tramitação no prazo limite de 50 dias.

Modalidade	Ano	Média simples	Média interna
	2010	21	15
	2011	13	10
	2012	10	8
	2013	11	8
	2014	8	7
Dian//mass	2015	8	8
Disp/Inex	2016	10	9
	2017	16	9
	2018	10	8
	2019	8	7
	2020	11	7
	2021	5	5
	2010	65	59
	2011	54	51
	2012	41	41
	2013	48	47
	2014	44	44
D3-	2015	43	43
Pregão	2016	55	50
	2017	44	42
	2018	55	49
	2019	55	51
	2020	44	43
	2021	30	47

^{*} OBS: na tabela, os dados de 2019 são referentes ao ano todo de 2019, porém o mencionado no relatório de Gestão refere-se somente ao segundo semestre de 2019.

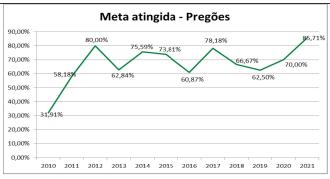


No total, 77,78% dos processos de dispensa de licitação/inexigibilidade iniciados no segundo semestre de 2019, 69,2% dos processos efetuados no decorrer de 2020 e 85% dos processos finalizados no primeiro semestre de 2021 atingiram a meta do CJF.



Em relação aos pregões, 72,97% dos processos iniciados no segundo semestre de 2019 atingiram a meta de tramitação, assim como 70,00% dos processos efetuados no decorrer do ano de 2020 e 85,71% dos processos finalizados até o primeiro semestre de 2021.





Importante mencionar que desde que iniciou o levantamento dos prazos de tramitação dos processos, em 2010, estipulou-se como meta que 80% dos processos de dispensa de licitação/inexigibilidade e 85% dos processos licitatórios deveriam estar dentro dos prazos de tramitação estipulados pelo CJF, sendo que esta meta foi atingida pela primeira vez este ano, em 2021, ou seja, é a **primeira Gestão, desde 2010, a atingir a meta estipulada**.

Contratos, Convênios e Atas

Na Gestão 2019-2021 houve a lavratura de 91 Contratos, 81 Atas de Registro de Preços e 32 Convênios. Todos na forma eletrônica.

Inventários anuais

Sempre trilhando o mesmo objetivo dos últimos anos, continuamos a aperfeiçoar passo a passo os procedimentos e atividades referentes ao inventário anual. O objetivo desta estratégia é obter melhores desempenhos a cada ano que passa.

Visando sempre aproximar as comissões de inventário com as unidades a serem inventariadas de modo que a maior número possível de servidores participe das atividades censitárias de arrolamento, contagem e verificação dos seus patrimônios permanentes.

Este método, já utilizado em anos passados, continua trazendo vantagens como redução do tempo dos inventários, do afastamento dos servidores das suas atividades laborais e o desgaste pela menor quantidade de itens a inventariar. Este método também aprimora a qualidade do procedimento tendo em vista que, como cada membro procede ao inventário da sua própria unidade já conhece de antemão as localizações e o estado dos bens.

Porém, mesmo com estas diretrizes gerais perseguidas permanentemente, o inventário de material permanente de 2020, necessitou de algumas adaptações na sua execução. Com o advento da pandemia de COVID-19, foi necessário ajustar as atividades de censo aos sucessivos blackouts, distanciamentos sociais, home offices e uma boa parte de servidores inclusos nas categorias de risco da doença.

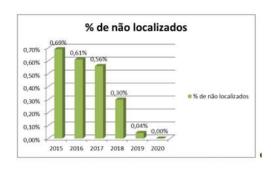
Então, para minimizar as chances de contágio dentro do quadro de servidores da SJPR, foi necessário repensar a forma de realizar os inventários. Neste sentido, ao final de 2020, neste ambiente atípico, a Direção do Foro, de acordo com o entendimento de todo o TRF4, ao invés do levantamento físico tradicional, ofereceu a opção de entrega de uma "Certidão" na qual os detentores de carga dos materiais permanentes declarassem que os seus materiais estavam em ordem. Esta vistoria seria então realizada de acordo com os meios de controle patrimonial individuais de cada unidade.

Com isso, o risco de contaminação em função das atividades de inventário foi praticamente reduzido a zero. Porém, em contrapartida, o referido inventário não deve manter a precisão habitual. Observe-se que mesmo que a grande maioria dos detentores de carga tenha optado pela Certidão em que declaravam que todos os seus equipamentos estavam em ordem, outros setores

optaram pelo inventário tradicional e, em função destes procedimentos diversos, pode ter ocorrido a seguinte possibilidade: algum Setor fez o inventário pelo levantamento físico tradicional e não encontrado algum material. Como este material faltante pode estar localizado em outro Setor que optou pelo inventário através da fórmula simplificada da Certidão sem o respectivo levantamento físico, então não se pode afirmar com certeza que tal material esteja definitivamente não localizado. Logo, o número de itens ausentes no Inventário Anual de 2020 pode ser considerado igual a zero.

O histórico do número de bens ausentes, por inventário, pode ser demonstrado pelos gráficos seguintes:





Desfazimentos

A necessária reposição de móveis e equipamentos utilizados pela SJPR gera um rápido acúmulo de bens defasados, ociosos, anti-ergonômicos ou mesmo desgastados pelo uso. Assim, visando otimizar os espaços e a gestão dos materiais, é preciso realizar, de modo eficiente, desfazimentos de materiais inservíveis à Administração.

Ainda, considerando as restrições legais para realização de desfazimento em anos eleitorais, no ano de 2020 foi necessário planejar antecipadamente os procedimentos, de modo que não houvesse demasiado acúmulo de bens para desfazimento.

Nestes termos, entre julho de 2019 e julho de 2021, apesar da influência da pandemia, foram finalizados 39 processos administrativos em toda a SJPR, totalizando 2.339 itens doados ou cedidos a outros órgãos e entidades.

Estes bens foram cedidos ou doados, nos termos da IN nº 01/2013 do TRF4, preferencialmente e nesta ordem, a outros órgãos e instituições federais, estaduais e municipais, ou instituições de utilidade pública, priorizando aquelas com sede próxima a cada subseção, de modo que os preceitos de sustentabilidade fossem observados. Assim, os materiais inservíveis à SJPR puderam receber uma destinação útil em outras instituições, ao mesmo tempo em que reduziram os custos desta seccional com controle, armazenagem e transporte dos bens.

Almoxarifado e material de Consumo

Houve uma maior integração com o serviço de malote, adotando o Webmalote de ponta a ponta para melhor controle. Dessa forma, os materiais de consumo requisitados na capital são expedidos e disponibilizados para retirada na Seção de Malote, eliminando a necessidade de deslocar um servidor exclusivamente para a entrega de materiais.

O Webmalote permite o rastreamento, o que facilita o acompanhamento e eventuais buscas.

Implantação de localizadores no Almoxarifado

Para facilitar a localização de materiais, todo item listado no GEAFIN tem seu endereço próprio nas inúmeras prateleiras do Almoxarifado. A indicação facilita a busca por pessoas não



afeitas ao dia-a-dia da Seção, como é o caso dos membros da Comissão de Inventários. Também facilita a logística interna na separação dos materiais requisitados.

Finalização do projeto de substituição das lâmpadas mistas (vapor de mercúrio + filamento de tungstênio) do Almoxarifado por LEDs

Iniciado na gestão anterior, foi concluído na gestão atual.

Além da questão ambiental, a substituição total e completa propiciou uma iluminação em outro patamar de qualidade, melhorando o posto de trabalho e resguardando a saúde ótica dos servidores.

Aquisição de copos descartáveis em amido

Visando a sustentabilidade, também foram adquiridos experimentalmente, copos descartáveis em amido, mas cuja distribuição foi prejudicada pelo evento da pandemia.

Aquisição de materiais para enfrentamento à covid

960 hipoclorito de sódio 2.40 frascos para álcool em gel e líquido 0 2.24 litros de álcool em gel 0 90 termômetros 1.76 litros de álcool 70º 6 430 peças de face shields 795 anteparos em acrílico 250 tapetes sanitizantes e de retenção de umidade 150 cones de sinalização 1.00 metros de corrente plástica 0 450 pedestais para correntes plásticas 5.60 máscaras em tecido 0 100 rolos de fita zebrada 3.00 máscaras cirúrgicas (em aquisição) 0 5.00 luvas em látex (em aquisição) 0 1.00 máscaras PFF2/N95 (em aquisição)				
0 2.24 litros de álcool em gel 0 90 termômetros 1.76 litros de álcool 70º 6 430 peças de face shields 795 anteparos em acrílico 250 tapetes sanitizantes e de retenção de umidade 150 cones de sinalização 1.00 metros de corrente plástica 0 450 pedestais para correntes plásticas 5.60 máscaras em tecido 0 100 rolos de fita zebrada 3.00 máscaras cirúrgicas (em aquisição) 0 5.00 luvas em látex (em aquisição) 0 1.00 máscaras PFF2/N95 (em aquisição)	960	hipoclorito de sódio		
2.24 litros de álcool em gel 0 90 termômetros 1.76 litros de álcool 70º 6 430 peças de face shields 795 anteparos em acrílico 250 tapetes sanitizantes e de retenção de umidade 150 cones de sinalização 1.00 metros de corrente plástica 0 450 pedestais para correntes plásticas 5.60 máscaras em tecido 0 100 rolos de fita zebrada 3.00 máscaras cirúrgicas (em aquisição) 0 5.00 luvas em látex (em aquisição) 0 1.00 máscaras PFF2/N95 (em aquisição)	2.40	frascos para álcool em gel e líquido		
0 90 termômetros 1.76 litros de álcool 70º 6 430 peças de face shields 795 anteparos em acrílico 250 tapetes sanitizantes e de retenção de umidade 150 cones de sinalização 1.00 metros de corrente plástica 0 450 pedestais para correntes plásticas 5.60 máscaras em tecido 0 100 rolos de fita zebrada 3.00 máscaras cirúrgicas (em aquisição) 0 5.00 luvas em látex (em aquisição) 0 1.00 máscaras PFF2/N95 (em aquisição)	0			
90 termômetros 1.76 litros de álcool 70º 6 430 peças de face shields 795 anteparos em acrílico 250 tapetes sanitizantes e de retenção de umidade 150 cones de sinalização 1.00 metros de corrente plástica 0 450 pedestais para correntes plásticas 5.60 máscaras em tecido 0 100 rolos de fita zebrada 3.00 máscaras cirúrgicas (em aquisição) 0 5.00 luvas em látex (em aquisição) 0 1.00 máscaras PFF2/N95 (em aquisição)	2.24	litros de álcool em gel		
1.76 litros de álcool 70º 6 430 peças de face shields 795 anteparos em acrílico 250 tapetes sanitizantes e de retenção de umidade 150 cones de sinalização 1.00 metros de corrente plástica 0 450 pedestais para correntes plásticas 5.60 máscaras em tecido 0 100 rolos de fita zebrada 3.00 máscaras cirúrgicas (em aquisição) 0 5.00 luvas em látex (em aquisição) 0 1.00 máscaras PFF2/N95 (em aquisição)	0			
430 peças de face shields 795 anteparos em acrílico 250 tapetes sanitizantes e de retenção de umidade 150 cones de sinalização 1.00 metros de corrente plástica 0 450 pedestais para correntes plásticas 5.60 máscaras em tecido 0 rolos de fita zebrada 3.00 máscaras cirúrgicas (em aquisição) 0 5.00 luvas em látex (em aquisição) 0 máscaras PFF2/N95 (em aquisição) 0	90	termômetros		
430 peças de face shields 795 anteparos em acrílico 250 tapetes sanitizantes e de retenção de umidade 150 cones de sinalização 1.00 metros de corrente plástica 0 450 pedestais para correntes plásticas 5.60 máscaras em tecido 0 rolos de fita zebrada 3.00 máscaras cirúrgicas (em aquisição) 0 5.00 luvas em látex (em aquisição) 0 máscaras PFF2/N95 (em aquisição) 0	1.76	litros de álcool 70º		
795 anteparos em acrílico 250 tapetes sanitizantes e de retenção de umidade 150 cones de sinalização 1.00 metros de corrente plástica 0 pedestais para correntes plásticas 5.60 máscaras em tecido 0 rolos de fita zebrada 3.00 máscaras cirúrgicas (em aquisição) 0 luvas em látex (em aquisição) 0 máscaras PFF2/N95 (em aquisição) 0	6			
tapetes sanitizantes e de retenção de umidade 150 cones de sinalização 1.00 metros de corrente plástica 450 pedestais para correntes plásticas 5.60 máscaras em tecido 0 rolos de fita zebrada 3.00 máscaras cirúrgicas (em aquisição) 0 luvas em látex (em aquisição) 0 máscaras PFF2/N95 (em aquisição) 0	430	peças de face shields		
umidade 150 cones de sinalização 1.00 metros de corrente plástica 0 450 pedestais para correntes plásticas 5.60 máscaras em tecido 0 100 rolos de fita zebrada 3.00 máscaras cirúrgicas (em aquisição) 0 5.00 luvas em látex (em aquisição) 0 máscaras PFF2/N95 (em aquisição) 0	795	anteparos em acrílico		
150 cones de sinalização 1.00 metros de corrente plástica 0 450 pedestais para correntes plásticas 5.60 máscaras em tecido 0 rolos de fita zebrada 3.00 máscaras cirúrgicas (em aquisição) 0 luvas em látex (em aquisição) 0 máscaras PFF2/N95 (em aquisição) 0	250	tapetes sanitizantes e de retenção de		
1.00 metros de corrente plástica 0 450 pedestais para correntes plásticas 5.60 máscaras em tecido 0 100 rolos de fita zebrada 3.00 máscaras cirúrgicas (em aquisição) 0 5.00 luvas em látex (em aquisição) 0 1.00 máscaras PFF2/N95 (em aquisição) 0		umidade		
0 450 pedestais para correntes plásticas 5.60 máscaras em tecido 0 100 rolos de fita zebrada 3.00 máscaras cirúrgicas (em aquisição) 0 5.00 luvas em látex (em aquisição) 0 1.00 máscaras PFF2/N95 (em aquisição) 0	150	cones de sinalização		
450 pedestais para correntes plásticas 5.60 máscaras em tecido 0 100 rolos de fita zebrada 3.00 máscaras cirúrgicas (em aquisição) 0 5.00 luvas em látex (em aquisição) 0 máscaras PFF2/N95 (em aquisição) 0	1.00	metros de corrente plástica		
5.60 máscaras em tecido 100 rolos de fita zebrada 3.00 máscaras cirúrgicas (em aquisição) 0 luvas em látex (em aquisição) 1.00 máscaras PFF2/N95 (em aquisição) 0	0			
0 100 rolos de fita zebrada 3.00 máscaras cirúrgicas (em aquisição) 0 5.00 luvas em látex (em aquisição) 0 1.00 máscaras PFF2/N95 (em aquisição) 0	450	pedestais para correntes plásticas		
100 rolos de fita zebrada 3.00 máscaras cirúrgicas (em aquisição) 0 5.00 luvas em látex (em aquisição) 0 1.00 máscaras PFF2/N95 (em aquisição) 0	5.60	máscaras em tecido		
3.00 máscaras cirúrgicas (em aquisição) 0 5.00 luvas em látex (em aquisição) 0 1.00 máscaras PFF2/N95 (em aquisição) 0	0			
0 5.00 luvas em látex (em aquisição) 0 1.00 máscaras PFF2/N95 (em aquisição) 0	100	rolos de fita zebrada		
5.00 luvas em látex (em aquisição) 0 1.00 máscaras PFF2/N95 (em aquisição) 0	3.00	máscaras cirúrgicas (em aquisição)		
0 1.00 máscaras PFF2/N95 (em aquisição) 0	0			
1.00 máscaras PFF2/N95 (em aquisição) 0	5.00	luvas em látex (em aquisição)		
0	0			
-	1.00	máscaras PFF2/N95 (em aquisição)		
	0			
Valor total estimado R\$ 306.389,00		Valor total estimado R\$ 306.389,00		

Consumo de materiais em estoque

Inicialmente, verifica-se o valor, em reais, adquirido em "material de consumo", com entrada em estoque. Houve grande redução em relação ao ano anterior, em muito decorrente do ano atípico em que não houve trabalho presencial nos prédios do Órgão em razão da pandemia:

Ano	Aquisições de material de consumo
2018	R\$ 363.946,96
2019	R\$ 1.178.101,26
2020	R\$ 348.734,00



Contudo, a demanda de materiais de consumo não parou por conta da pandemia, mas teve queda abrupta como se vê no gráfico, com dados do GEAFIN:

ANO	MATERIAL DE CONSUMO	CONSUMO IMEDIATO	TOTAL
2018	R\$694.989,65	R\$3.054.396,20	R\$3.749.385,85
2019	R\$661.145,67	R\$1.224.502,43	R\$1.885.648,10
2020	R\$390.564,54	R\$1.169.401,53	R\$1.559.966,07
2021 (JAN /ABRIL)	R\$35.175,94	R\$480.197,26	R\$515.373,20

Consumo imediato refere-se aos materiais que não tem demanda contínua, razão pela qual não são mantidos em estoque e são adquiridos, muitas vezes, por suprimento de fundos.

Gastos com transporte de materiais

Abaixo, também se verifica a significativa redução dos custos de transporte de materiais, por meio de transportadora, comparativamente aos anos anteriores.

Esta realidade decorre da racionalização nos despachos, concentrados em datas especificas e com maior espaçamento, bem como da política da Administração em utilizar-se de veículos próprios, aproveitamento deslocamentos que já seriam realizados, para transportar os materiais de consumo de Curitiba para as demais Subseções.

ANO	Volumes transportados	Peso Transportado (kg)	Valor das Mercadorias	Frete Pago
2018	3.012,00	18.210,45	R\$288.598,80	R\$28.967,53
2019	2.898,00	15.474,69	R\$256.900,47	R\$24.988,94
2020	1.547,00	8.230,09	R\$111.866,81	R\$13.015,15
2021	307,00	2.054,00	R\$76.290,08	R\$4.672,52

NÚCLEO DE APOIO JUDICIÁRIO - NAJ

Em 26 de outubro de 2020 houve alteração na Direção deste Núcleo. Assim, as informações constantes do presente relatório foram obtidas por meio de pesquisas e conversas com os servidores do núcleo, assim como com a servidora que atuou na gestão até a referida data.

Reestruturação da forma de trabalho em razão da pandemia por COVID-19

O atípico ano de 2020 trouxe novas experiências e a necessidade de adequação das atividades desenvolvidas para o modelo virtual. Foi necessário o exercício da criatividade, da inovação e da flexibilidade por parte de todos os servidores. O que poderá ser analisado mais detalhadamente em cada setor deste Núcleo. Realidade que se seguiu no ano de 2021.

Implantação da Central de Consultas na Seção Judiciária do Paraná

A CECON, regulamentada pela Direção do Foro na Ordem de Serviço 5154531, ficou sob coordenação deste núcleo. Conforme consta em detalhes no processo SEI 0003122-35.2017.4.04.8000, o projeto piloto iniciou em 13 de abril de 2020, com a inclusão da 15ª Vara Federal. Para que a implantação fosse viável, desde janeiro de 2020 foram realizadas



reestruturações de funções e treinamento de servidores. Este Núcleo também elaborou material para apresentação da Central de Consultas às Varas Federais com interesse na adesão, realizando reuniões com os Diretores das Varas para o esclarecimento de dúvidas. Em dezembro de 2020 foram realizados convites para adesão das últimas Varas de competências Cível e de Execução Fiscal da Capital (5ª, 6ª, 7ª, 11ª e 20ª Varas Federais). Com isso, a partir de janeiro de 2021 a CECON passou a atender 11 Varas Federais.

Em abril de 2021 foi dado o primeiro passo para a interiorização da CECON, com convite direcionado à 3ª Vara Federal de Ponta Grossa. A unidade cedeu um servidor para integrar a CECON. O treinamento do novo membro da equipe está sendo realizado pelas servidoras da Central, totalmente em formato online. Com a inclusão da 3ª Vara Federal de Ponta Grossa a Central também passou a atender as UAA's de Wenceslau Braz e Ibaiti, vinculadas à referida unidade.

Já em maio de 2021 formalizou-se o convite para adesão das Varas Federais de Paranaguá e Telêmaco Borba.

Atuação junto ao Centro de Inteligência

O Núcleo atuou em auxílio ao Centro de Inteligência elaborando relatórios, auxiliando em reuniões e participando de debates dos mais variados assuntos. Um dos resultados do trabalho foi a migração de cadastro do Banco do Brasil, junto ao Processo Eletrônico (eproc), de Pessoa Jurídica para Entidade. A novidade foi informada a todas as Varas Federais da Seção Judiciária em junho de 2020.

Cadastro de servidores sistema SAT e Centrais de Perícias

O INSS disponibilizou acessos ao sistema de consultas SAT, ficando a compilação de dados e cadastro dos servidores e magistrados a cargo do Núcleo, que permanece atuando na concessão/substituição das licenças.

Com a criação das Centrais de Perícias foi necessário o cadastro inicial de servidores e magistrados, também realizado pela direção do NAJ.

Atividades desenvolvidas por setores

Seção de Apoio aos Juizados Especiais Federais - Atermações / Atendimento

A Seção foi extremamente afetada pelo fechamento dos prédios, que inviabilizou a realização de atendimentos presenciais. Houve uma reestruturação para que os atendimentos passassem a ser realizados por telefone, email e aplicativo de mensagens (*WhatsApp*). Os **atendimentos** saltaram de uma média de 650 mensais nos anos anteriores para **780 mensais** no período de junho a dezembro/2020.



A concessão de Auxílio Emergencial pelo Governo Federal também acarretou em um aumento considerável nas demandas atendidas pelo setor. Com isso **média de processos distribuídos** que passou de 100 para mais de **300 a partir de agosto de 2020**. Com isso foi necessário contar com o auxílio de servidores de outros setores do Núcleo e até de outros Núcleos para a realização da distribuição dos processos.

2019	Atendimentos presenciais	Processos distribuídos
Junho	421	131
Julho	541	148
Agosto	419	98
Setembro	372	104
Outubro	321	104
Novembro	418	137
Dezembro	248	77
Total	2.740	799

2020	Atendimentos (email e WhatsApp)	Telefone (41) 3321-6430	Nº de processos distribuídos
Janeiro	453	188	118
Fevereiro	383	258	110
Março	484	201	54



Abril	523	286	Período de transição trabalho remoto	
Maio	549	58 problemas técnicos	85	
Junho	249	106	41	
Julho	643	253	118	
Agosto	626	303	311	
Setembro	618	339	354	
Outubro	534	355	224	
Novembro	570	254	240	
Dezembro	431	172	149	
Total	6.063	2.773	1.750	

2021	Atendimentos (email e WhatsApp)	Telefone (41) 3321-6430	Nº de processos distribuídos
Janeiro	520	352	98
Fevereiro	522	353	177
Março	663	Número não	113



		consolidado	
Abril	651	Número não consolidado	135
Maio 3 a 7/05	959	Número não consolidado	129
Total	3.315	705	652

Seção de Atendimento ao Público

O atendimento presencial realizado foi substituído em abril de 2020 pelo atendimento virtual. As certidões passaram a ser enviadas por email a todos os usuários sem descontinuidade do atendimento e com respeito ao prazo máximo de 48horas para envio:

2019 (Junho a Dezembro)	Interna JF	Balcão JF Emitidas pelo NAJ	Interna TRF	Total (Interna + balcão)	Distribuição
Total de Certidões Positivas	4.954	11.405	2	16.361	265
Total de Certidões Negativas	2.948	28.558	185	31.691	0
Total de Certidões Canceladas	1	361	0	362	0
Total de Certidões não Emitidas	2.247	401	27	2.675	746
Total de Certidões Digitadas	10.150	40.725	214	51.089	1.011
Total de Certidões Emitidas	7.902	39.963	187	48.052	265
Certidões Emitidas pelo SEI		296			

2020	Interna JF	Balcão JF Emitidas pelo NAJ	Interna TRF	Total (Interna + Balcão)	Distribuição
Total de Certidões Positivas	6.539	14.499	11	21.049	213
Total de Certidões Negativas	4.478	38.283	403	43.164	0
Total de Certidões Canceladas	8	4.736	0	4.744	0
Total de Certidões não Emitidas	3.418	533	65	4.016	586
Total de Certidões Digitadas	14.443	58.051	479	72.973	799
Total de Certidões Emitidas	11.017	52.782	414	64.213	213
Certidões Emitidas pelo SEI		215			

2021 (Janeiro a 30/05/2021)	Interna JF	Balcão JF Emitidas pelo NAJ	Interna TRF	Total (Interna + balcão)	Distribuição
Total de Certidões Positivas	2.915	6.543	1	9.459	86
Total de Certidões Negativas	1.825	16.860	47	18.732	0
Total de Certidões	0	194	0	194	0



Canceladas					
Total de Certidões não	1 001	225	15	1 241	150
Emitidas	1.091	235	15	1.341	159
Total de Certidões Digitadas	5.831	23.832	63	29.726	245
Total de Certidões Emitidas	4.740	23.403	48	28.191	86
Certidões Emitidas pelo SEI		134			

Seção de Apoio ao Processamento Eletrônico

Os atendimentos antes realizados exclusivamente por meio de abertura de chamados no sistema *ServiceDesk* (usuários internos) e e-mail (usuários externos) passaram a ser realizados também por meio de aplicativo de mensagens (WhatsApp). O grande fluxo de mensagens acarretou na inviabilidade do cadastramento de todos os atendimentos no sistema de chamados.

2019	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total	Média
Chamados recebidos	271	323	321	312	339	232	166	3.609	301
Chamados encerrados	189	226	216	210	253	167	112	2.583	215
Chamados resolvidos	69,74%	69,97%	67,29%	67,31%	74,63%	71,98%	67,47%	71,57%	71,57%

2020	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total	Média
Whats Recebidos						1.111	3.433	5.319		2.474			12.337	3.084
Whats Enviados						740	2.274	3.381		1.479			7.874	1.969
Atendimentos via Whatsapp						59	241	161		138			599	150
Chamados recebidos	195	201	239	210	282	188	241	128	117	145	178	93	2.217	185
Chamados	148	136	158	156	217	151	151	80	80	90	118	67	1.552	129



encerrados														
Chamados resolvidos	75,90%	67,66%	66,11%	74,29%	76,95%	80,32%	62,66%	62,50%	68,38%	62,07%	66,29%	72,04%	70,00%	70,00%

^{*} Em Setembro/2020 tivemos problemas com a linha vinculada ao whatsapp business, que ficou inoperante durante aproximadamente 15 dias no final do mês, perdendo-se os dados estatísticos.

^{**}Não encontramos os dados referentes aos meses de Novembro e Dezembro de 2020.

2021	jan	fev	mar	abr	mai	Total	Média
Whats Recebidos	1.584	1.300	1.476	1.521		5.881	1.470
Whats Enviados	1.712	799	858	889		4.258	1.065
Atendimentos via Whatsapp	130	105	110	122		467	117
Chamados recebidos	141	151	171	152		615	154
Chamados encerrados	87	98	97	116		398	100
Chamados resolvidos	61,70%	64,90%	56,73%	76,32%		64,72%	64,72%

Não foi possível consolidar os números de emails recebidos, podendo-se estimar uma média de atendimentos realizados por email e aplicativo de mensagens desde junho de 2020 foi de 150 atendimentos ao mês, o que gerou um fluxo médio de 3.000 mensagens recebidas e 2.000 mensagens enviadas mensalmente.

Central de Consultas

A Central de Consultas começou suas atividades em abril de 2020 quando já presentes as medidas restritivas decorrentes da Pandemia por COVID-19. O trabalho do setor, portanto,



sempre ocorreu de forma remota e apresentou uma resposta muito boa a todas as questões que se apresentaram durante o período.

O compilado de ordens realizadas pela equipe resultaram em mais de 4.500 ordens desde sua criação, apresentando os seguintes números:

2020	ordens encaminhadas
Abril	234
Maio	173
Junho	360
Julho	1010
Agosto	937
Setembro	324
Outubro	276
Novembro	754
Dezembro	487
Total	4555

2021	ordens encaminhadas
Janeiro	781
Fevereiro	957
Março	974
Abril	1081
Maio	1050
Total	4843

NÚCLEO DE APOIO OPERACIONAL – NAO

O Núcleo de Apoio Operacional desenvolveu diversas atividades e projetos durante os anos de 2019-2021, além da responsabilidade cotidiana de execução e acompanhamento relativa aos diversos contratos de sua competência.

O NAO é atualmente composto por 30 servidores, lotados entre as respectivas seções.



Como exemplo das diversas atividades cotidianas sob sua responsabilidade podemos citar o acompanhamento de procedimentos de segurança internos e externos às edificações, incluindo viagens para segurança do corregedor da Penitenciária Federal de Catanduvas, além da instalação de tornozeleiras eletrônicas e acompanhamento de audiências criminais pela Seção de Segurança, organização e acompanhamento de eventos e reuniões institucionais, contrato dos Correios e Telégrafos (o qual engloba correspondência simples, SEDEX, correspondência agrupada – malote, Vpost, etc.), limpeza, ajardinamento e copeiragem para as quatro edificações da capital (com o acompanhamento de 68 terceirizados), vigilância armada (23 terceirizados), manutenção predial (10 terceirizados), sistema de conforto térmico (4 terceirizados), automação predial (2 terceirizados), manutenção preventiva e corretiva dos 10 elevadores das duas sedes, além dos contratos centralizados da Seção Judiciária do Paraná, tais como o de energia elétrica (Copel), água e esgoto (Sanepar), telefonia celular (472 linhas) e fixa (2200 ramais), manutenção e abastecimento da frota de veículos, contrato de cobertura securitária dos imóveis e veículos da Seção Judiciária do Paraná, sendo ainda prestado apoio técnico de cada uma das Seções aos NAJAS e SEAJAS no interior, auxiliando tanto na orientação e solução dos problemas como para retirada de eventuais dúvidas em cada uma das respectivas áreas de atuação.

Cumpre ressaltar, ainda, que não obstante ao trabalho executado de forma preferencialmente não presencial a partir de fevereiro de 2020, necessário devido a pandemia SARS-CoV-2 (COVID-19), a maioria das atividades de responsabilidade do Núcleo de Apoio Operacional continuaram inalteradas ou com pequenas adaptações, sendo necessário ainda a manutenção de diversas atividades presenciais, mesmo em regime de escala e com efetivo reduzido, haja vista se tratar de apoio para o próprio funcionamento básico das edificações e atendimento, como citado anteriormente (serviço de correspondências, segurança das edificações, transporte de materiais e manutenção dos veículos, energia elétrica, fornecimento de água, manutenção das edificações e equipamentos de infraestrutura, limpeza, jardinagem, projetos para contratação de serviços de engenharia e manutenções prediais, telecomunicações, inclusive atendimento quanto ao fornecimento de linhas e serviços para desvios das ligações externas para ramais à telefones/celulares dos servidores da atividade fim e meio, apoio e segurança para realizações de perícias, etc).

Apenas para uma compreensão mais abrangente do Núcleo de Apoio Operacional, podemos citar o atendimento em diversas áreas nos anos de 2019-2021 com os seguintes números (considerando apenas os registros principais constantes no sistema de chamados e SEI):

ATIVIDADE DESENVOLVIDA	QUANTIDADE APROXIMADA
(Apenas registros constante no SEI e Sistema de Chamados)	(PERÍODO 2019)
Atendimento e transporte de pessoas e materiais	516
Atendimento de chamados para manutenção predial (das 3 sedes)	2149
Atendimento de chamados referentes a Serviços Gerais (sem contar eventos	113
e reuniões institucionais)	
Atendimento de chamados referentes a Telecomunicações	801
Atendimento de chamados referentes ao serviço de Malote	34
Processos tramitados na Direção do Núcleo de Apoio Operacional	271
Processos tramitados na Seção de Apoio e Logística	113
Processos tramitados na Seção de Engenharia	130
Processos tramitados na Seção de Malote	20
Processos tramitados no Setor de Manutenção Predial	148
Processos tramitados no Setor de Projetos	71
Processos tramitados na Seção de Serviços Gerais	87
Processos tramitados na Seção de Segurança	161



Processos tramitados na Seção de Telecomunicações	74
Processos tramitados na Seção de Transportes	172
Processos tramitados na Seção de Apoio Adm. e Op. Ed. Bagé	24

ATIVIDADE DESENVOLVIDA (Apenas registros constante no SEI e Sistema de Chamados)	QUANTIDADE APROXIMADA (PERÍODO 2020)
Atendimento e transporte de pessoas e materiais	56
Atendimento de chamados para manutenção predial (das 3 sedes)	1043
Atendimento de chamados referentes a Serviços Gerais (sem contar eventos e reuniões institucionais)	28
Atendimento de chamados referentes a Telecomunicações	266
Atendimento de chamados referentes ao serviço de Malote	19
Processos tramitados na Direção do Núcleo de Apoio Operacional	246
Processos tramitados na Seção de Apoio e Logística	75
Processos tramitados na Seção de Engenharia	103
Processos tramitados na Seção de Malote	20
Processos tramitados no Setor de Manutenção Predial	98
Processos tramitados no Setor de Projetos	61
Processos tramitados na Seção de Serviços Gerais	41
Processos tramitados na Seção de Segurança	116
Processos tramitados na Seção de Telecomunicações	67
Processos tramitados na Seção de Transportes	137
Processos tramitados na Seção de Apoio Adm. e Op. Ed. Bagé	22

ATIVIDADE DESENVOLVIDA (Apenas registros referentes à chamados e sistema SEI)	QUANTIDADE APROXIMADA (PERÍODO 2021)
Atendimento dos GES, segurança e transportes	27
Atendimento de chamados para manutenção predial (das 3 sedes)	371
Atendimento de chamados referentes a Serviços Gerais (sem contar eventos	8
e reuniões institucionais)	
Atendimento de chamados referentes a Telecomunicações	263
Atendimento de chamados referentes ao serviço de Malote (sem contar	16
atendimentos presenciais diários)	
Processos tramitados na Direção do Núcleo de Apoio Operacional	108
Processos tramitados na Seção de Apoio e Logística	41
Processos tramitados na Seção de Engenharia	69
Processos tramitados na Seção de Malote	13
Processos tramitados no Setor de Manutenção Predial	64
Processos tramitados no Setor de Projetos	49
Processos tramitados na Seção de Serviços Gerais	17
Processos tramitados na Seção de Segurança	84
Processos tramitados na Seção de Telecomunicações	41
Processos tramitados na Seção de Transportes	65
Processos tramitados na Seção de Apoio Adm. e Op. Ed. Bagé	11

Se comparado ao período total de 2019 e 2020, observa-se pequena redução na quantidade de atendimentos, em especial aqueles requisitados através do sistema de chamados, até mesmo devido ao teletrabalho imposto a todos os servidores e magistrados. Entretanto, houve acréscimo significativo nos atendimentos telefônicos e através dos aplicativos Whatsapp e Whatsapp Business (os quais não foram computados por impossibilidade na realização de tal levantamento, devido ao grande número de atendimentos que, em muitas ocasiões, acabam gerando procedimentos adicionais ao inicialmente solicitado pelos requisitantes), realizados muitas vezes fora do horário normal de expediente, até mesmo por consequência da característica



operacional deste Núcleo, a qual em regra requer ações imediatas aos problemas e serviços demandados.

Foram ainda realizadas diversas atividades específicas de responsabilidade de cada setor, dentre as quais podemos citar como principais:

Seção de Segurança

A seção prestou apoio nas mais diversas frentes, com a adequação à nova necessidade de acompanhamento dos procedimentos de segurança durante a pandemia COVID-19, inclusive com o acompanhamento para retirada de materiais e equipamentos pelos magistrados e servidores, além dos processos de sua responsabilidade tais como cobertura securitária dos imóveis desta Seccional, recarga dos extintores, execução e acompanhamento do contrato de vigilância terceirizada, projeto, contratação e recebimento de diversos equipamentos para o GES (Grupo Especial de Segurança) da Seção Judiciária do Paraná incluindo desde coletes balísticos e munição até materiais para primeiros socorros para uso em campo e equipamentos diversos (espargidores de pimenta, bastões, algemas, etc.).

Adquiriu-se câmeras IP, visando a substituição de equipamentos defeituosos e daqueles mais antigos, haja vista a necessidade de aprimoramento da qualidade de imagem com redução de espaço de armazenamento e transmissão (já que utiliza a mesma linha da dados dos sistemas processual e administrativo até o servidor de gravação).

Foram adquiridas também 2 (duas) impressoras de crachás, utilizadas para geração das identificações de todos os servidores, estagiários e terceirizados da Seção Judiciária do Paraná.

Seção de Transporte

Para o transporte de pessoas, materiais e processos, foi necessário aprimorar o sistema de rodízio para os servidores que atuam como agentes de segurança em Curitiba, como medida de melhor distribuição dos serviços e redução do risco de contágio devido a pandemia. Adicionalmente aos serviços básicos de transporte executados (devido a pandemia em sua grande maioria apenas material de expediente e processos oriundos do Almoxarifado e Arquivo).

A Seção também é responsável pela gerência dos veículos oficiais, incluindo o pagamento de seu licenciamento e execução dos contratos para serviços de abastecimento e manutenção automotiva, com reparos e fornecimento de peças, para os veículos oficiais pertencentes à Seção Judiciária do Paraná, necessários mesmo durante o afastamento presencial sob pena de danos aos automóveis pelo simples desuso.

Foram adquiridos ainda 10 (dez) veículos oficiais e realizada a blindagem de 3 (três) veículos para uso de autoridades e magistrados em situação de risco, além de equipamentos de oxisanitização para limpeza e desinfecção dos veículos oficiais da capital, visando minimizar o risco de contaminação pela COVID-19.

Seção de Engenharia

Além das análises técnicas e laudos realizados pela área de engenharia da Seção Judiciária do Paraná, nas mais variadas frentes (desde auxílio ao Núcleo de Apoio Administrativo na atualização dos valores de imóveis da Seção Judiciaria, até viabilidade na instalação de equipamentos pontuais), em relação à conservação predial e melhoria das edificações, foram realizadas diversas contratações e acompanhamento de obras e serviços, das quais podemos citar como principais:

- Projeto para reforma cobertura, calhas e depósito do edifício principal em Londrina;
- Projeto para reforma dos guarda-corpos em Apucarana;
- Projeto para adaptação de rampa e cobertura de veículos de P.N.E em Curitiba;



- Projeto para reforma do 8º andar da edificação, visando criação de nova sala de cursos, sala de capacitação, sala de situação e biblioteca;
- Análise e projeto para adaptação da edificação de Paranaguá, visando a devolução de parte do imóvel;
 - Análise de viabilidade e projeto para nova sede na Subseção Judiciária de Toledo;
- Aquisição de sistema de controle de acessos com catracas para o edifício-sede em Curitiba;
- Aquisição de peças diversas para manutenção do sistema de automação do edifício-sede em Curitiba;
 - Aquisição de persianas para 8º andar do edifício-sede em Curitiba;
 - Aquisição de splits para uso na sala de studio e auditório do edifício-sede em Curitiba;
- Realização dos procedimentos de adaptação das edificações para retorno às atividades presenciais, devido ao afastamento originado pela pandemia COVID-19;
- Execução do contrato de serviços para fixação das placas de concreto externas à edificação da Subseção Judiciária de Londrina, que apresentavam risco a segurança dos magistrados, servidores e usuários da Justiça Federal;
 - Reparo na marquise posterior do edifício-sede da Subseção Judiciária de Londrina;
- Instalação de guarda-corpo e esquadrias de alumínio para o edifício-sede da Subseção Judiciária de Curitiba;
- Execução dos contratos referente a confecção de projetos para elaboração dos Planos de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIPs) dos edifícios-sede das Subseções Judiciárias do Paraná;
- Realização de projeto para substituição de calhas e readequação dos aparelhos de ar condicionado do edifício-sede da Subseção Judiciária de Londrina;
- Contratação de empresa para impermeabilização e injeção de resina em trincas existentes no edifício-sede em Curitiba;
- Acompanhamento na execução do projeto para instalação de usina fotovoltáica no edifício-sede da Subseção Judiciária de Londrina;
- Projeto e adequação da subestação de energia do ed. Ahú, visando a atualização e reparo de problemas recorrentes que acabavam interferindo na disponibilidade de vários serviços, inclusive os sistemas processual e administrativo no Paraná.

As citadas benfeitorias tiveram o intuito de propiciar melhor adequação física das unidades, com maior conforto e satisfação aos usuários da Justiça Federal, bem como ao seu corpo de servidores e magistrados.

Não obstante, o Setor de Manutenção predial realizou ainda diversos outros serviços ordinários e pontuais de sua competência, tais como o serviço de análise da qualidade do ar para o edifício-sede em Curitiba, necessário devido a existência de sistema de ar condicionado local, conforme resolução RE nº09/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, execução do contrato para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de automação predial e sistema de detecção e combate a incêndios das edificações em Curitiba (aproveitando a ausência de usuários internos e externos para atualização das controladoras de automação predial em todos os setores, haja vista a necessidade de desativação temporária do sistema para sua execução), acompanhamento do contrato para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de conforto térmico das edificações em Curitiba, execução do contrato para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de elevadores da sede extensiva ed. Bagé e do edifício-sede.

Contratação e execução do contrato para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos edifícios-sede em Curitiba. Aproveitando ainda o número restrito de servidores e



usuários nas edificações para a execução de vários serviços de manutenção de grande escala, como recuperação e pintura das paredes das garagens do 2º subsolo e recomposição de pastilhas externas da edificação.

Execução do contrato para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos no-breaks de todas as Subseções Judiciárias do Paraná, execução do contrato agrupado de serviços de água e esgoto da SANEPAR para as edificações da Seção Judiciária do Paraná (capital e interior) e execução do contrato agrupado de serviços de luz e energia elétrica da COPEL para as edificações da Seção Judiciária do Paraná (capital e interior).

Seção de Telecomunicações

Foram realizados projetos e diversas ações para melhoria do acesso de telefonia, inclusive nova contratação de linhas adicionais para uso dos servidores das atividades fim e meio durante a pandemia, sendo realizados os procedimentos necessários para viabilizar a programação do serviço "siga-me" dos ramais aos telefones desejados, além do acompanhamento dos processos de sua responsabilidade, em especial os contratos de telefonia móvel, fixa e de serviço de manutenção corretiva e preventiva das centrais telefônicas de toda a Seção Judiciária do Paraná.

Seção de Malote

Além da execução contratual dos serviços de sua competência, que incluem também o Vpost, foi finalizada a implantação do sistema de controle de malote, unificado nas Seções Judiciárias da 4ª Região, possibilitando melhor gerência e até mesmo rastreamento das correspondências que utilizam o sistema de malote. Com a pandemia COVID-19 também foi necessária a adaptação dos procedimentos de recebimento e entrega de materiais, inclusive a destinação entre as Subseções Judiciárias (utilizando em regra o serviço SEDEX), sendo necessário o acompanhamento dos serviços correlatos (contrato com os Correios), inclusive com o frequente comparecimento junto à agência dos Correios para entrega e retirada de correspondências de e para as unidades judiciais e administrativas do Paraná.

Seção de Serviços Gerais

Prestou auxilio relativo aos serviços de limpeza, conservação, copeiragem e jardinagem para todas as sedes das Subseções Judiciárias do Paraná, além da execução do contrato com o mesmo objeto para todos os edifícios-sede em Curitiba, sendo necessária a readequação e acompanhamento mais detalhado possível dos respectivos serviços, devido a redução do quantitativo de serventes e prestadores terceirizados, visando minimizar o risco de contaminação pela COVID-19.

Realizou-se também o apoio aos setores administrativos na confecção dos termos de referência para aquisição de diversos materiais e equipamentos para distanciamento e organização do atendimento (tais como anteparos de acrílico, organizadores de fila, correntes, adesivos indicativos, etc.), visando minimizar ao máximo o risco de contaminação com o COVID-19.

Também foi o Núcleo de Apoio Operacional o responsável pela instalação e organização dos referidos materiais em Curitiba, dispostos em todos os atendimentos das Varas Federais e áreas administrativas das 4 edificações desta capital (171 anteparos de acrílico, 274 adesivos para distanciamento, cartazes diversos e 52 organizadores de fila com respectivas correntes), além de distanciadores nos elevadores, portarias e demais locais necessários.

Em apoio aos NAJAs, Seajas e outros setores Administrativos, prestou-se informações para orientação e suporte na realização de contratações e execuções, tais como manutenções prediais, elevadores, ar condicionado, entre outros.



Foram ainda elaborados laudos, informações e pareceres nas diversas áreas correlatas ao Núcleo de Apoio Operacional para embasamento das decisões da Direção do Foro e Direção Administrativa da Seção Judiciária do Paraná.

A título informativo, podemos elencar, dentre outras, algumas das principais ações efetuadas pelo Núcleo de Apoio Operacional no decorrer de 2019-2021 (parte delas já brevemente relatada no presente relatório), os quais se encontram nos processos relativos a prestação de informações, aquisição de materiais e/ou serviços e execução de contratos para Curitiba e demais Subseções Judiciárias, conforme segue abaixo:

PRINCIPAIS OBRAS, SERVIÇOS, INFORMAÇÕES PRESTADAS E MATERIAIS ADQUIRIDOS EM 2019

0004483-10.2019.4.04.8003 - Aquisição de cancela de veículos para o edifício-sede em Curitiba.

0004436-36.2019.4.04.8003 - Contratação de empresa para manutenção dos equipamentos tipo no-break da Seção Judiciária do Paraná.

0004543-80.2019.4.04.8003 - Confecção de projeto para substituição de calhas e equipamentos de ar condicionado para Subseção Judiciária de Londrina.

0002033-94.2019.4.04.8003 - Contratação de empresa para fornecimento de painéis solares visando instalação de usina fotovoltáica no edifício-sede da Subseção Judiciária de Londrina.

0004199-02.2019.4.04.8003 - Aquisição de fraldários para uso em todas as sedes da Seção Judiciária do Paraná.

0002364-76.2019.4.04.8003 - Contratação de empresa para fornecimento de esquadria em alumínio e guarda-corpo para o edifício-sede em Curitiba.

0003781-64.2019.4.04.8003 - Projeto e contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção dos equipamentos de ar condicionado das Subseções Judiciárias do interior do estado.

0003964-35.2019.4.04.8003 - Projeto para aquisição de equipamento de ar condicionado split para UAA de Ibaiti.

0006653-23.2017.4.04.8003 - Apoio nos procedimentos necessários para viabilização de Tribunal do Juri na Subseção Judiciária de Curitiba.

0004350-65.2019.4.04.8003 - Aquisição de peças para sistema de automação predial do edifício-sede em Curitiba.

0003513-10.2019.4.04.8003 - Análise técnica sobre viabilidade na instalação de de fogão elétrico para Subseção Judiciária de Guaíra.

0004996-75.2019.4.04.8003 - Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e operação do sistema de conforto térmico da Subseção Judiciária de Curitiba.

0005976-56.2018.4.04.8003 - Contratação de empresa e acompanhamento dos serviços para abastecimento e fornecimento de peças para os veículos oficiais da Seção Judiciária do Paraná.

0003137-92.2017.4.04.8003 - Renovação, execução e acompanhamento do contrato de cobertura securitária dos veículos oficiais da Seção Judiciária do Paraná.

0003276-10.2018.4.04.8003 - Execução dos serviços para instalação de equipamentos de ar condicionado tipo split no *foyer* do edifício-sede em Curitiba, necessário devido a grande área utilizada em treinamentos e eventos e o sistema de conforto térmico deficitário no local;

0000174-43.2019.4.04.8003 - Execução do contrato para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de automação predial e sistema de detecção e combate a incêndios das edificações em Curitiba;

0000661-13.2019.4.04.8003 - Execução do contrato para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de elevadores da sede extensiva ed. Bagé;

0000228-09.2019.4.04.8003 - Execução do contrato para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de elevadores do edifício-sede em Curitiba;

0000284-42.2019.4.04.8003 - Execução do contrato para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos edifícios-sede em Curitiba;

0003363-29.2019.4.04.8003 - Nova contratação e execução do contrato para prestação de serviços de limpeza, conservação, copeiragem e jardinagem para todos os edifícios-sede em Curitiba;

0000344-15.2019.4.04.8003 - Execução do contrato para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos no-breaks de todas as Subseções Judiciárias do Paraná;

0006929-54.2017.4.04.8003 - Acompanhamento da execução do contrato de cobertura securitária para todos os edifícios-sede e equipamentos das Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Paraná;

0000067-96.2019.4.04.8003 - Execução do contrato agrupado de serviços de água e esgoto da SANEPAR para as edificações da Seção Judiciária do Paraná (capital e interior);

0000068-81.2019.4.04.8003 - Execução do contrato agrupado de serviços de luz e energia elétrica da COPEL para as



edificações da Seção Judiciária do Paraná (capital e interior);

0003510-26.2017.4.04.8003 - Execução do contrato para prestação de serviço telefônico fixo comutável com LDN, LDI e DDG para a Seção Judiciária do Paraná, utilizada pelas centrais telefônicas de todas as Subseções Judiciárias do Paraná;

0005509-77.2018.4.04.8003 - Contratação e acompanhamento na execução do contrato para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva das centrais telefônicas de toda a Seção Judiciária do Paraná;

0002684-29.2019.4.04.8003 - Execução do contrato para prestação de serviço telefônico móvel para a Seção Judiciária do Paraná, utilizado inclusive para os plantões judiciais;

0004099-81.2018.4.04.8003 - Execução do contrato de serviços de engenharia para substituição de aparelhos de ar condicionado da edificação sede da Subseção Judiciária de Ponta Grossa/PR.

0000059-22.2019.4.04.8003 - Pagamento do licenciamento de todos os veículos da Seção Judiciária do Paraná;

0004482-25.2019.4.04.8003 - Aquisição de material para uso no equipamento chilller do sistema de conforto térmico do edifício-sede em Curitiba.

0000640-37.2019.4.04.8003 - Contratação de fornecimento de água mineral para as edificações da Subseção Judiciária de Curitiba;

0004409-53.2019.4.04.80033 - Contratação de empresa para verificação e recarga dos extintores de todos os edifícios-sede em Curitiba;

PRINCIPAIS OBRAS, SERVIÇOS, INFORMAÇÕES PRESTADAS E MATERIAIS ADQUIRIDOS EM 2020

0004483-10.2019.4.04.8003 - Finalização do processo de instalação de cancela de veículos para o edifício-sede em Curitiba.

0005016-32.2020.4.04.8003 - Contratação de obra para reforma do 8º andar do edifício-sede, para aproveitamento de área anteriormente utilizada pelo restaurante terceirizado para criação de sala de cursos, biblioteca, sala de situação e *studio*.

0005056-14.2020.4.04.8003 - Contratação de empresa de engenharia para instalação de guarda-corpo sobressalente em átrio da sede da Subseção Judiciária de Apucarana.

0000665-16.2020.4.04.8003 - Finalização da execução do contrato de restauração e reafixação das placas de concreto das fachadas do edifício-sede da Subseção Judiciária de Londrina.

0004872-92.2019.4.04.8003 - Finalização da execução do contrato de substituição do calçamento externo do edifício-sede da Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu.

0004466-71.2019.4.04.8003 - Execução do contrato de reforma e atualização da Subestação do edifício-sede da Subseção Judiciária de Curitiba.

0004456-27.2019.4.04.8003 - Execução do contrato para instalação de esquadrias de alumínio e guarda-corpo edifício-sede da Subseção Judiciária de Curitiba.

0003811-65.2020.4.04.8003 - Contratação e acompanhamento da execução dos serviços para substituição de calhas no edifício-sede da Subseção Judiciária de Curitiba.

0002033-94.2019.4.04.8003 - Acompanhamento e execução dos serviços para instalação de usina fotovoltáica na Subseção Judiciária de Londrina.

0005293-48.2020.4.04.8003 - Contratação e acompanhamento da execução dos serviços para instalação de rampa e cobertura para P.N.E na entrada do auditório do edifício-sede da Subseção Judiciária de Curitiba.

0004543-80.2019.4.04.8003 - Contratação de empresa para substituição de calhas e equipamentos de ar condicionado para Subseção Judiciária de Londrina (projeto iniciado em 2019), necessário devido ao tempo de uso e infiltrações na edificação.

0001856-96.2020.4.04.8003 - Execução do contrato para impermeabilização de superfície e injeção de resina poliuretano/acrílica em trincas presentes na estrutura de concreto do edíficio-sede em Curitiba.

0001632-61.2020.4.04.8003 - Análise e projeto para eventual ampliação de área do edifício-sede de Curitiba.

0004104-06.2018.4.04.8003 - Execução dos contratos para confecção de projetos para elaboração dos Planos de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP´s) para os edifícios-sede da Seção Judiciária do Paraná.

0002103-77.2020.4.04.8003 - Análise para eventual devolução parcial de imóvel na Subseção Judiciária de Paranaguá, visando a redução de custo no valor do aluguel.

0003173-32.2020.4.04.8003 - Contratação para aquisição de aparelhos de ar condicionados tipo split para uso na sala de studio e auditório do edifício-sede em Curitiba.

0003280-76.2020.4.04.8003 - Contratação para aquisição de impressoras para crachá, para impressão das identificações de servidores, estagiários e terceirizados para toda a Seção Judiciária do Paraná.

0003346-56.2020.4.04.8003 - Contratação para aquisição de aparelhos sanitizadores para uso nos veículos oficiais, visando a desinfecção necessária devido a pandemia SARS-CoV-2.



0003176-84.2020.4.04.8003 - Contratação para aquisição de persianas tipo "rolô" para instalação no 8º andar, para reaproveitamento de local anteriormente utilizado como área de restaurante terceirizado.

0003200-15.2020.4.04.8003 - Contratação para aquisição de equipamentos e materiais (algemas, coletes, bastões, munição, etc.), bem como kit de primeiros socorros para uso em campo, destinados ao Grupo Especial de Segurança.

0003781-64.2019.4.04.8003 - Contratação de empresa de empresa para prestação de serviços de manutenção dos equipamentos de ar condicionado das Subseções Judiciárias do interior do estado (projeto iniciado em 2019).

0004350-65.2019.4.04.8003 - Nova aquisição de peças para sistema de automação predial do edificio-sede em Curitiba, para substituição de equipamentos defeituosos, de controle de demanda de energia da edificação e ampliação do sistema de controle de acessos.

0002846-87.2020.4.04.8003 - Execução do contrato e acompanhamento dos serviços de manutenção e operação do sistema de conforto térmico das edificações da Subseção Judiciária de Curitiba.

0003786-52.2020.4.04.8003 - Contratação e acompanhamento na execução de blindagem em 3 (três) veículos oficiais da Seção Judiciária do Paraná, visando proteção a autoridades e magistrados em risco, devido a diversas ações de alta periculosidade em trâmite nesta Seccional.

0005976-56.2018.4.04.8003 - Execução do contrato e acompanhamento dos serviços para abastecimento e fornecimento de peças para os veículos oficiais da Seção Judiciária do Paraná.

0001252-72.2019.4.04.8003 - Procedimento de prorrogação do contrato de prestação de serviços para abastecimento e fornecimento de peças para os veículos oficiais da Seção Judiciária do Paraná.

0002749-87.2020.4.04.8003 - Contratação, execução e acompanhamento do contrato de cobertura securitária para todos os veículos oficiais da Seção Judiciária do Paraná.

0000153-33.2020.4.04.8003 - Execução do contrato e acompanhamento dos serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de automação predial e sistema de detecção e combate a incêndios das edificações em Curitiba;

0000043-34.2020.4.04.8003 - Execução do contrato e acompanhamento dos serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de elevadores da sede extensiva ed. Bagé.

0000192-30.2020.4.04.8003 - Execução do contrato e acompanhamento dos serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de elevadores do edifício-sede em Curitiba.

0000214-88.2020.4.04.8003 - Execução do contrato e acompanhamento dos serviços de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos edifícios-sede em Curitiba;

0000386-30.2020.4.04.8003 - Execução do contrato e acompanhamento dos serviços de serviços de limpeza, conservação, copeiragem e jardinagem para todos os edifícios-sede em Curitiba.

0001723-54.2020.4.04.8003 - Execução do contrato para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos no-breaks de todas as Subseções Judiciárias do Paraná.

0005102-03.2020.4.04.8003 - Contratação para aquisição de câmeras de vigilância para ampliação, atualização e substituição parcial do sistema de videomonitoramento de todas as Subseções Judiciárias do Paraná.

0005087-34.2020.4.04.8003 - Contratação para aquisição de sistema de catracas para o edifício-sede de Curitiba, visando ampliação da segurança para magistrados, servidores e usuários.

0006929-54.2017.4.04.8003 - Acompanhamento da execução do contrato de cobertura securitária para todos os edifícios-sede e equipamentos das Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Paraná;

0000048-56.2020.4.04.8003 - Execução do contrato agrupado de serviços de água e esgoto da SANEPAR para as edificações da Seção Judiciária do Paraná (capital e interior);

0000270-24.2020.4.04.8003 - Execução do contrato e acompanhamento de serviço telefônico fixo comutável com LDN, LDI e DDG para a Seção Judiciária do Paraná, utilizada pelas centrais telefônicas de todas as Subseções Judiciárias do Paraná;

00000271-09.2020.4.04.8003 - Execução do contrato para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva das centrais telefônicas de toda a Seção Judiciária do Paraná;

0000222-65.2020.4.04.8003 - Execução do contrato para prestação de serviço telefônico móvel para a Seção Judiciária do Paraná, utilizado inclusive para os plantões judiciais;

0000047-71.2020.4.04.8003 - Execução do contrato agrupado de serviços de luz e energia elétrica da COPEL para as edificações da Seção Judiciária do Paraná (capital e interior);

0004099-81.2018.4.04.8003 - Finalização dos serviços de engenharia para substituição de aparelhos de ar condicionado da edificação sede da Subseção Judiciária de Ponta Grossa/PR.

0000055-48.2020.4.04.8003 - Pagamento do licenciamento de todos os veículos da Seção Judiciária do Paraná.

0002340-14.2020.4.04.8003 - Confecção de projeto para aquisição de bombas para o sistema de conforto térmico e de esgoto do edifício-sede em Curitiba.

0000149-93.2020.4.04.8003 - Contratação de fornecimento de água mineral para as edificações da Subseção Judiciária de Curitiba.

0002297-77.2020.4.04.8003 - Auxílio na elaboração do termo de referência para aquisição de materiais para uso



durante a pandemia COVID-19 para todas as Subseções Judiciárias do Paraná - anteparos de acrílico para atendimentos, organizadores de fila, correntes plásticas, adesivos para delimitação de locais, etc.

0002293-40.2020.4.04.8003 - Contratação de empresa para dedetização dos edifícios da Subseção Judiciária de Curitiba.

0000862-68.2020.4.04.8003 - Contratação de empresa para realização de análise da qualidade do ar para o edifíciosede em Curitiba.

0003622-87.2020.4.04.8003 - Contratação de empresa para verificação e recarga dos extintores de todos os edifícios-sede em Curitiba.

NÚCLEO DE CÁLCULOS JUDICIAIS - NCJ

O Núcleo de Cálculos Judiciais, atualmente, conta com 16 servidores, sendo 6 lotados na capital, e os outros 10 distribuídos pelas Subseções do Estado.

As atividades realizadas por todos os servidores integrantes da equipe consistem, basicamente, na elaboração de cálculos judiciais e de informações/pareceres, relativos à área de liquidação de sentença (usualmente, destinados a esclarecer as divergências entre os cálculos apresentados pelas partes em cada processo).

Tendo em vista a grande diversidade de tipos de processos encaminhados ao NCJ, a equipe é dividida em sub-grupos especializados por matéria (cálculos previdenciários, cálculos referentes a diferenças salariais de servidores, cálculos relativos a revisões de contratos bancários, etc.).

Em relação às atividades desenvolvidas pelo Núcleo, conforme se verifica nos relatórios gerados pelo sistema EPROC, anexados ao processo 0003209-11.2019.4.04.8003, as estatísticas de movimentação e produtividade da unidade nos respectivos períodos refletem os seguintes números:

 No período de 01/07/2019 a 27/05/2021 foram remetidos pelas Varas Federais do Estado ao Núcleo 31.669 processos, tendo sido devolvidos às Varas Federais (com cálculos e/ou informações) um total de 31.686 processos, nos quais foram realizados 36.283 cálculos e 7.199 informações/pareceres.

Observa-se que durante todo o período mencionado, o prazo médio de permanência dos processos aguardando cálculos/informações, no NCJ, manteve-se abaixo de 10 dias.

Elaborando um comparativo com anos anteriores, foi observado no último período um significativo aumento de processos de cálculos de revisão de benefícios previdenciários, no que toca à revisão com base nos novos tetos trazidos pelas EC 20/98 e 41/03, pois, no ano de 2020, consolidou-se nos julgados do TRF4 o deferimento/confirmação da revisão requerida na inicial, porém com a manutenção dos critérios originários da concessão quantos aos pedidos de revisão dos benefícios concedidos anteriormente a edição da CF/88. Esta decisão "redesenhou" as liquidações do julgado para estes benefícios, pois quase na sua totalidade a aplicação da revisão foi prejudicial ao exequente (a Renda Mensal revisada resultou inferior a Renda Mensal originalmente concedida).



O volume de cálculos de atualização também foi intensificado neste período, tendo em vista as soluções definitivas dos temas 96 e 810 pelo Supremo Tribunal Federal, que movimentaram significativo número de processos que permaneciam sobrestados aguardando as decisões de instâncias superiores.

Ainda, em termos de assuntos novos, observou-se o surgimento de processos com objetivo de restituição de contribuição previdenciária recolhida acima do teto, com vínculos e alíquotas diversas.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA – NDOC

Em outubro de 2020 o Núcleo de Documentação foi renomeado para NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA e agraciado com mais uma Seção, denominada Seção de Memória Institucional. A reestruturação foi estabelecida pela Resolução 41-TRF4, que também extinguiu o Setor de Convênios.

Seção Biblioteca

- 1. Compra e recebimento de um novo "scanner planetário", equipamento de grande porte para digitalizações, que permite a digitalização de diversas páginas simultaneamente, além de digitalização em alta resolução de fotografias, mapas, etc.
- 2. Compra, recebimento e distribuição às Unidades Judiciárias de 489 Códigos comentados: (313 exemplares do Código de Processo Civil; 121 exemplares do Código Penal e 55 exemplares do Código de Processo Penal), cuja atualização do acervo não era realizada desde 2015.
- 3. Compra, recebimento e distribuição às Unidades Judiciárias de exemplares de Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social: 157.
- 4. Para atualização do acervo da Biblioteca Central foram adquiridos 1.889 novos livros de doutrina.

Total de obras novas adquiridas: 2.535 (duas mil, quinhentas e trinta e cinco).

5. Modernização das instalações da Seção de Biblioteca, mediante compra e instalação de novas estantes do tipo deslizantes para armazenagem de livros, CDs e DVDs, em aço carbono, com modularidade configurável, praticamente dobrando a capacidade de armazenamento do acervo e tornando a circulação mais confortável nas dependências da Biblioteca Central de Curitiba, inclusive permitindo a ampliação do espaço destinado a estudo e consultas, bem como a criação de espaço denominado "recanto para leitura".



Seção de Digitalização e Gestão de Autos Findos Digitalizados

ATIVIDADE: ELIMINAÇÃO (2020 e 2021)

5º Vara Federal de Curitiba

Previsão de remessa: 1190 processos

Processos recebidos para eliminação: 1180

Processos analisados/a serem incluídos em edital: 1163

Processos de Guarda Permanente (a remeter ao arquivo): 14

11ª Vara Federal de Curitiba (treinamento)

Previsão de remessa: 520 processos

Processos recebidos para eliminação: 450

Processos analisados/incluídos em edital: 429

Processos de Guarda Permanente (remetidos ao arquivo): 14

16º Vara Federal de Curitiba

Previsão de remessa: 15000 processos

Processos recebidos para eliminação: 3329

Processos analisados/a serem incluídos em edital: 3140

Processos analisados/com ocorrência: 117

Processos pendentes de análise: 72

Processos de Guarda Permanente (a remeter ao arquivo): 0

ATIVIDADE: DIGITALIZAÇÃO (jun/2019 a maio 2021)

Processos digitalizados: 3754

Páginas digitalizadas: 1.414.154

Quadro Resumo

Processos analisados	Aptos à eliminação	Processos digitalizados
(fev-2020 a mai-2021)	(fev-2020 a mai-2021)	(jun-19 a mai-21)
4877	4732	3754 (1.414.154 páginas)

Seção de Gestão de Autos Findos

Início da análise, correção e inserção de dados no e-Siapro dos processos antigos arquivados cujos números iniciam-se com "00.00" e sobre os quais, pela antiguidade e transcurso de diversos sistemas processuais, não há informações suficientes e adequadas que permitam sua eliminação segura. A Seção deu início a esta tarefa (verificar e/ou cadastrar as partes dos processos, inserir no sistema eletrônico as fases mais importantes da gestão documental - despacho terminativo, sentença, magistrado prolator, decurso de prazo ou trânsito em julgado, etc).

O número de processos nesta condição, atualmente arquivados na Seção de Arquivo Judicial, supera 80 mil autos, guardados em aproximadamente 16 mil caixas.

Total de processos antigos do tipo "00.00" analisados para eliminação: 463

A Seção passou a seguir os ditames de uma nova Resolução, publicada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), qual seja, a .

Total de processos analisados no período na SJPR: 3.328 processos.

* O afastamento em consequência da pandemia mundial de Covid-19, impediu a eliminação efetiva de processos já aptos ao procedimento, remanescendo fisicamente na Seção, à espera do retorno e ulteriores providências que possam levar a termo as eliminações.

Seção de Arquivo Judicial e Administrativo

Recebimento e organização de **3.679 caixas (aproximadamente 18.000 processos)** do Arquivo da Subseção Judiciária de Paranaguá, para guarda no Arquivo Judicial de Curitiba.

Seção de Biblioteca e Seção de Pesquisa Jurídica



As duas Seções pesquisaram e produziram material sobre 3 eixos temáticos, em reflexão ao Mês do Meio Ambiente (junho/2020), participando do Projeto "Quarentena sustentável - Cuidar do Finito", promovido pela Corregedoria da Justiça Federal da 4ª Região. Na SJPR a Juíza Federal Silvia Brollo, titular da 11ª Vara Federal de Curitiba, especializada em meio ambiente, propôs os eixos de pesquisa e as Seções de Biblioteca e Pesquisa Jurídica buscaram artigos, livros, reportagens, vídeos, filmes, documentários e entrevistas que abordassem os 3 eixos, quais sejam: A importância da água, Mudanças Climáticas, e Crueldade animal, alimentação e sustentabilidade. Tais materiais foram sistematizados em formato de revista pela estagiária do NDOC, Anna Barbara Tuttoilmondo, e disponibilizados semanalmente, durante o mês de junho/2020 na intranet da 4ª Região. A produção conjunta das Seções pode ser conferida abaixo:

_

_

_

Projetos e Atividades Relacionados a preservação da Memória da JFPR

Projeto Memória Online

Continuidade do Projeto "Memória Online", por meio do qual estão sendo indexados os processos históricos da JFPR já digitalizados, pertencentes ao período de 1891 a 1937, e disponibilizados na página da Instituição na internet (http://memoria.jfpr.jus.br/index.php/). O total de documentos a serem indexados é de 3.619 autos e 36 mapas.

Atualmente há disponíveis, já indexados, 1046 processos para consulta na íntegra.

Disponibilizados no período: 500 processos.

Projeto Foto Memória

O NDOC digitalizou, legendou e disponibilizou fotos históricas da JFPR referentes a eventos, fatos marcantes, Magistrados e Servidores da instituição.

Total de fotos digitalizadas e disponibilizadas: 2.507 fotos.

Projeto linha do tempo/site da Memoria Institucional da JFPR

O NDOC atuou até setembro/2020 como executor do Projeto Linha do Tempo em colaboração com o Núcleo de Gestão Funcional, seu idealizador. O projeto pretende resgatar a



História e as histórias de cada Subseção Judiciária da JFPR, por meio de relatos, fotos, artigos jornalísticos enviados por Juízes, Servidores ou personagens importantes da Subseção (advogados, prefeitos, procuradores, etc), que permitam construir uma verdadeira "Linha do Tempo" da JFPR.

Porém, com a instalação da Comissão de Gestão da Memória, por meio da , da Direção do Foro da JFPR, o Projeto tornou-se mais amplo, com a missão principal de criar a página da Memória Institucional da JFPR na internet.

Este Projeto consta das seguintes etapas de implementação:

- Construção da página na internet;
- Prospecção de conteúdos por meio de formulário enviado pelo NGF (requisitaram-se as narrativas de fatos históricos e/ou pitorescos, materiais como fotos, matérias de jornais, recortes, documentos, etc);
- Gravação de depoimentos, adaptação de seu formato (edição) e inserção do conteúdo na página;

Digitalização de fotos e documentos e inserção na página.

Previsão de publicação do site: até 15 de junho de 2021.

Realização de Exposição Virtual

No dia 12 de maio de 2020 o NDOC produziu e divulgou a "I Exposição Virtual" em comemoração ao Dia da Memória do Poder Judiciário (instituído pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio da).

Tal exposição foi hospedada na intranet da JFPR e destacou 10 processos de interesse histórico já digitalizados para o Projeto "Memória Online", além de entrevista com o servidor mais antigo em atividade, Harri Livi, que havia completado 39 anos de casa. A Exposição também contou com depoimentos em vídeo de dois desembargadores federais aposentados (Tadaaqui Hirose e Vladimir Passos de Freitas) sobre a importância da preservação da Memória do Poder Judiciário.

Entrevistas com servidores mais antigos da JFPR

O NDOCM foi incumbido pela Direção do Foro da JFPR de realizar entrevistas, em forma de homenagem, com os servidores mais antigos ainda em atividade na Instituição, destacando suas carreiras, desafios e dificuldades, alegrias e amizades conquistados ao longo dos anos. As entrevistas estão sendo postadas na intranet da JFPR.



Criação da Seção de Memória Institucional

Em outubro de 2020 o Núcleo de Documentação foi agraciado com mais uma Seção (FC5) destinada às ações de recuperação, preservação e valorização da Memória Institucional. A Seção de Memória Institucional foi acrescentada à estrutura do Núcleo por meio da . A iniciativa vem atender aos ditames da , que incentiva as ações de Gestão da Memória.

Desde então, a Seção já produziu:

- O site da Memória Institucional (em atividade definida pela Comissão de Memória Institucional, com o auxílio da estagiária de História), **com previsão de publicação para junho/2021**, cujas atividades compreenderam, no período:
- Formatação e confecção de legendas em 80 galerias de fotos digitalizadas.
- Criação de canal no youtube e a postagem de 19 vídeos institucionais e de entrevistas.
- 17 edições do Informativo "Hoje é Dia D".
- 6 edições do Informativo "Momento Memória".

Outro implemento importante de iniciativa da Seção foi a compra e instalação em 1º de julho de 2021 do **Arquivo Deslizante para a Sala da Memória**. Tal equipamento será destinado à guarda de livros raros e históricos, processos e mapas históricos, DVDs e CDs contendo material histórico da JFPR. Estes materiais são definidos como de guarda permanente pela , devendo ser custodiados e preservados de forma eficiente e eficaz pelo órgão detentor de sua guarda. O bem servirá para acondicionar corretamente o acervo bibliográfico, processual e mapotécnico sob guarda da JFPR, reunindo de forma organizada e segura em um único local todos os itens atualmente dispersos em vários locais da instituição.

Demais atividades relacionadas as atribuições próprias do NDOC no Biênio jul 2019/jul 2021

Número de pesquisas de legislação e jurisprudência realizadas a pedido pela Seção de Pesquisa Jurídica e Convênios no período: 102.

Número de edições dos informativos "Legislação em Destaque": 91, com 1.245 documentos anexados (leis, decretos, resoluções, provimentos, portarias, atos, etc).

Número de edições dos informativos "Jurisprudência em Destaque": 90, com 1.423 documentos anexados (acórdãos, decisões, sentenças, etc).

Número de pesquisas doutrinárias realizadas pela Seção de Biblioteca: 1800.

Número de edições das remessas de artigos enviadas pela Seção de Biblioteca: 106.



Número de procedimentos em convênios realizados pela Seção de Pesquisa Jurídica e Convênios (cadastramento, novas senhas e abertura de chamados externos): 5.201.

Número de alunos e professores recebidos em visita institucional dentro do PVITA - Programa de Visitação Técnico-Acadêmica (em 2019): 85 (4 visitas).

NÚCLEO DE GESTÃO FUNCIONAL - NGF

O maior desafio no período foi o trabalho remoto compulsório por conta da pandemia. A adaptação foi difícil num primeiro momento, principalmente no tocante a atividade de atendimento ao público. Pode-se afirmar que, após alguns meses, a adaptação tornou-se mais fácil, bem como a gerência das atividades.

As reuniões via Zoom ou Skype para vídeos, e a comunicação via Pandium, Rocket (Seção de Pagamento de Pessoal) e principalmente via aplicativo WhatsApp permitiram o contato entre as diversas seções, setores e Direção do Núcleo e ainda desta com a Direção do Foro e Administrativa, possibilitando os devidos esclarecimentos e o encaminhamento adequado das atividades.

Não se olvide o atendimento diário ao público de todas as Seções e Setores via e-mail e telefone, que permitiu uma continuidade dos trabalhos sem nenhum prejuízo.

A posse dos novos servidores se deu de forma remota e para o atendimento presencial eventualmente necessário nesse período de afastamento houve a adaptação do espaço.

Um dos objetivos traçados pela Direção do Núcleo de Gestão Funcional (e devidamente alcançado) foi a disponibilização, de forma facilitada, de informações a respeito dos assuntos de competência da unidade. Para tanto foi utilizada a INTRANET, para diversas divulgações.

Foi, também, disponibilizado e atualizado o Manual do Servidor, destinado a apresentar as principais informações e orientações a respeito dos direitos e deveres dos servidores da Justiça Federal. Em razão das alterações nas regras de aposentadoria e diversos entendimentos do TCU, o Manual foi disponibilizado sem as alterações da última EC, as quais, pela complexidade, serão incluídas até junho de 2021.

Processos gerados no período: 157

Processos com tramitação no período: 2722

Processos com andamento fechado na unidade ao final do período: 2577 Processos com andamento aberto na unidade ao final do período: 16

Documentos gerados no período: 1453 Documentos externos no período: 1956

Seção de Pagamento de Pessoal

O número de servidores teve uma diminuição, em razão de restrições orçamentárias para reposição dos servidores que solicitaram aposentadoria ou que faleceram e deixaram pensionistas.

Porém, em 2020, houve retomada dos preenchimento das vagas com restrições, por liberação de sobras orçamentárias pelo CJF, tendo como média em 2019 - 1.860 servidores, em 2020 – 1.868 servidores e em 2021, até abril, 1883 servidores.



A Seção Judiciária do Paraná confecciona mensalmente cinco folhas básicas para pagamento de servidores ativos, aposentados e pensionistas: folha normal do mês, folha de férias, folha de acertos, folha de ajuda de custo e folha de decisões judiciais (a partir de dezembro/2016, o Conselho da Justiça Federal solicitou que as decisões judiciais compusessem uma folha de pagamento à parte da folha normal mensal). Os valores das folhas mensais constam no documento 5610092.

A seção também é responsável pelas anotações dos convênios de consignação e empréstimos em folha, além da emissão de certidões para ingresso na via judicial, em sua maioria, as solicitações envolveram dados acerca do Reenquadramento Lei n.º 12.774/2012 e Auxílio préescolar, respostas oficiais aos questionamentos de Varas Federais e da Advocacia Geral da União acerca de informações sobre folhas de pagamento de servidores, aposentados e pensionistas e emissão de certidões de benefício especial.

São expedidas respostas oficiais aos questionamentos de Varas Federais e da Advocacia Geral da União acerca de informações sobre folhas de pagamento de servidores, aposentados e pensionistas. O número de informações expedidas sofreu um acréscimo considerável entre 2019/2020 e as solicitações em sua maioria abordam as temáticas de Quintos/VPNI, URV, Reenquadramento Lei n.º 12.774/2012 e Auxílio pré-escolar.

Desde 2008, com a publicação da Portaria do Ministério da Previdência Social n.º 154 (15/05/08), exige-se que, quando do desligamento de contribuintes, os Regimes Próprios de Previdência Social emitam, juntamente com a Certidão por Tempo de Contribuição, as informações dos valores das remunerações de contribuição, por competência, a serem utilizados no cálculo de proventos da aposentadoria (art. 6º, X). O modelo a ser seguido pela Justiça Federal foi disciplinado pela Resolução n.º 190, de 20/03/2012, do Conselho da Justiça Federal. TOTAL DE RRC – 29.

Foram emitidas 154 certidões de homologação de Benefício Especial, de junho/2020 até o presente momento, bem como há 28 certidões prontas para homologação, aguardando manifestação dos servidores interessados acerca do valor do Benefício Especial.

Seção de Legislação

Responsável por instruir juridicamente, emitir os respectivos pareceres e dar o devido encaminhamento aos requerimentos elaborados por autoridades, unidades administrativas, servidores e demais, que demandem a verificação do cumprimento de requisitos legais, que suscitem controvérsia de interpretação jurídica, que informem a órgãos externos, e, principalmente, que subsidiem decisões a serem tomadas pelas Autoridades Administrativas competentes.

Processos gerados no período: 81 Processos com tramitação no período: 794 Documentos gerados no período: 1585 Documentos externos no período: 1956

Seção de Planos de Saúde

Responsável pela gestão dos contratos de prestação de serviços de plano de saúde e odontológico, compreendendo a confecção de projeto básico, acompanhamento contratual e atos necessários para a efetivação das inclusões e exclusões nos planos e recadastramento anual de dependentes.

As atividades desempenhadas pela Seção envolvem a gestão dos contratos de saúde da Seccional com as empresas Unimed e Interodonto.



Em relação às movimentações ocorridas nos Contratos (inclusões, exclusões, alteração de dados cadastrais, 2ª via cartões), foram:

Contrato UNIMED (Serviços, Mensalidades e Periódicos) e Contrato INTERODONTO

- Unimed Mensalidade (652 movimentações no período, média de 31,12 mensais) e Interodonto (199 movimentações no período, média de 9,12 mensais atividades envolvidas nas movimentações mensais inclusões, exclusões, alteração de dados cadastrais, 2ª via cartões).
- Unimed Fatura Serviços e Unimed fatura periódicos e admissionais atividades envolvidas na conferência de todos os valores cobrados conforme parâmetros contratuais e observações tabela médica CBHPM.

Processos gerados no período: 247

Processos com tramitação no período: 1249 Documentos gerados no período: 1009 Documentos externos no período: 3391

Seção de Averbações, Aposentadorias e Pensões

Responsável pelos processos administrativos relacionados a: averbação de tempo de serviço, concessão de anuênios e licenças-prêmio, averbação de função comissionada e concessão de quintos.

Processos gerados no período: 261

Processos com tramitação no período: 1105 Documentos gerados no período: 2957 Documentos externos no período: 3498

Seção de Pessoal

Um dos pontos mais frágeis da gerência de dados de RH da Seccional era a ausência de critérios objetivos fixados para a guarda de documentos.

A implantação do Sistema Eletrônico de Informação – SEI trouxe o conceito de trâmite eletrônico de documentos, agilizando de forma única o processamento dos requerimentos formulados pelos servidores e interessados. O acervo eletrônico atual é de elevada monta e eliminou a necessidade de manutenção física de inúmeros documentos.

No ano de 2017, foram digitalizadas e indexadas todas as pastas de documentos. Em 2018, 2019, 2020 foram realizados os trabalhos de conferência das digitalizações. Estavam mantidos em armários todos os livros de atos e portarias desde 1967.

Foram autuados processos eletrônicos destinados à guarda indexada dos atos e portarias da SJPR, separada por tipo do ato e ano.

Foram digitalizados todos os documentos mantidos nas pastas dos servidores, autuando-se sob o tipo PASTA FUNCIONAL.

A ferramenta de pesquisa do SEI apresenta alguns problemas na busca, exigindo grande cuidado na descrição dos documentos e cadastramento dos dados. A ideia principal foi relacionar todos os processos autuados tendo por interessado o mesmo servidor, facilitando a localização dos processos.

Foram autuados 1816 processos de ASSENTAMENTO FUNCIONAL. A partir dessa base são relacionados os processos das séries — PASTA FUNCIONAL, AVERBAÇÃO DE CURSOS, ABONOS DE FALTAS, CERTIDÕES — RESOLUÇÃO 156/CNJ, CONVOCAÇÃO JUSTIÇA ELEITORAL, CARTEIRA FUNCIONAL, ELOGIO.

A Seção de Pessoal teve como trabalho especial realizado no biênio 2019/2021 a revisão das bases de dados dos servidores. Diversos problemas foram verificados nos módulos de frequência, movimentação interna e compensações. Infelizmente pela precariedade do sistema

anterior de RH, o qual permaneceu por mais de 20 anos em utilização (SIRH), a migração para o novo sistema SERH trouxe problemas graves na retidão dos dados de cadastro.

A verificação dos dados e correção dos problemas foi o trabalho priorizado pela Seção.

Durante os anos de 2019 e 2020 foram realizados os trabalhos destinados ao cumprimento do disposto nas Leis 12.618/2012, 13.183/2015 e 13.809/2019, relativamente às migrações para o regime de previdência complementar – FUNPRESP-JUD.

A Seccional possui, em abril de 2021, 320 servidores e magistrados no regime de previdência complementar. Sendo 7 servidores com adesão como vinculados e 313 servidores e magistrados como patrocinados.

Processos gerados no período: 921

Processos com tramitação no período: 4938 Documentos gerados no período: 6904 Documentos externos no período: 9690

NÚCLEO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS - NPOF

O **Orçamento de 2019** da Justiça Federal de 1º Grau no Paraná, conforme aprovado pela Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, destinou a essa Seccional o montante de R\$ 595.752.151,00 (quinhentos e noventa e cinco milhões, setecentos e cinquenta e dois mil e cento e cinquenta e um reais). O Quadro de Detalhamento da Despesa do início do exercício pode ser consultado no Documento SEI nº 4505055.

Posteriormente à aprovação da Lei Orçamentária a Seção Judiciária do Paraná recebeu dotação para pagamento dos honorários de perícias médicas em que o INSS seja parte e que tramitem nos Juizados Especiais Federais, decorrentes da MP nº 854, além de créditos adicionais e recursos que estavam em reserva orçamentária do CJF e do TRF da 4ª Região. Esses acréscimos aumentaram a provisão recebida para R\$ 666.544.380,49 (seiscentos e sessenta e seis milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, trezentos e oitenta reais e quarenta e nove centavos).

O exercício financeiro de 2019 foi o último ano do período de transição da Emenda Constitucional nº 95/2016, conforme previsto pelos §§ 7º e 8º do Art. 107 do ADCT, em que era possível para a Justiça Federal ultrapassar o teto de gastos públicos, mediante compensação realizada pelo Poder Executivo. Por isto foram mantidos os esforços para redução das despesas de natureza continuada, a austeridade na realização do gasto público e a prioridade para a realização dos projetos estratégicos planejados pela Direção do Foro. Estas ações possibilitaram atingir o percentual de 99,99% de execução do orçamento, que ocorreu da seguinte forma:

Execução Orçamentária - 2019	Recebido	Executado	Percentual executado
------------------------------	----------	-----------	----------------------



Total da execução orçamentária	R\$ 666.544.380,	R\$ 666.516.848,	99,99%
Grupo 4 - Investimentos	R\$ 10.887.085,	R\$ 10.887.022,	99,99%
Grupo 3 - Outras despesas correntes	R\$ 99.343.758,	R\$ 99.316.288,	99,97%
Grupo 1 - Despesas com pessoal e encargos sociais	R\$ 556.313.538,	R\$ 556.313.538,	100%

Os recursos disponíveis foram objeto de análise na reprogramação orçamentária do exercício e possibilitaram a realização de projetos importantes para a gestão, tais como:

- a) Na área de capacitação houve investimento para formação de brigadistas de combate a incêndio nas Subseções Judiciárias, treinamentos em gestão para diretores de secretaria e de núcleos administrativos, realização de cursos na metodologia EAD (cursos à distância) e o programa de apoio para participação em cursos de pós graduação.
- b) Na área operacional foram realizadas diversas obras de reforma e manutenção de imóveis, com destaque para a 1ª. etapa da reforma para modernização da subestação de energia elétrica de Curitiba e a instalação de sistema solar fotovoltaico em Londrina e, também, a aquisição de veículos para renovação da frota desta Seção Judiciária e compra de equipamentos para o Grupo Especial de Segurança.
- c) Na área administrativa houve investimentos em mobiliário e equipamentos para as Varas Federais.
- d) Na área financeira realizamos, com orientação do Tribunal, a antecipação das despesas contratuais e continuadas de dezembro, com o objetivo de reduzir a inscrição dessas despesas em restos a pagar.
- e) Na área de TIC, foram adquiridos novos equipamentos, como servidores de rede e switches, e houve a renovação de licenças de software para uso na prestação jurisdicional e nos serviços administrativos.

O Núcleo de Planejamento, Orçamento e Finanças contribuiu para a gestão dos recursos orçamentários e permanece na busca por excelência na realização de suas atividades diárias, nos registros contábeis e nos pagamentos de pessoal e fornecedores da JFPR.

Após a aprovação da **Lei Orçamentária Anual para 2020** - Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020 — a Seção Judiciária do Paraná recebeu a dotação orçamentária inicial no montante de



R\$ 637.581.146,00 (seiscentos e trinta e sete milhões, quinhentos e oitenta e um mil, cento e quarenta e seis reais).

Posteriormente, durante o exercício financeiro, foram acrescidos às dotações inicialmente previstas, créditos suplementares e concessões de provisões adicionais no valor de R\$ 36.072.156,09 (trinta e seis milhões, setenta e dois mil, cento e cinquenta e seis reais e nove centavos), passando a provisão recebida para R\$ 673.653.302,09 (seiscentos e setenta e três milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, trezentos e dois reais e nove centavos).

A composição do orçamento desta seccional consta no quadro abaixo:

Execução Orçamentária - 2020	Recebido	Executado	Percentual executado
Grupo 1 - Despesas com pessoal e encargos sociais	R\$ 581.002.572,27	R\$ 581.002.572,27	100%
Grupo 3 - Outras despesas correntes	R\$ 85.910.979,82	R\$ 85.181.371,32	99,15%
Grupo 4 - Investimentos	R\$ 6.739.750,00	R\$ 6.349.615,28	94,21%
Total da execução orçamentária	R\$ 673.653.302,09	R\$ 672.533.558,87	99,83%

O ano de 2020 foi muito desafiador para a gestão orçamentária. Embora o orçamento aprovado para o exercício de 2020 tenha sido compatível com as reais necessidades programadas pela Seção Judiciária, foi preciso manter uma política de austeridade na realização dos gastos públicos, com o objetivo de garantir o cumprimento do limite de pagamento estabelecido pela Emenda Constitucional nº 95/2016. Neste contexto, a pandemia de covid-19 exigiu maiores esforços, com a tomada de medidas de prevenção e segurança e o redirecionamento dos investimentos para garantir a manutenção das atividades judiciais e administrativas de forma segura em todas as Subseções Judiciárias.

Para que os projetos prioritários tivessem os recursos necessários para sua execução foram implantadas novas formas de controle e acompanhamento, com resultados positivos, possibilitando atingir o percentual de 99,83% de execução do orçamento.

Considerando os grupos de despesa, a execução orçamentária ocorreu da seguinte forma:

Os recursos possibilitaram a realização de ações e projetos importantes durante o exercício de 2020, tais como:

- a) Na área de saúde, a aquisição de materiais e equipamentos necessários para a prevenção ao contágio de covid-19.
- b) Na área de capacitação, manteve-se a realização de cursos na metodologia EAD (cursos à distância) para servidores e magistrados, com uso da plataforma "Zoom" e a aquisição de equipamentos para criar um estúdio de gravação de treinamentos.
- c) Na área operacional, foram investidos recursos na aquisição de equipamentos para o Grupo Especial de Segurança e na ampliação dos sistemas de vigilância. Também foram realizadas diversas obras de reforma e manutenção de imóveis, tais como a substituição de calhas da Sede



de Londrina, a reforma do 8º pavimento da Sede de Curitiba e a 2º etapa da reforma para modernização da subestação de energia elétrica de Curitiba.

- d) Na área administrativa, entre outros, foi realizada a modernização da biblioteca, com instalação de novas estantes fixas e deslizantes e a aquisição de material bibliográfico para o acervo; foram adquiridos veículos para a renovação da frota oficial e mobiliário para instalação de uma sala de situação na Direção do Foro.
- e) Na área financeira realizamos, com orientação do Tribunal, a antecipação das despesas contratuais e continuadas de dezembro, com o objetivo de reduzir a inscrição dessas despesas em restos a pagar.

Com estas considerações, pode-se concluir que a boa administração dos recursos orçamentários possibilitou a manutenção da Justiça Federal e permitiu a realização de alguns investimentos para melhoria dos serviços de prestação jurisdicional.

O **Orçamento do exercício de 2021** foi aprovado tardiamente, em função de problemas nos poderes Executivo e Legislativo. Então, as despesas do primeiro trimestre precisaram ser atendidas pela descentralização de duodécimos, conforme estava previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Com a promulgação da Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, os créditos foram disponibilizados para esta Seccional, totalizando o montante aprovado de R\$ 665.736.067,00 (seiscentos e sessenta e cinco milhões, setecentos e trinta e seis mil e sessenta e sete reais). O critério de distribuição do orçamento adotado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e o quadro de detalhamento da despesa podem ser consultados, respectivamente, nos Documentos SEI nº 5435385 e 5435398.

Resumidamente, a composição do Orçamento de 2021 é a seguinte:

Composição do Orçamento da SJPR em 2021	Recebido	Percentual
Grupo 1 - Despesas com pessoal e encargos sociais	R\$ 579.800.000,00	87,09%
Grupo 3 - Outras despesas correntes	R\$ 85.028.504,00	12,77%
Grupo 4 - Investimentos	R\$ 907.563,00	0,14%
Total da execução orçamentária	R\$ 665.736.067,00	100,00%



Esses valores já foram objeto de ajuste durante os procedimentos da 1º Reprogramação Orçamentária e são compatíveis com as reais necessidades da Seção Judiciária, já podendo ser utilizados nos projetos aprovados pela Direção do Foro para o ano corrente.

Por fim, é preciso ressaltar a importância de cumprimento do limite de pagamento estabelecido pela Emenda Constitucional nº 95/2016, especialmente na necessidade de evitar o acréscimo nas despesas continuadas e de manter reduzida a inscrição de despesas em restos a pagar ao final do exercício.

NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NTI

O NTI tem como objetivo macro criar e manter soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (softwares/hardwares) que auxiliem a instituição na sua prestação fim, jurisdicional, e também apoio às atividades meio, desenvolvendo sistemas, soluções, prestando assessoria, treinamento e atendimento a usuários internos e externos.

Para melhor atender aos objetivos a que se destina, atualmente o NTI/PR está organizado em três áreas além da Direção, sendo: Desenvolvimento e Suporte a Sistemas, Infraestrutura de Processamento e Comunicação e a Microinformática.

Essa é a organização prático-funcional adotada para melhor gerir as tarefas e projetos. Em 2020/2021 o Núcleo contou com 32 servidores lotados com as tarefas divididas entre as equipes e essas tem um coordenador.

Contamos também com servidores de TI lotados nas Subseções Judiciárias de Interior, os quais estão responsáveis pelas questões TI local e são nosso braço direito no apoio as tarefas, sendo tecnicamente subordinados e orientados pelas respectivas áreas citadas acima, quais sejam, Desenvolvimento e Suporte a Sistemas, Infraestrutura de Processamento e Comunicação e a Microinformática, a qual é a finalidade mor de atendimento local.

Atividades desenvolvidas:

A equipe da **Direção** está responsável pela gerência de pessoal e técnica do NTI. Autuando, recebendo e dando movimentação aos processos SEI encaminhados à unidade. Realiza atendimentos telefônicos de usuários externos e internos da SJPR, encaminhando para as áreas correlatas de atendimento. Gerencia a emissão de Certificados Digitais na Seção Judiciária do Paraná e todos os contratos de prestação continuada. Atua como as demais equipes, auxiliando no direcionamento das tarefas desenvolvidas.



A partir de 2020, especificamente, em decorrência da pandemia, houve uma demanda maior nos serviços de WhatsApp, telefone, e-mail e serviços de comunicação interna (serviço Jabber/Pandion/PSI).

A equipe de **Desenvolvimento e Suporte a Sistemas** está responsável pelo desenvolvimento e atendimento dos usuários de sistemas da 4ª Região. A equipe trabalha no desenvolvimento do sistema E-proc, que engloba também o módulo para Gestão de Mandados (GM) e várias integrações com sistemas externos, tais como: o Banco Nacional de Monitoramento Prisional (BNMP); o VPOST; o sistema de relatório de antecedentes criminais da Polícia Civil do Estado do Paraná; sistema de envio de alvarás de soltura eletrônicos para instituições prisionais do Paraná. Também trabalha no desenvolvimento do sistema SIGNA em conjunto com a a equipe de desenvolvimento da Seção Judiciária de Santa Catarina. Outros sistemas são mantidos por esta equipe tais como Sistema de Chamados, site da Justiça Federal, entre outros.

Estão sendo desenvolvidas novas funcionalidades, correção de erros e testes nos referidos sistemas, sempre em busca de melhor performance e atendimento ao usuário. As demandas principais são provenientes do TRF4. A equipe também é responsável pelo atendimento aos usuários dos sistemas acima descritos além do sistema de Assistência Judiciária Gratuita (AJG), Sistema Único de Protocolo (SUP) e Estatísticas Mensais de 1º Grau/TRF, Intra do Paraná, Botão do Pânico, Ponto Eletrônico, Sistema Digital de Atermação, Balcão Virtual entre outros. Por fim, tem prestado atendimento aos usuários das videoconferências judiciais (Turma Regional Suplementar) e administrativas, além dos usuários da plataforma Zoom.

Em Fevereiro de 2020 a equipe fez a Implantação do sistema Botão do Pânico (doc.). Em Maio a Implantação do Portal da Justiça Federal (doc.). Em Outubro teve a Implantação/Divulgação do sistema Digital de Atermação e a Implantação do sistema Agenda Eletrônica. E em Dezembro a Implantação do sistema Frotas (doc.).

No momento, maio de 2021, estão sendo ministrados cursos do módulo de Gestão de Mandados para os servidores das Seções Judiciárias do Paraná e de Santa Catarina, ao mesmo tempo está sendo implantado o uso deste módulo para as centrais de mandados em substituição ao SMWeb (Sistema de Mandados). As funcionalidade do SMWeb (Sistema de Mandados) estão sendo migradas para Eproc.

E no primeiro semestre de 2021, foi desenvolvido pela equipe o envio de anotações de Recebimento de Denuncias do eproc para o sistema da SESP-PR. Foi iniciado o desenvolvimento do Banco de Talentos e Interesses no SERH para fins de melhores subsídios no momento de relotação e levantamento de pessoas para integrar projetos e comissões.

Com relação ao SIGNA, em Outubro/2019 a equipe trabalhou na finalização da Conta Vinculada, fazendo o levantamento de Rescisão do terceirizado e de Encerramento de contrato (individual ou em bloco), com redução de 90% do tempo de serviço da Seção de Contratos. Em Novembro/2019 a equipe implementou o recálculo automático de GRMs (Guias de Remessa de Material) após repactuação (alteração dos valores da tabela de frete) facilitando o trabalho de conferência e atestos das notas fiscais das diferenças pela Seção de Contratos.



Em Setembro/2020 a equipe fez a inclusão de todos os contratos das subseções do interior e das demais unidades da capital, tornando o SIGNA a ferramenta oficial na administração dos contratos do Paraná. Em Dezembro/2020 fez adequações na carga de dados do SIAFI devido às mudanças da nota de empenho para o SIAFI WEB em 2021.

Em 2021, as principais mudanças que ocorreram no SIGNA neste semestre foi o desenvolvimento de integração com processos e documentos do SEI e desenvolvimento de melhorias que possibilitaram o gerenciamento de partícipes em Atas de Registro de Preços.

A equipe também está prestando auxílio ao projeto da Seção de Memória da instituição.

Com relação ao EPROC/GM, em Setembro/2019 a equipe fez a integração do Eproc com sistema de cobrança de envio de cartas dos Correios, para permitir que o pagamento das cartas enviadas seja feito diretamente pelo demandante.

Em 2020 houve a Implantação do piloto do módulo de mandados no Eproc na JFPR (ocorrida em Setembro) e na JFSC (ocorrida em Novembro). Em Dezembro ocorreu a Integração do Eproc com sistema da SESP-PR para envio eletrônico de anotações criminais.

As tarefas que demandaram o segundo semestre inteiro de 2020 para desenvolvimento foram a migração dos eventos do Eproc para a Tabela única de movimentação processual do CNJ e os ajustes em sistemas para implantação do Login Único. Por fim, durante o ano de 2020 a equipe trabalhou na Implantação do novo sistema de controle de versões de códigos fontes dos sistemas (GITLAB).

Com relação ao Sistema de Recursos Humanos, na plataforma antiga (SIRH) e no ambiente atualizado (SERH), em 2019, a equipe realizou ajustes no comprovante de rendimentos para o Imposto de Renda referente às despesas médicas, transferindo os dados do SIRH para o SERH.

No decorrer do ano de 2020, em conjunto com o TRF4, rotinas de despesas médicas do SIRH foram totalmente migradas para o SERH, não havendo mais necessidade de efetuar nenhum ajuste no comprovante de rendimentos.

A equipe de **Infraestrutura de Processamento e Comunicação** é responsável pelos projetos de infraestrutura de rede da Seção Judiciária do Paraná. A equipe mantém a configuração, manutenção, integridade e segurança de toda rede de dados da Seção Judiciária do Paraná.

No segundo semestre de 2019, foi realizada a instalação e migração do ambiente VMware para Blades Lenovo, com a ampliação do poder de computação utilizando melhor servidores e diminuindo o número de licenças dos serviços envolvidos.

O ano de 2020 trouxe o desafio de organização da força de trabalho devido aos impactos da pandemia. Por isso, a equipe de Infraestrutura participou na manutenção da estrutura para garantir a continuidade dos trabalhos durante a pandemia. Os sistemas de missão crítica como Eproc, Gedpro e expansão da infraestrutura para teletrabalho, foram de grande necessidade e



utilidade para que todos os magistrados, funcionários e estagiários pudessem trabalhar com o menor impacto possível, garantindo a prestação do serviço jurisdicional.

Durante o ano de 2020, também foi migrado o serviço de Email para novo servidor Zimbra, demanda represada por quase 2 anos. Além disso, novos serviços foram disponibilizadados como Jusbox e Rocket.chat. Este último, que iniciou como POC (Prova de Conceito) e tornou-se o sucessor natural do serviço Jabber/Pandion/PSI, muito mais moderno e dentro da realidade de comunicadores comuns do mercado.

A equipe também foi responsável pelo aprimoramento das políticas de segurança da 4ª Região, trabalhando a quatro mãos com as demais Seções Judiciárias e Tribunal, corrigindo problemas e elevando o nível de segurança, durante todo o período de invasões a órgãos públicos que ocorreram. Auxiliamos a conversão do portal legado da instituição para o ambiente baseado em Wordpress, seguindo as normas de segurança e buscando vulnerabilidades dentro da ferramenta.

Em 2020, teve a implementação de balanceadores de proxy reverso atualizados, resolvendo o problema de acesso via CGNAT existente na solução legada e que causava grande transtorno de usuários externos. Esses balanceadores já permitem a utilização simultânea de IPv4 e IPv6.

Também foram adquiridos expansão de backup para a solução de DataDomain baseado em Veeam, reestruturação de todo ambiente de gerência de monitoramento de câmeras de segurança e instalação da solução de antivirus Kaspersky no computadores e máquinas virtuais da JFPR.

Em tempo, ainda foi realizado POC de conexão ao IX-SP, modelo que se mostrou viável e que irá permitir as substituições dos links MPLS entre as Seções Judiciárias, melhorando o anúncio do AS da JFPR no maior ponto de tráfego mundial.

Trabalhou em cooperação com o TRF4 para a implementação de webservices para a migração dos logins para o Login Único na JFPR e toda 4 Região. O sistema também foi disponibilizado da SJRS para utilização local.

No primeiro semestre de 2021, a equipe esta realizando POC (Proof of Concept - prova de conceito) para a análise de viabilidade do NAC. Estudos de viabilidade de contratação de links de redundância das Subseções do Interior com Curitiba (300 Mbps). Trabalhando no Projeto de implementação do Jusbox (piloto 13ª Vara Federal).

A equipe de **Microinformática** é responsável pela manutenção do parque tecnológico da Seção Judiciária do Paraná. O escopo compreende aquisição, distribuição, suporte técnico, destinação de equipamentos substituídos, pesquisa de tendências tecnológicas, gestão logística, manutenção da quantidade de equipamentos em relação à força de trabalho, preparação e apoio a eventos, entre outros.

Os microcomputadores adquiridos foram entregues no final de 2019 durante o recesso forense, e assim que as atividades foram retomadas a equipe de Microinformática iniciou a



preparação para instalação dos equipamentos. Findados esses preparativos deu-se prioridade para envio às Subseções do interior do estado para que os operadores pudessem iniciar o trabalho de instalação. Pouco antes do início do teletrabalho compulsório os equipamentos foram enviados. O trabalho de instalação em Curitiba está sendo feito gradativamente devido às restrições de acesso às sedes e também contato com os servidores das unidades, cuja presença á fundamental para balizar as ações da T.I.

Mesma situação ocorreu com a compra dos notebooks, os quais foram entregues no final de 2019 e enviados às Subseções do interior pouco antes do teletrabalho compulsório. Adquiridos para substituir os notebooks usados pelos magistrados, em Curitiba conseguiu-se avançar bastante no trabalho de troca antes da interrupção do trabalho presencial.

Durante o primeiro semestre de 2021, a equipe prestou atendimento remoto aos servidores em teletrabalho e em alguns casos fez o atendimento presencial agendado nas sedes da Justiça Federal. Finalizou a distribuição de notebook para os magistrados e distribuição de webcam para as Varas Federais. Esta realizando a análise de viabilidade para a aquisição de notebook's, com escopo de compra para toda 4ª Região.

Para garantir a efetividade na prestação dos serviços da Seção Judiciária do Paraná, utiliza-se o Service Desk que é o sistema de abertura, atendimento e controle de demandas.

Em consulta ao relatório do sistema ServiceDesk o NTI obteve-se:

sistema ServiceDesk do NTI	01/07/2019 a 31/12/2019	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2021 a 25/05/2021
chamados na SJPR	5212	6699	2158
chamados em Curitiba	2981	3825	1499
chamados no Interior	2231	2874	659

Outra linha de atuação na prestação de serviços advém do SEI, no qual são gerenciados os contratos de prestação continuada e demais demandas que chegam ao Núcleo.

Em consulta ao relatório estatístico do SEI o NTI obteve-se:

Processos sistema SEI	01/01/2020 a	01/01/2021 a
do NTI 01/07/2019	31/12/2020	25/05/2021



processos gerados	20	18	6
processos tramitados	316	350	155
documentos gerados	513	549	175
documentos externos	469	532	266

A seguir, serão elencados alguns processos SEI que tramitaram no NTI no período de 01/07/2019 a maio/2021:

Projetos/Propostas:

0000553-13.2021.4.04.8003 - Implementação do cartão de visitas virtual.

0005152-29.2020.4.04.8003 - Implantação Banco de Talentos.

0001727-91.2020.4.04.8003 - Manual de Atribuições do NTI da Seção Judiciária do Paraná.

0001426-13.2021.4.04.8003 - Projeto/Estudo para contratação de serviços de comunicação de dados, no âmbito da Justiça Federal da 4a. Região, para estabelecimento de conexões aos Pontos de Troca de Tráfego (https://ix.br) regionais (PR, SC e RS) e ao Ponto de Troca de Tráfego de São Paulo (IX/SP) bem como a interligação dos Data Centers das unidades da JFPR Cabral e Centro.

0010495-15.2020.4.04.8000 - Resoluções 73/2021 (5507756) - Norma de Acesso Lógico e 74/2021 (5507758) - Norma de Utilização dos Recursos de Tecnologia da Informação.

Capacitação:

0003090-50.2019.4.04.8003 - Encontro com as Bases - Apoio Administrativo /Tecnologia da Informação e Comunicação Local: CJF - Brasilia Participantes: Tribunais Regionais Federais e das Seções Judiciárias Dia 29/08/2019 das 9h às 19h - Apoio Administrativo Dia 30/08/2019 das 9h às 19h - Tecnologia da Informação e Comunicação.

0003130-32.2019.4.04.8003 - 14º CONIP - Congresso de Inovação no Poder Judiciário Dias 28 e 29 de agosto de 2019 na cidade de Brasília/PR.

0002919-93.2019.4.04.8003 - Evento da it4CIO Network Technology - 10^a edição do 4CIO DF entre os dias 22 e 25 de agosto de 2019 na cidade de Foz do Iguaçu/PR, e tem como tema principal "*Analytics Revolution*".

0003165-89.2019.4.04.8003 - Evento VeeamON Forum Brasil Dia 13/08/2019, na cidade de São Paulo/SP.

0004776-77.2019.4.04.8003 - O ENASTIC 4.0 - Encontro Nacional de Tecnologia, Inovação e Cultura DATAS E HORÁRIOS: 27/11/2019: das 14h às 18h30min - abertura do hackathon 28/11/2019: das 08h30min às 20h - palestras 29/11/2019: das 08h30min às 16h - turno da manhã: palestras e turno da tarde: premiação hackathon.

0003170-14.2019.4.04.8003 - Contratação de treinamento vivencial para a equipe de Tecnologia da Informação da JFPR. 0004866-85.2019.4.04.8003 - 9ª Semana de Infrasetrutura da Internet no Brasil São Paulo/SP de 09 a 13 de dezembro de 2019 09 e 13 de dezembro: Tutoriais (Sede do NIC.br, São Paulo); 10 e 11 de dezembro: IX Fórum (Centro de Convenções Hotel Pullman Vila Olímpia, São Paulo) 12 e 13 de dezembro: GTER e GTS (Centro de Convenções Hotel Pullman Vila Olímpia, São Paulo).

0000910-27.2020.4.04.8003 - Aula Magna de inauguração do ano da capacitação da Justiça Federal do Paraná, a ser realizada no dia 6 de março de 2020.

0002822-59.2020.4.04.8003 - Contratação Plataforma Alura para treinamentos EAD.



0003674-83.2020.4.04.8003 — Capacitação para realização do curso "Coding Bootcamp", com carga horária de 520 horas-aula, promovido pela ENAP - Escola Nacional de Administração Pública, solicitado pelo servidor Cristhiano Forte de Mello.

0002785-07.2021.4.04.8000 - IV Encontro Nacional de Tecnologia e Inovação da Justiça Federal 2021 – IV ENASTIC-JF 2021.

0002822-59.2020.4.04.8003 - Plataforma Alura. Capacitação dos servidores do Núcleo da Tecnologia da Informação da capital do interior (5 licenças rotativas), bem como 1 licença para a Seção de Capacitação e 1 licença para a Seção de Inovação.

Compra de Material

0005641-12.2019.4.04.8000 - Registro de preços para contratação de subscrição do software gerenciador de banco de dados MySQL, utilizado nos sistemas E-proc e SEI.

0003017-78.2019.4.04.8003 - Aquisição de Switches Core e de acesso LAN.

0003035-02.2019.4.04.8003 - Aquisição da licença do software Qlik Sense.

0003051-53.2019.4.04.8003 - Contratação de serviços de webconferência, webinar e streaming de áudio/vídeo.

0006213-65.2019.4.04.8000 - Registro de preços para eventual aquisição de computadores servidores para o ambiente de virtualização de computadores e para o sistema de processo eletrônico (Eproc) da Justiça Federal da 4ª Região.

0003122-61.2019.4.04.8001 - Aquisição para a renovação e a ampliação do parque de televisores (TVs) usados nas salas de videoconferência e auditórios da JF.

0003232-54.2019.4.04.8003 - Aquisição de microcomputadores padrão Mini Desktop.

0002124-90.2019.4.04.8002 - Aquisição de licenças e contratação de manutenção de licenças de software MICROSOFT, para a Justiça Federal da 4a Região.

0003676-87.2019.4.04.8003 - Aquisição de computadores portáteis utilizados pelos magistrados desta Seção Judiciária do tipo ultrabook.

0003713-17.2019.4.04.8003 - Aquisição de Switches Core e de acesso LAN.

0004142-81.2019.4.04.8003 -Aquisição de licenças, plano de manutenção de licenças e treinamento de software de antispam HSC Mailinspector.

0004626-96.2019.4.04.8003 — Registro de Preços para fornecimento de Rack com Rodízios para Televisor. Os racks de piso deram possibilidade de instalação de pontos de TV em locais onde não havia paredes para fixação. Além disso aumentou-se a flexibilidade dos pontos devido à mobilidade do racks, podendo atender às mais diversas demandas de layout de instalação.

0004940-42.2019.4.04.8003 – Aquisição de televisores 75" (TVs) usados nas salas de videoconferência e auditórios da JF. Esses equipamentos foram instalados em Curitiba antes do teletrabalho compulsório e as unidades destinadas ao interior foram enviadas durante a guarentena.

0005181-16.2019.4.04.8003 – Registro de preços, mediante desconto, de licenças de uso, manutenção de licenças e upgrade de programas de computador do fabricante MICROSOFT, que compõem o acordo *Microsoft Select Plus – nível "D" Governo.*

Consultas/Orientações/Providências:

0004088-18.2019.4.04.8003 - Mudança na sede da UAA de Ibaiti.

0003724-46.2019.4.04.8003 - Solicitação da Subseção Judiciária de União da Vitória para realização de videoconferência com a unidade da Justiça do Trabalho na cidade de São Mateus do Sul/PR.

0003887-26.2019.4.04.8003 - Providências necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais (doc. 4804039) firmadas entre o TRF4 e a Fundação Carlos Chagas, de prestação de serviços técnicos especializados de organização e aplicação das provas do Concurso Público.

0003180-58.2019.4.04.8003 - Desenvolvimento e implantação do programa "botão do pânico" na SJPR.

0000657-39.2020.4.04.8003 - Compra de um novo scanner planetário para a Biblioteca.



0001513-09.2020.4.04.8001 - Solução para a proteção de computadores contra software malicioso (malware).

0001702-78.2020.4.04.8003 - Aquisição de Certificado Digital Wildcard SSL OV (Validação Organizacional). A necessidade de aquisição do certificado Digital Wildcard SSL OV foi percebida pela equipe durante a configuração do Microsoft System Center Configuration Manager, software que permite a gestão de equipamentos e softwares. O certificado permite que os computadores possam confiar no servidor de rede e recebam sem bloqueios a configuração para administração remota da área de T.I.

0002824-29.2020.4.04.8003 - Aquisição de certificados digitais.

0002866-78.2020.4.04.8003 - Aquisição de racks de piso para TV's. Os racks de piso deram possibilidade de instalação de pontos de TV em locais onde não havia paredes para fixação.

0003060-78.2020.4.04.8003 - Modernização e ampliação dos sistemas de armazenamento de dados da Justiça Federal na 4ª Região.

0003722-42.2020.4.04.8003 - Aquisição de Equipamentos para o Estúdio de Gravação Audiovisual da Justiça Federal do Paraná.

0004243-84.2020.4.04.8003 - Atualização do software Teamviewer.

0004953-07.2020.4.04.8003 - Registro de Preços para fornecimento de *software* antivírus e prestação de serviços de suporte técnico e treinamento presencial.

0005188-71.2020.4.04.8003 - Aquisição de pacotes de serviço Smartnet Cisco.

0001083-17.2021.4.04.8003 - aquisição de pacote de Extensão de Garantia e serviços Cisco Smartnet (8x5xNBD) para roteador Cisco ASR 1001-X e demais módulos de conectividade e portas por 60 meses (P/N: CON-SNT-ASR1001X)

0001131-73.2021.4.04.8003 – aquisição de 48 unidades de baterias seladas VRLA 12V 70 A/h visando substituição do banco de baterias do DC Bagé.

0005354-06.2020.4.04.8003 - Registro de Preços de **s**erviço de emissão de Certificado Digital tipo A3 para pessoa Física e Jurídica.

0000958-49.2021.4.04.8003 - Aquisição de certificado digital para integração da suite "System Center Configuration Manager", da Microsoft, e a Intel, fabricante do componente "placa-mãe" dos computadores usados na JFPR, chamado de "Certificado Digital para Plataforma Intel vPro".



Organização de Eventos:

0005292-09.2019.4.04.8000 - I Encontro Ibero-Americano a ser realizado na cidade de Curitiba, nos dias 19 e 20 de junho de 2019.

Consultas/Orientações/Providências:

0004913-34.2020.4.04.8000 - Necessidade de transmissão das sessões de julgamento telepresenciais das Turmas Recursais do Paraná via Youtube.

0000921-56.2020.4.04.8003 - Sistema Malote Digital para utilização de envio de correspondência oficiais, entre os órgãos do Poder Judiciário (Federal, Estadual, Militar, etc.).

0001102-57.2020.4.04.8003 - Portaria TRF4 302/2020 e da orientação 5072855 exarada pela Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região a respeito das medidas a serem implementadas visando minimizar o impacto da pandemia da COVID-19.

0004985-21.2020.4.04.8000 - Resolução CNJ 322/2020 e das Resoluções TRF4 18 e 33/2020.

0002859-86.2020.4.04.8003 - Implantar o Estudo Técnico Preliminar (ETP Digital) no âmbito da Justiça Federal do Paraná.

0005152-29.2020.4.04.8003 - Necessidade da utilização de ferramentas úteis para a gestão de pessoas, propõe a criação do Banco de Talentos da SJPR.

0003734-56.2020.4.04.8003 - Implementar na Seção Judiciária do Paraná a ferramenta desenvolvida pelo NTI da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul - SISTEMA DIGITAL DE ATERMAÇÃO.

0004213-58.2020.4.04.8000 - Implantação do 'Login Único da 4ª Região'.

0001727-91.2020.4.04.8003 - Atualização do Manual de Atribuições da Seção Judiciária do Paraná.

0001059-23.2020.4.04.8003 - Instalação de uma Sala de Situação nas dependências da sede administrativa da Seção Judiciária do Paraná.